

Revista Adusp

Associação dos Docentes da USP
Seção Sindical do Andes-SN - Dezembro de 2023 - Nº67

A estratégica “QUESTÃO MILITAR”

constatações
preocupantes

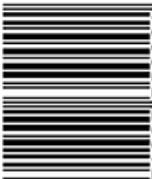
reflexões
pessimistas



HRAC, inacreditável desmonte



PAULO ARANTES
fala de capitalismo, fascismo y otras cositas



ÍNDICE

6

“O fascismo faz parte da definição do capitalismo”

Entrevista com Paulo Arantes

14

Brasil segue refém do desígnio militar, quase 60 anos após o golpe contra Jango

Luciana Araújo

24

Oito generais e um almirante indiciados pela CPMI de 8/1

Rudson Pinheiro Soares

29

O “novo” Novo Ensino Médio

Fernando Cássio

33

Um assalto nada republicano à verba vinculada

Guilherme Jeronymo e Pedro Estevam da Rocha Pomar

37

Nas nossas escolas, dias comuns e tragédias em série

Guilherme Jeronymo

44

Abandonado pela USP, HRAC rejeita crianças com anomalias craniofaciais de outras regiões

Gilberto Nascimento

55

Pacientes viajam até 11 horas em busca de tratamento

Gilberto Nascimento

56

Faculdade de Medicina da USP entre convivência com a Ditadura Militar e resistência à opressão

Luiza Sansão

DIRETORIA

Michele Schultz Ramos,
Gabrielle Weber Martins,
Soraia Chung Saura,
Annie Schmaltz Hsiou,
Jorge Luiz Souto Maior,
Márcio Moretto Ribeiro,
Elvio Rodrigues Martins,
Eliel Soares Orenha,
Flávio Teixeira da Silva,
Paulo Eduardo Moruzzi Marques,
Marcelo M. de Luca de Oliveira Ribeiro,
Luciana Romano Morillas
Marcelo Zaiat

Comissão Editorial

Ciro Teixeira Correia,
Diamantino Pereira,
Heloisa Borsari,
Jorge Luís da Silva Grespan,
Marcelo Zaiat,
Sérgio Paulo Souto,
Suzana Salém,
Vera Navarro

Editor: Pedro Estevam da Rocha Pomar

Revisão: Paulo Hebmüller

Editor de Arte: Luís Ricardo Câmara

Assistente de produção: Rogério Yamamoto

Secretaria: Alexandra Moretti e Aparecida de Fátima dos R. Paiva

Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Adusp - S. Sind.
Av. Prof. Almeida Prado, 1366
CEP 05508-070 - Cid. Universitária - São Paulo - SP
Internet: <http://www.adusp.org.br>
E-mail: imprensa@adusp.org.br
Telefones: (011) 3091-4465, 3091-4466, 3724-8900

A **Revista Adusp** é uma publicação quadrimestral da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo, destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da Diretoria da entidade. Contribuições inéditas poderão ser aceitas, após avaliação pela Comissão Editorial.

TUTELA MILITAR ATÉ QUANDO?

Desde o advento da República, os militares acostumaram-se a impor sua vontade à sociedade brasileira. O clímax de suas ingerências na vida política nacional foi a Ditadura Militar (1964-1985). O projeto de “modernização conservadora” implantado pelas Forças Armadas amparou-se no Terrorismo de Estado e produziu profundas transformações na institucionalidade.

Quando o regime entrou em crise no final dos anos setenta, graças à hiperinflação e ao renascimento do movimento operário e do movimento estudantil, os generais conseguiram organizar uma retirada em ordem unida. Pressionados, concederam uma Anistia apenas parcial em 1979, e ainda cuidaram de providenciar sua autoanistia. Tiveram força para barrar a emenda das Diretas em 1984 e garantir, mediante negociação com Tancredo Neves (e depois com José Sarney), uma transição suave, sem punições.

Mais tarde, no processo constituinte de 1988, exerceram fortes pressões sobre os parlamentares para que nada saísse dos eixos. Conquistaram a aprovação, na nova Constituição Federal, do bizarro artigo 142 e com ele a vigência do instituto da “Garantia da Lei e da Ordem”. Atuaram para impedir a dissolução das Polícias Militares, e as mantiveram atreladas ao Exército como “forças auxiliares”. Também garantiram o controle de importantes atribuições do Estado brasileiro, como o tráfego aéreo civil e as capitânicas dos portos.

Desse modo, embora encerrada formalmente, a Ditadura Militar deixou muitas sequelas. Os militares continuaram a exercer sua tutela sobre a sociedade civil, e continuaram intocáveis. Mesmo depois que o Ministério da Defesa foi criado, no governo FHC, e confiado a civis, os comandos das três Armas continuaram interferindo em assuntos que deveriam estar em mãos civis. Por outro lado, em 2010 o Supremo Tribunal Federal convalidou a canhestra autoanistia inventada pela Ditadura Militar em 1979 (“crimes conexos”), e, assim, perpetuou a impunidade de assassinos e torturadores fardados e civis.

Em 2015 o então comandante do Exército, general Villas Bôas, nomeado pela presidente Dilma Rousseff (PT), deu início a um ambicioso projeto de retomada ostensiva do poder político da sua Arma. O resultado mais visível e mais potente desse projeto foi a eleição, em 2018, do ex-capitão reformado Jair Bolsonaro. E, com ele, o crescimento do neofascismo no país.

A atuação política dos militares tem sido desastrosa para as liberdades democráticas no Brasil. É com este prisma que, nesta edição, procuramos levantar pistas sobre a “questão militar”, indagando da possibilidade de, algum dia, a sociedade brasileira vir a emancipar-se da tutela das Forças Armadas. É desse tema que trata a reveladora reportagem de Luciana Araújo iniciada na página 14, que conta com análises dos professores Manoel Domingos (UFF) e João Roberto Martins Filho (UFSCar), da professora Eunice Prudente (Faculdade de Direito da USP) e do advogado Márcio Sotelo Felipe, ex-procurador-geral do Estado de São Paulo. Outra reportagem, de Rudson Soares, elenca os achados da CPMI do 8 de janeiro, que indiciou por envolvimento com a frustrada tentativa de golpe contra o atual governo 30 militares, entre os quais nove oficiais-generais.

“Novo NEM”, PEC 9/2023 e ataques em escolas

Tema forte desta edição, a educação é objeto de três importantes matérias.

Artigo do professor Fernando Cássio, da Faculdade de Educação da USP, analisa o PL 5.230/2023, que reforma a lei 13.415/2017 (“Novo Ensino Médio”). Na sua avaliação, o “novo” Novo Ensino Médio submetido ao Congresso pelo MEC é “tão ruinoso quanto a versão atual, mas desta vez com o beneplácito de um governo progressista”.

Reportagem de Guilherme Jeronymo aborda a questão dos ataques a escolas no Brasil e suas causas, entre as quais desponta a influência, sobre parte dos jovens, do “ecossistema do ódio” existente na Internet. Uma segunda matéria sua trata da PEC estadual 9/2023, que reduz em cinco pontos percentuais (de 30% para 25%) a verba vinculada da educação no Estado de São Paulo.

HRAC ou “Centrinho” e seu absurdo abandono

O Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC), conhecido na cidade de Bauru como “Centrinho”, tem uma história que merece ser conhecida. No entanto, o HRAC foi abandonado pela Reitoria da USP e está sendo desmantelado por sucessivas gestões reitorais, de M.A. Zago a Carlotti Jr. É imprescindível a leitura da bela reportagem de Gilberto Nascimento, com fotografias de Manoel Marques.

“O FASCISMO FAZ PARTE DA DEFINIÇÃO DO CAPITALISMO”

Daniel Garcia



Na sala de sua residência, o professor Paulo Arantes (FFLCH) concede entrevista à *Revista Adusp*

*Em agosto último, o filósofo Paulo Eduardo Arantes, 81 anos, recebeu a **Revista Adusp** para esta entrevista sobre conjuntura internacional, fascismo e questões correlatas. Tempos depois, após ler a transcrição editada da entrevista para a devida revisão, questionou, irreverente, se pretendíamos realmente “comprometer a seriedade da revista” e publicar declarações de alguém que já não tem “nenhuma reputação a perder”. Professor aposentado da FFLCH-USP, Arantes ainda atua como sênior, orientando três mestrados, três doutorados e três pós-doutorados*

Revista Adusp. Que mundo é esse que faz com que o fascismo se torne uma alternativa política viável em países tão diferentes como Brasil, Estados Unidos, Hungria, Filipinas?

Paulo Arantes. Essa pergunta todo mundo se faz, né? Sempre impliquei um pouquinho com o emprego da palavra fascismo. Nestes últimos anos, às vezes cabe, às vezes não cabe. Às vezes tem particularidades históricas que a gente não pode ignorar. O fascismo está muito conotado historicamente, ele se refere a uma conjuntura mundial muito específica, intercalada entre duas guerras mundiais: desemprego em massa, inflação em massa, a Grande Depressão de 1929-30. Aí sim vale a palavra para o ressentimento nacional da Alemanha, país derrotado na guerra e implacavelmente aniquilado pelo Tratado de Versalhes. Isso não se repete.

Por outro lado, falar em fascismo é quase trivial, porque o fascismo é sempre residual. O exercício violento do poder político com alvos precisos e de massa, de preferência, é certamente residual e vem à tona em momentos de crise; e quando eu digo residual, eu digo que é estrutural, o fascismo faz parte da definição do capitalismo. Não tem a menor dúvida.

O jovem Marx escreveu, literalmente, que o comunismo era a verdade finalmente revelada da história. Outros filósofos alemães disseram que, na verdade, não é o comunismo, é o fascismo que é a verdade revelada da história: a história tende para o fascismo. São filósofos alemães que você conhece: Adorno, Horkheimer e assim por diante. Cla-

ro que eles escreveram isso no auge [do nazismo]...

Revista Adusp. Muito impressionados...

Paulo Arantes. Muito impressionados com o que estava acontecendo na Europa, na Segunda Guerra, com os nazis, com o Japão, e também impressionados com o que estavam vendo nos Estados Unidos. Eles fugiram para os Estados Unidos em busca de refúgio. Os Estados Unidos pareciam um paraíso, como dizia a Hannah Arendt quando desembarcou nos Estados Unidos: “That’s the Paradise”. Por outro lado, eles viam que os americanos vendiam sabonete na televisão como Goebbels fazia discurso. Então, havia uma certa analogia estrutural entre o fascismo e o capitalismo dito civilizado, democrático, controlado — mais ou menos controlado, sem escravidão — e a Alemanha. Depois todo mundo foi estudar, não se estudava outra coisa a não ser fascismo: como é que aquilo aconteceu? Como é que foi possível aquele horror? E começaram a descobrir essas afinidades eletivas entre o capitalismo mais desenvolvido, mais “democrático”, com aspas ou sem aspas como o americano, e o III Reich.

Não só: os grandes hierarcas nazis tinham fascinação pelos Estados Unidos, por exemplo pela escravidão, pelo supremacismo branco, pela eugenia americana. A eugenia foi inventada nos Estados Unidos no início do século XX. Goebbels era um sincero admirador dos Estados Unidos. E apareceram grandes fascistas nos Estados Unidos, do Henry Ford ao Charles Lindbergh.

Até os Estados Unidos entrarem na guerra em 1941, o que nada teve a ver com razões humanitárias, foram razões puramente geopolíticas: impedir que a Alemanha se tornasse hegemônica no continente europeu, transformasse o continente numa fortaleza e aniquilasse a União Soviética. A União Soviética desafiava a Alemanha. Até lá os Estados Unidos faziam negócios com a Alemanha. A IBM estava lá com sua tecnologia hollerith fazendo os cartões perfurados para agilizar a gestão dos campos de concentração.

Então, quando a gente fala em fascismo, é chover no molhado. Como disse um americano: “Democracia é a cara política do capitalismo quando ele está indo de vento em popa. Quando as coisas começam a piorar para o seu lado, ele fecha a cara e é o fascismo”. É uma questão de grau, não é uma qualidade. Entregue a si mesmo, é o que está acontecendo. A explicação genérica que se daria para essa onda digamos autocrática, autoritária, populista de direita, extrema-direita, no limite fascista, se deve a uma outra coisa que a gente tende a esquecer — não só na Europa, mas sobretudo no Brasil, onde se imaginava que um dia, depois de um longo e doloroso processo de construção nacional, nós nos assemelharíamos, num tom menor, à democracia europeia, ou ao capitalismo democrático europeu no imediato pós-guerra, dos 30 anos gloriosos com pleno emprego, crescimento, seguro social, Estado social — nós nos esquecemos de que aquilo era uma exceção.

Acreditávamos que havia afinidade entre capitalismo e democracia porque era a lorota que os capitalistas vendiam para o resto da sociedade: “Capitalismo e democracia andam juntos, não há possibilidade de o capitalismo funcionar que não seja em regime político democrático”. Totalmente falso

Imaginávamos que aquilo iria durar para sempre. Quando estou falando “nós”, estou falando da esquerda em geral. Acreditávamos que havia uma espécie de afinidade entre capitalismo e democracia porque era, digamos, a lorota que os capitalistas vendiam para o resto da sociedade: “Capitalismo e democracia andam juntos, não há possibilidade de o capitalismo funcionar que não seja em um regime político democrático”. Totalmente falso. Foi um casamento forçado, de conveniência. Houve sim, houve democracia social, Estado social para ser mais correto, na França, na Alemanha, na Inglaterra, na Itália do pós-guerra, vinte anos depois. Porque havia uma pressão de baixo muito grande, essa pressão de baixo chamava-se classe trabalhadora organizada, classe trabalhadora de maneira geral, não

apenas o operário da usina: os assalariados de maneira geral.

Fosse o que fosse a União Soviética, era sempre um fantasma do outro lado do corredor. Empurraram, abriram o sistema, forçaram um pacto: “Nós trabalhadores aceitamos a nossa exploração e em troca vocês aceitam a democracia e não vão nos ameaçar dia sim dia não com golpe, ditadura, repressão e assim por diante”. O capital estava desmoralizado pela derrota no nazifascismo, porque eles apoiaram — em surdina, mas apoiaram, sobretudo na França, sem falar na Alemanha, Itália e assim por diante.

Revista Adusp. O fascismo, ou neofascismo, é uma decorrência inevitável do neoliberalismo?

Paulo Arantes. Teto de gastos não foi inventado pelo Temer, por aqueles energúmenos. Já vem lá de trás com Thatcher, Reagan etc. “Então vocês agora são nossos reféns e nós somos uma classe em luta”. O capital é uma classe social em luta contra o resto da sociedade. Como disse o [Warren] Buffet: “Existe luta de classes, uma guerra social, e nós, capitalistas, estamos ganhando”. Ponto.

Nesse momento você começa a gerar uma crise sem tamanho, que começa a se sobrepor a outras crises, culminando na crise do aquecimento global, que produz miséria, migração, guerra, desintegração social, e, portanto, mais marginalidade em todos os sentidos, não marginalidade no sentido criminal. Então vai somando desemprego — aí o que você faz? Esse progresso tecnológico e revolução digital não se explicam apenas pelos belos olhos da performance econômica. Foram feitos para

ferrar os caras lá embaixo. “Vamos tirar emprego de vocês, vamos deixar a única coisa que vocês têm para vender redundante, dispensável, e, portanto, vocês vão se matar para conseguir os poucos empregos que vão sobrar. Porque nós vamos calibrar: a gente abre a torneira, fecha, abre, fecha, abre, fecha, até vocês se exaurirem”.

Aí você vai ampliando a massa das pessoas que estão p. da vida e não têm mais a quem recorrer, porque não existe mais grande partido proletário, não tem mais grandes uniões sindicais, não tem mais representação no Congresso, fundo público para fazer políticas públicas de compensação social. “O que a gente vai fazer? A gente vai chutar o pau da barraca”. Aí aparecem os líderes demagogos: “Eu resolvo”. Esses caras, a casta política infame, esse Estado, esses grandes capitalistas não vão resolver os problemas, estão só agravando. “Nós vamos resolver, mas nós vamos resolver de uma maneira muito especial, bem radical”. E começa a aparecer aquilo que para facilitar nossa vida chamamos de populismo, autocracia. Que é para administrar, para colaborar com a manutenção desse teto [de gastos].

Então começam a aparecer as semelhanças com a crise de entreguerras, Terceiro Reich, começa a aparecer crime organizado, começa a aparecer cobrança por proteção, pilhagem, e assim por diante. A República de Weimar dos anos 30 estava a ponto de se desfazer numa espécie de arquipélago de bandos armados. O próprio partido nazista nada mais era que crime organizado.

Eram bandidos com folha corrida na polícia. Eram aventureiros.

Revista Adusp. A nata da escória.

Paulo Arantes. A nata da escória que o grande capital achava que ia manipular — e foi o contrário que se deu: eles engoliram o grande capital e fizeram o que fizeram. Não entra na cabeça de ninguém que as megaempresas alemãs queriam aquilo que o Hitler fez. Mas Hitler enxergava mais longe, porque dizia o seguinte: “Olha, vocês estão aí um pouquinho assustados, mas é necessário entrar em guerra. Sabe por quê? Porque eu pareço idiota, louco, mas eu presto atenção. Eu fiz a Primeira Guerra Mundial, sei que existe uma potência que será uma megapotência daqui a pouco tempo, que entrou tardiamente na Primeira Guerra Mundial para resolver essa guerra, deixou a Inglaterra sangrar até o fim e transformou a Inglaterra no seu próprio cliente endividado. Chama-se Estados Unidos. A economia deles é tal que eles precisam, eles vão, certamente, acertar as contas com a União Soviética. A guerra civil na União Soviética já foi isso. Todo mundo interveio para acabar com o ovo na casca”.

“Então, nós vamos fazer o que? Nós precisamos fazer o que os americanos, ingleses e franceses fizeram, isto é: precisamos nos transformar numa grande potência capitalista, subordinando a classe trabalhadora, obviamente, de maneira radical, perto da escravidão se for possível. Contem conosco para isso. Mas não temos colônia, não temos acumulação primitiva. Então nós vamos fazer o que? Nós vamos colonizar a Europa, a começar pelo leste europeu. Lá é

uma subraça, o que não for necessário a gente extermina, o que for necessário a gente bota para trabalhar e o resto a gente ocupa. Vai ser o nosso celeiro, petróleo, trigo e assim por diante”.

“E a Europa será unificada. Sob a nossa égide será uma fortaleza alemã e aí sim nós teremos condições de enfrentar de igual para igual os Estados Unidos — que nesse meio tempo já terá abocanhado a Inglaterra e vai disputar conosco a Europa e a Ásia. Mas aí vamos entrar em acordo, porque nenhum pode vencer o outro. Nós estaremos aqui no nosso canto, eles estarão no canto deles no resto do mundo, o mundo será dividido”. Era esse o projeto do Terceiro Reich.

Aí os industriais: “O senhor tem razão. A Alemanha pequenininha voltando a se rearmar e se reindustrializar depois de ser destruída na Primeira Guerra, em dez anos não teremos condições de enfrentar os Estados Unidos, que vão tomar conta disso aqui. E nós temos do outro lado um monstro chamado União Soviética, que volta e meia está dando um pontapé em nome da revolução mundial, fazendo subversão e tal. Não vamos aguentar o tranco. Esse monstro tem petróleo, tem recursos naturais em abundância, eles estão se industrializando rapidamente, portanto eles vão nos ameaçar como potência capitalista à maneira deles. Então temos solução. O senhor aí, que é um bandido, viu na frente, vamos para a guerra”. Eles não tinham alternativa. “Ah, como ele fez essa loucura, pode perfeitamente contemporizar com a Inglaterra, fazer um acordo com a União Soviética”.

Hitler sabia que cedo ou tarde é da natureza que haja uma guerra por hegemonia, como está acontecendo agora com Estados Unidos e China. Pode-se negociar uma trégua, armistício, mas tudo empurra para lá. Tudo isso para dizer que é nesse momento que aparece alguma coisa chamada autocracia, fascismo, populismo, como nós quisermos, que são os Estados nacionais que se voltam sobre si mesmos para defender um pequeno núcleo da sua população num bote salva-vidas chamado Estado-nação que vai protegê-lo, o resto será chutado e as fronteiras fechadas. Imigrante não entra.

Imigrante nós sabemos que vai se multiplicar exponencialmente porque o planeta está acabando, os recursos físicos do planeta estão acabando, a gente sabe perfeitamente disso. Por que recorrem ainda à energia fóssil? Por uma razão muito simples: a transição energética obviamente é uma condição de sobrevivência para todos. Qualquer que seja o regime: China, Estados Unidos, União Europeia, essa transição tem que ser feita. Não há como multiplicar um Estados Unidos por dez Chinas; uma China são vinte Estados Unidos. É impossível, não há planeta para isso.

Mas para fazer essa transição energética é necessário financiamento. A transição é, ela mesma, um investimento industrial, organizacional gigantesco. E de onde vem o dinheiro? Da economia do carbono, não tem como. Então, para que haja transição, eu aprofundo aquilo que torna a transição cada vez mais cara, mais difícil, mais impossível. A China sabe, Estados Unidos sabem, União Europeia sabe.

A Ucrânia é fruto da terapia de choque que acabou com a Rússia e também atingiu. Os oligarcas criados na Rússia também existem na Ucrânia. Os oligarcas partiram a Ucrânia em duas: um lado mais europeu e um lado etnicamente russo

Revista Adusp. Quais são os desfechos possíveis da guerra na Ucrânia?

Paulo Arantes. Até os Estados maiores que planejam a guerra, que tocam a guerra, vivem de conjecturas. Nenhum dos atores lá sabe exatamente o que a OTAN vai fazer, o que a Rússia vai fazer, o que Pequim vai fazer, o que Washington vai fazer. Eles chutam. Todo mundo tem os seus serviços de inteligência, mas serviço de inteligência não vale coisa nenhuma. Então é impossível prever.

A Ucrânia é mais fácil de explicar porque tem um histórico: a história da Rússia do Império czarista, depois União Soviética, depois a desintegração da União Soviética. A Ucrânia é fruto da terapia de choque que acabou com a Rússia e também atingiu. Os oligarcas que foram criados na Rússia também existem na Ucrânia. Os oligarcas partiram a Ucrânia em duas: tem um lado leste e um lado oeste. Um lado mais europeu, mais entrosado econômica e socialmente com o leste europeu, mas mesmo assim considerado primo pobre. E tem

um lado mais entrosado com a Rússia porque foi parte da economia do carvão naquele momento, é russófilo, é etnicamente russo, fala russo embora seja ucraniano.

Então, ali teve sempre conflito: na época do Tzar, do Império, na época da União Soviética e depois. Cedo ou tarde aquilo iria explodir. No momento em que, digamos, a Rússia viu que se ela não tomasse providências iria ficar fora do jogo ela tomou iniciativa e falou: “Vou virar a mesa”. Os americanos sabiam que eles iriam virar a mesa. Os chineses não sei, os chineses não gostaram muito. Mas a Rússia virou a mesa porque ela sabia que nessa famosa transição energética ela é a grande parte perdedora, porque é a maior potência fóssil do planeta. Fora isso, como disse alguém, ela é uma espécie de Burkina Fasso com armas atômicas. Um país de periferia, “Terceiro Mundo” como se dizia antigamente, com arma atômica. Iria ficar de fora dessa corrida tecnológica, armamentista, econômica, frente à China, Sudeste Asiático e Estados Unidos. Então saiu na frente.

Não adianta dizer quem é o culpado, ideologizar se tem direitos, se tem democracia. Não tem democracia em lugar nenhum. Isso não vem ao caso. Os dois lados são realistas. A diplomacia, a política externa de todo o mundo é realista. E realismo é um pensamento fetichista, porque do ponto de vista marxista nós ainda estamos na pré-história e a pré-história é assim mesmo: um abocanha, o outro come. O capitalismo é isso.

Então, voltando à pergunta, o que acontece? Os Estados maiores já perceberam que essa guerra encruou, ela vai ficar dez anos e talvez dê um

“armistício coreano” pela frente: fica onde está, para de dar tiro, vai ter uma linha divisória e ficam às escaramuças por meio século se ainda existir planeta. Que fizeram os Estados Unidos? Deram o seguinte recado, estou reproduzindo artigo de um analista alemão: terceirizaram a guerra. “Olha, eu financio, como sempre, nós estamos financiando, mas nós estamos dosando, não estamos nem financiando totalmente que é para arrebentar com a Rússia, nem a Rússia está arrebentando inteiramente com a Ucrânia. Então, se a Rússia moderou, nós moderamos e há guerra por procuração entre os dois”.

“Olha, União Europeia, Otan, é com vocês. Vem cá, Alemanha. Você que é a mais riquinha de todas aqui, vou dar coordenação militar, diplomática, industrial, financeira para você que tem a chave do Banco Central Europeu na mão — o resto é um bando de *mortos de fome*. Vocês vão cuidar disso, vão entreter a Rússia aí. Manda bomba para um lado e para o outro e tal”. O povo ucraniano, que não tem nada a ver com a história, já se ferrou. A Ucrânia acabou. Não existe mais. Ela é inviável. Acabou. É apenas um teatro de guerra. “Mas vocês vão manter esse teatro de guerra em funcionamento com vocês. Eu dou um dinheirinho, empresto para vocês não desacelerarem, porque o meu negócio é a China. Eu vou me concentrar, vou me voltar inteiramente. Já tenho várias alianças no Pacífico: com a Índia, Austrália, Japão, Nova Zelândia e assim por diante. Meu negócio é cercar a China, dar um calorzinho nos homens”. Essa é a guerra, que pode ou não pode acontecer.



Daniel Garcia

Já começou e tanto faz se é republicano ou se é democrata. Foi o Trump que declarou as hostilidades abertamente, porque a guerra já existia. Obama: “Nosso pivô para a Ásia é isso, é conter a China, como nós contivemos a União Soviética. Tem muita gente aqui nos Estados Unidos, nossos *think tanks* que pensam política internacional, nós podemos tocar o nosso velho projeto da Guerra Fria que ainda não se encerrou”. Não estou, com isso, querendo dar razão ao Putin, é realismo mesmo, dos dois lados.

Alguns veteranos da Guerra Fria, como [Henry] Kissinger, diziam: “Olha, não é bom fazer isso, vai dar m.”. Mas o projeto, desde o início, é acabar com a Rússia. “A Guerra Fria nós vencemos sem precisar disparar um míssil ou uma ogiva nuclear, botamos a União Soviética no chão, agora nós vamos avançar. Nós vamos avançar e, se possível, desintegrá-la. Ela vai virar um monte de províncias independentes, aqui e acolá, com recursos naturais abundantes, próprios. Nós vamos fazer uma mudança total de regime”. Tem muita gente nos Estados Unidos querendo fazer isso.

Qual era a racionalidade de a Europa praticamente se autodestruir de 1914 até 1945? Nenhuma. Do ponto de vista norte-americano, sim. Porque ganharam a guerra. Ganharam e vão levar até o fim. As razões geopolíticas da Rússia têm que ser levadas a sério. Não é paranoia do Putin

Revista Adusp. Ainda assim, se o inimigo principal dos Estados Unidos é a Rússia, o que explica o alto grau de envolvimento dos Estados Unidos nessa guerra?

Paulo Arantes. Pois então. Qual é o senso? Guerra e capitalismo são sinônimos. “Qual é o sentido disso?”. Não tem. Qual era a racionalidade de a Europa praticamente se autodestruir de 1914 até 1945? Nenhuma. Do ponto de vista norte-americano, sim. Porque

eles foram os únicos que ganharam a guerra. Ganharam a guerra não por acaso e em todos os sentidos. Primeiro, eles impediram que houvesse uma potência hegemônica no continente europeu que se transformasse em uma fortaleza. E segundo, ganharam porque saíram da crise produzindo armas, até o Projeto Manhattan, e depois continuaram a prosperar reconstruindo a Europa. Não foi reconstruir de graça: foi empréstimo. Então a Europa ficou de joelhos. A Europa acabou, passou a ser uma máquina de produzir. Aí foram os 30 anos gloriosos, completamente na mão de um Estado administrativo, social e assim por diante.

Os Estados Unidos ganharam essa guerra de hegemonia e vão levar até o fim. As razões geopolíticas da Rússia têm que ser levadas a sério. Não é só paranoia do Putin. “Nós somos um território. Nós não estamos protegidos como a Inglaterra, os Estados Unidos, porque os Estados Unidos são uma ilha continental. Nós somos cercados de planícies. Então nós somos objetos de invasão, fomos objetos de invasão desde que existimos, desde os cavaleiros teutônicos até Napoleão, Hitler; desde os tártaros, mongóis e assim por diante. De modo que nós somos um alvo preferencial. Temos que, portanto, nos expandir e o nosso entorno estratégico — que ingleses e americanos chamam de *near abroad* — é intocável”.

E o Putin: “Se eu perder a corrida o meu regime acaba e eu gosto do poder. Eu e meus associados” — uma gangue, todo mundo tem a mão no petróleo, nos meios de comunicação, em bancos, dinheiro no exterior. “Então, se eu perder essa corrida, se eu ficar muito, muito, muito para trás eu estou frito, acabou o meu regime e vai se desintegrar

como a Iugoslávia, é o que eles querem. Então vou *chutar o pau da barraca*".

É uma loucura, claro, porque nós estamos a alguns minutos de uma guerra mundial a qualquer momento. A China morta de medo. Mas, apesar disso, é um conflito que já está circunscrito. Todo mundo fala, fala, fala, mas já está circunscrito. Já está, como dizem no mercado, o pessoal da Faria Lima, já está "precificado". O conflito agora é dos Estados Unidos com a China. E há um grande risco. Os analistas europeus mais clarividentes estão dizendo o seguinte: "Tem muita gente louca nos Estados Unidos que está pensando: 'Olha, se nós vamos inevitavelmente entrar em choque com a China, é essa a hora. É essa a hora de antecipar o inevitável. É agora ou mais adiante vai ser muito difícil. É essa a hora de dar um chega para lá na China'". Tem gente louca para fazer isso. Por isso se multiplicam as provocações em torno de Taiwan.

A China, se pudesse torcer o pescoço do Putin, torceria: "Olha o que você nos aprontou. Nós estamos fragilizados, você nos arruma uma guerra, você está vivendo porque vende petróleo para a Índia e assim por diante, nós estamos lhe financiando por baixo do pano, mas não estamos lhe armando porque não queremos guerra. Você nos arruma uma guerra agora e os americanos já descobriram que nós estamos a perigo, terceirizaram para Europa, para a OTAN, e vêm para cima da gente. Nós estamos desarranjados nesse momento. Nós estamos atrás na corrida tecnológica".

Revista Adusp. A China?

Paulo Arantes. Estão lá atrás. É um mito de que está na frente. Nesse momento não está. "Nós podemos

alcançá-los e ultrapassá-los se for o caso, temos *know-how* para isso, mas não se esqueçam de que os Estados Unidos estão nisso aí há dois séculos e nós começamos há quarenta, cinquenta anos". E tem americano pensando em aproveitar essa oportunidade de tentar levar a China às cordas.

Revista Adusp. Você explicou o que motiva a Rússia, mas a minha questão é o que motiva os Estados Unidos a agirem como estão agindo em relação à Rússia.

Paulo Arantes. Porque os Estados Unidos também não são um núcleo de racionalidade. Muito pelo contrário: é um bando de paranoicos. Assim como a paranoia russa é desde o *rus*, em torno de Kiev, quando se formou, ganharam dos vikings, dos suecos e assim por diante, a paranoia dos Estados Unidos é perder a hegemonia. Hegemonia do dólar que está lastreado não em ouro, mas em armas nucleares, e na capacidade de emitir dinheiro mundial. O que deixa os Estados Unidos enlouquecidos, no caso, é perder essa hegemonia, que significa perder a corrida tecnológica com a China.

Então há, digamos, essa paranoia americana. O Império Romano declinou, mas demorou quatro séculos, né? Os Estados Unidos não podem demorar tanto. Não digo quatro séculos, não vai demorar tanto tempo, senão o planeta acaba. Nos Estados Unidos vários livros tratam desse tema: "Quem é o responsável e por que perdemos a Rússia logo depois da Guerra Fria?" A terapia de choque é uma loucura do neoliberalismo. Estava fazendo isso no planeta inteiro, "vamos reconstruir a Rússia à nossa maneira e vai ser um p. mercado". Destruíram a Rússia. A Rússia, foi, durante dez

anos, administrada por controle remoto, não tinha governo, não tinha economia, não tinha nada.

Putin, de certa maneira, pôs a casa em ordem, barbarizando. Disse: "Olha, vem cá", chamou todos os oligarcas, "vocês que meteram a mão em tudo aqui, eu conheço, sou policial, eu tenho a ficha de vocês todos. Podem continuar a roubar, matar e fazer o que vocês fazem. Podem continuar essa economia criminoso, mas vocês vão pagar um pedágio porque eu vou reconstruir a indústria russa para poder reconstruir a minha indústria bélica, porque é a única chance que eu tenho, o resto eu já perdi, acabou. E quem sair da linha, cadeia". Começou a prender oligarca a rodo. O resto entrou na linha e paga o tributo. Paga o tributo e com isso ele reconstruiu uma parte da economia industrial dirigida para a tecnologia bélica.

Todo mundo está correndo contra o tempo e é uma corrida tecnológica porque a tecnologia é arma, são indissociáveis.

Portanto, resta saber se isso vai ou não vai acontecer. O problema é que antes disso acontecer o planeta vai acabar. E vai acabar porque vai ser uma inundação de gente, porque está sendo devastado, imigração por mudança climática mesmo. Centenas de milhões de migrantes. Ninguém vai tolerar isso. Portanto, fascismo. O fascismo é isso. E está aparecendo o que os franceses chamam de "a tentação ecológica do fascismo". Existe um fascismo ecológico prosperando na França, na Europa e assim por diante. Também são preservacionistas, amam o verde e assim por diante. "Tem que jogar no mar todo mundo que poluir o nosso verde, o nosso ter-

reno, o nosso território, nossa terra, nosso sangue”. Tem que acabar em fascismo, não tem como. Guerra.

Que “onda rosa” [na América Latina]? Nós aqui escapamos do horror por 1,8%! E os caras uma semana depois tentaram um golpe. São majoritários em governos estaduais, Câmara e Senado. Lula pode fazer Plano Safra de bilhões de reais, o agronegócio vota na extrema-direita

Revista Adusp. Mudando para a nossa pobre região. Durante algum tempo, nos últimos anos, houve a impressão de que estaria ocorrendo uma segunda onda de vitórias da esquerda, do progressismo em geral — Lula conseguiu nas condições que a gente conhece, Petro na Colômbia, Boric no Chile etc. Qual é sua avaliação a respeito?

Paulo Arantes. Nem no Brasil a gente entende de fato o que está se passando. Só para entender a Argentina... Você conhece a famosa piada de um Prêmio Nobel de Economia? Existem três tipos de países: os países que se deram bem, os países falidos e a Argentina.

Revista Adusp. É *sui generis*.

Paulo Arantes. Ninguém entende. Uma amiga minha argentina disse que na Argentina existe algo que ninguém entende: o “peronismo infinito”. Tem centro, direita, extrema-direita, es-

querda, centro-esquerda... Tudo é peronismo. O que a gente sabe da América Latina? Quem é que diria que aquele estrupício de extrema-direita [Javier Milei] iria chegar na frente nas primárias? E quem, em sua consciência, pode dizer para o eleitor argentino: “Esse cara é louco, vai acabar de vez com a Argentina”? A Argentina está acabando há cem anos. “Estamos em guerra civil, fomos fundados por uma guerra civil. Esse cara é louco, tudo bem. Mas o bom senso está do lado do governo, seja o Macri ou uma facção do peronismo [Fernández], que nos deixou nessa m.”? Então, faz o quê?

Já não sei quais são os indicadores sociais da Argentina, mas o número de pessoas pobres e miseráveis deve ter ao menos duplicado nesses quatro anos de 100% de inflação. Já estava desindustrializada. Falar de Argentina e caos é sinônimo. No entanto, sobrevive. É um milagre.

Que “onda rosa”? Nós aqui, por favor, escapamos do horror por 1,8% [diferença de votos entre Lula e Bolsonaro]! E os caras uma semana depois tentaram um golpe.

Revista Adusp. Sim. E elegeram governadores nos estados mais importantes.

Paulo Arantes. São majoritários em governos estaduais, na Câmara e no Senado. Sem falar em prefeituras. O que nós ganhamos? Ganhamos o direito de botar todo esse pessoal dentro do governo. Aí eles vão brigar, não dá para pôr todo mundo. Então fica de fora. Essa a tática do Lula. Você vê o Chile. Que faz o pobre do Boric? É um moleque sério, moderado, resultado de uma sublevação social importante no Chile. Os caras morreram, ficaram cegos. Botaram um milhão de pessoas na rua

dizendo: “Não queremos mais a Constituição do Pinochet. Queremos um estado social, queremos previdência. Vamos mudar a Constituição. Façam a Constituinte”. Fizeram a Constituinte. “Ah, mas não queremos esta Constituição porque tem muita bagunça, então vamos voltar à do Pinochet”.

Diante disso o Boric reuniu-se com a turma do [Sebastián] Piñera ou enfim, quem for sucedê-lo. Isso está nos jornais, não estou inventando nada. “Eu não vou ser candidato à reeleição. Isso está fora de cogitação, para mim acabou. Eu vou voltar a fazer trabalho de base. Só peço para vocês não exagerarem na dose. Uma previdenciuzinha, uma escolinha pública, um hospitalzinho, tá?”. Aí os caras: “Pode deixar, a gente vai se controlar”. Imagine. Não existe autocontrole, só quando o outro lado é mais forte. O Chile renunciou à sua própria possibilidade de se reorganizar. E tem lá o cara de extrema-direita que disputou com o Boric pronto para dar o bote.

Então, você já vê: aqui, 1,8% e todo mundo em pé de guerra. Faria Lima está quietinha, contente com o Haddad. Mas tem que ser muito ingênuo para acreditar que isso dura mais de dois ou três meses. Não tem como. Viram a mesa na hora que bem entenderem, se acharem que é necessário. O agronegócio então, Lula pode fazer Plano Safra de quantos bilhões de reais quiser. Na primeira eleição, o agronegócio vota na extrema-direita, não tem conversa. Aprendeu com a Dilma Rousseff.

Então, não sei onde é que a onda rosa existe. O Uruguai está acabando na seca. E os caras falaram: “Mercosul? Isso é bobagem. Nós vamos fazer comércio com o mundo inteiro, bilateral”. Acabou. **(P.E.R.P.)**

BRASIL SEGUE REFÉM DO DESÍGNIO MILITAR, QUASE 60 ANOS APÓS O GOLPE CONTRA JANGO

Luciana Araújo¹

Ricardo Stuckert-PR



Presidente Lula e comandantes militares durante cerimônia do Dia do Exército (19/4/2023)

Só um criterioso balanço histórico e da articulação castrense que levou o neofascista Jair Bolsonaro ao poder, além da punição dos crimes cometidos pela Ditadura Militar (1964-1985) e de reformas estruturais nas Forças Armadas, podem consolidar as frágeis liberdades democráticas existentes no Brasil. “Fico espantado com a acomodação do [presidente] Lula. Porque sofreu na carne, viu do que as Forças Armadas são capazes e resolve não mexer. Mas Lula não entende isso, como também as direções partidárias e a academia”, deplora Manoel Domingos Neto (UFF). “Dilma engavetou o relatório da CNV”, protesta o jurista Márcio Sotelo Felipe

As vésperas do sexagésimo aniversário do golpe militar de março-abril de 1964, que inaugurou um período de duas décadas de opressão — e dentro dele, longos anos de Terrorismo de Estado e incontáveis crimes: sequestros, torturas, assassinatos, desaparecimento de corpos —, são cada vez mais nítidas as evidências de que as Forças Armadas sempre buscaram, e ainda buscam, impor-se à sociedade civil, mesmo depois de formalmente encerrada a Ditadura Militar em janeiro de 1985.

A participação nas manobras urdidas para cassar o mandato da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e manter a prisão do então ex-presidente Lula em 2018, a fim de assegurar a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais daquele ano; a nomeação de mais de seis mil militares da ativa e da reserva para exercerem cargos no poder executivo federal durante o governo do “capitão”; a ausência do almirante Almir Garnier Santos na cerimônia de troca do Comando da Marinha; os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023 e a atuação de integrantes do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República no *putsch* bolsonarista são alguns exemplos recentes da ação política dos quartéis como uma espécie de “poder paralelo”.

Assim como o recrudescimento da violência policial, com a intensificação das ações em favelas e comunidades periféricas, torturas e assassinatos no primeiro semestre

de 2023, à revelia de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e a despeito da demissão dos agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) que em 25 de maio de 2022 assassinaram o sergipano neurodivergente Genivaldo Santos em uma câmara de gás improvisada dentro de uma viatura. Estudioso das Forças Armadas desde a década de 1970, Manuel Domingos Neto aponta um domínio ainda persistente da estratégia militar mantida pelas Forças Armadas desde a Segunda Guerra Mundial sobre o país. “O desígnio militar termina predominando”, constata.

Doutor pela Universidade de Paris VI, em 1979, com uma tese sobre a influência estrangeira na modernização do Exército, e ex-presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), Domingos é uma autoridade nos estudos sobre as Forças Armadas brasileiras. Professor associado da Universidade Federal Fluminense (UFF), ele foi superintendente da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (estado que o elegeu deputado federal pelo Partido Comunista do Brasil, PCdoB, em 1989), vice-presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e docente da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Sua vida foi marcada também pela Ditadura Militar, que o expulsou da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde estudava, por força do decreto-lei 477/1969, o prendeu e torturou por 40 dias na

tentativa de obter informações sobre o grupo clandestino de esquerda Ação Popular (AP), e ainda o manteve no cárcere por dois anos, até 1973.

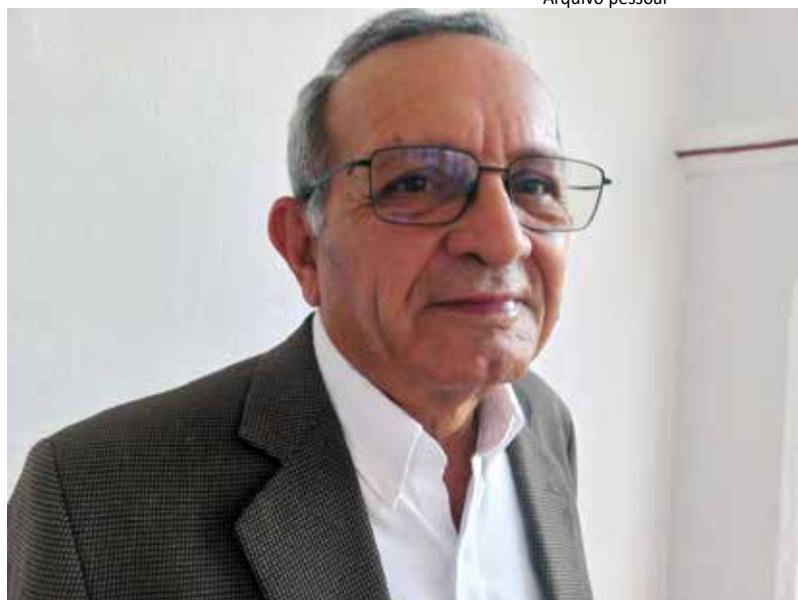
“As Forças Armadas são corporações com larga autonomia, que disputam o poder e conseguem exercê-lo. Por exemplo, nas grandes questões da política brasileira hoje elas confrontam diretamente o presidente da República”, avalia Domingos. “Têm uma percepção de país e conseguem impor essa percepção nas grandes linhas das políticas públicas brasileiras, a política externa é a mais visível. Porque eles sustentam o alinhamento estrutural aos Estados Unidos, essa aliança estratégica, desde a Segunda Guerra Mundial”, analisa.

A ilustrar a interferência militar no poder civil, Domingos cita a resistência das Forças Armadas à integração sul-americana, “muito vinculada ao desenvolvimento industrial e científico e à proteção ambiental”, portanto um ponto central no desenvolvimento do Brasil. “Eles sabotam essa integração, que seria um grande choque geopolítico. O Brasil se alçaria de fato à condição de ator global, pela liderança que tem na América do Sul. A falta de integração prejudica, por exemplo, a proteção da Amazônia e a política sanitária, que é impossível à margem da integração porque a fronteira é muito extensa e não dá para ter uma política à revelia dos vizinhos”.

Tradições repressivas herdadas do escravismo

“A partir de 1945, no cenário da Guerra Fria, as Forças Armadas foram o cão de guarda dos setores mais reacionários da burguesia. Deveriam combater o ‘inimigo interno’, espectro político à esquerda”, assinala o advogado Márcio Sotelo Felipe

Na consecução de seu projeto de país, e especialmente no período da Ditadura Militar, as Forças Armadas brasileiras nunca hesitaram na utilização de métodos crimi-



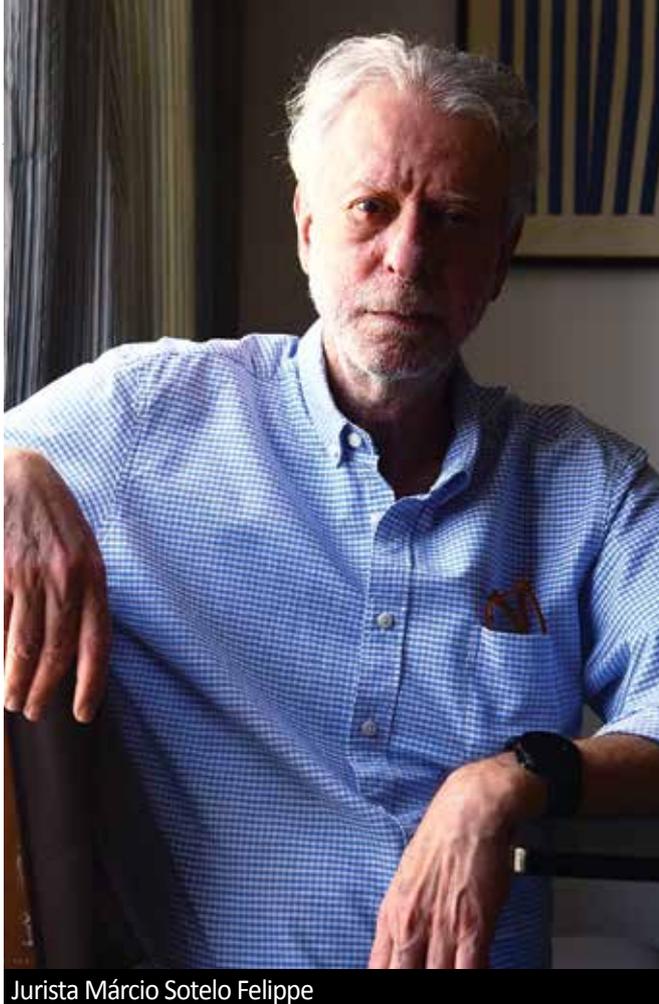
Professor Manoel Domingos Neto

nosos como sequestros, tortura, assassinatos e desaparecimentos. Em suma: nunca abriram mão de se tornarem instrumentos do Terrorismo de Estado.

O advogado Marcio Sotelo Felipe aponta o pós Segunda Guerra Mundial como um marco nessa metodologia de ação. “A partir de 1945, no cenário da Guerra Fria, as Forças Armadas foram o *cão de guarda* dos setores mais reacionários da burguesia, particularmente a associada ao imperialismo. A série de tentativas de golpes após 1945 e o golpe de 1964 devem ser analisados nessa perspectiva, como reação diante do avanço (ainda que parco) de forças progressistas. Surge daí a doutrina da segurança nacional, cujo conceito básico era o de que as Forças Armadas deveriam combater o ‘inimigo interno’, designação que abrangia o espectro político à esquerda”, explica Sotelo, que foi procurador-geral do Estado de São Paulo no governo Mário Covas.

“Os métodos dessa guerra interna respondem pelos crimes contra a humanidade perpetrados por militares e pelo aparato repressivo estatal associado. Método que foi forjado pelos militares franceses na Argélia e transmitido por eles aos estadunidenses e aos militares latino-americanos. A busca da informação por meio da tortura e de assassinatos. As Forças Armadas brasileiras permanecem nessa cultura e formação reacionárias”, aponta o advogado.

Embora consolidada a partir de 1945, a doutrina militar brasileira tem suas origens no escravismo colonial e na repressão a escravizados sublevados indígenas e negros. “O



Jurista Márcio Sotelo Felipe

Daniel Garcia

Brasil quase adentrou no século XX escravizando pessoas”, ressalta Eunice Prudente, professora sênior da Faculdade de Direito da USP (FD) e ex-secretária estadual de Justiça e Cidadania. Advogada militante e defensora dos direitos humanos e do antirracismo, Eunice integrou o Conselho e atuou em outras instâncias da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Criada em 1809, a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro nasceu da necessidade da Côroa Portuguesa recém instalada no país de se livrar dos capitães do mato (cuja autonomia e natureza mercenária criavam dificuldades de administração), de manter o controle da população escravizada, pela via da violência autorizada pelo Estado, e de controlar os focos tidos como de perigo social por meio da disciplina militar.

Diz o decreto do Príncipe Regente de 13 de maio daquele ano:

“Sendo de absoluta necessidade prover á segurança e tranquillidade publica desta Cidade, cuja população e trafico têm crescido consideravelmente, e se augmentará todos os dias pela affluencia de negocios Inseparável das grandes Capitaes; e havendo mostrado a experiencia, que o estabelecimento de uma Guarda Militar de Policia é o mais próprio não só para aquelle desejado fim da boa ordem e socego publico, mas ainda para obstar ás damnosas especulações do contrabando, que nenhuma outra providencia, nem as mais rigorosas leis prohibitivas tem podido cohibir: sou servido crear uma Divisão Militar da Guarda Real da Policia desta Corte, com a possível semelhança daquella que com tão reconhecidas vantagens estabeleci em Lisboa”.

A emboscada como método, ao invés do policiamento preventivo e da investigação, está no “DNA” do militarismo nacional. Ainda de acordo com o decreto regencial,

“As patrulhas de Infantaria de noite não andarão em continuado gyro, mas de espaço em espaço se occultarão em sitio mais reservado e no maior silencio, para poderem escutar qualquer bulha ou motim, e apparecerem repentinamente sobre o logar da desordem: a Cavallaria deve semelhantemente parar em diferentes ruas e conhecer bem as travessas, para que possa cortar a fugida a qualquer delinquente que queira evadir-se.”



Professora Eunice Prudente

Daniel Garcia



Bolsonaro, Augusto Heleno e Mourão em 2020

“Garantia da Lei e da Ordem” (CF, artigo 142)

As operações de GLO realizadas por Exército e Marinha por determinação da Presidência da República, sob a égide do sibilino artigo 142 da Constituição Federal, iniciaram-se no governo de Itamar Franco (1994) e se tornaram quase triviais sob Lula, Dilma e Temer

Documento disponível na seção de Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA) do Arquivo Nacional evidencia também o uso originário da Guarda Real na repressão ao “inimigo interno”, ainda que este conceito tenha surgido

somente no século XX. A Guarda Militar surge em substituição às milícias de capitães do mato, mas a repressão aos quilombolas já era tarefa da Guarda Real precursora do Exército.

“Outro grande problema dessa organização ‘protopolicial’ [dos capitães do mato] era a impossibilidade de mantê-los enquanto um corpo sólido, para ataques a grandes quilombos, por exemplo, em razão de sua autonomia. A Guarda Real, desde sua criação, vinha cumprindo bem essa tarefa em incursões aos morros das cercanias da cidade, sob o comando do famoso major Vidigal”, diz ainda o MAPA. “A partir, então, dos anos de 1820 na cidade do Rio de Janeiro, a tarefa de controle dos escravos fugidos ou desordeiros [*sic*] seria transferida exclusivamente aos soldados da Divisão Militar da Guarda Real, sendo essa a sua principal tarefa no período.”

Ainda a propósito dessa modalidade de força militar, vale lembrar que a página digital do Batalhão da Guarda Presidencial do Comando Militar do Planalto (CMP) dedicada a Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, registra que em 1832 — três décadas antes da Guerra do

Paraguai, que lhe daria fama como chefe militar — ele foi nomeado comandante do Corpo de Guardas Municipais Permanentes, embrião da força policial carioca.

“Note-se que, embora o nascedouro do Exército Brasileiro tenha-se dado em Guararapes, numa típica operação de defesa externa contra um agressor estrangeiro, é no mínimo emblemático que o primeiro comando do patrono do Exército tenha sido exercido na liderança de uma organização vocacionada à GLO”, assinala a página subordinada ao CMP, em referência, enviesada e anacrônica, às “operações de Garantia da Lei e da Ordem” que o Brasil só viria a experimentar no final do século 20.

As operações de GLO realizadas por Exército e Marinha por determinação da Presidência da República, sob a égide do sibilino artigo 142 da Constituição Federal de 1988, tiveram início no final do governo Itamar Franco (1994), tornando-se quase corriqueiras no século 21, nos governos de Lula, Dilma Rousseff e Michel Temer. Destinavam-se a resolver supostos colapsos da “ordem pública” em alguns estados da federação. Assim, é notável que o Exército brasileiro celebre, publicamente, seu envolvimento em ações tipicamente policiais.

“A natureza do Estado brasileiro é de um estado subalterno, mas dominador e feroz, impiedoso com seu povo, e as Forças Armadas correspondem a essas necessidades da natureza do Estado”, pontua Manuel Domingos. Entre 1994 e 2018, somente no Rio de Janeiro, foram realizadas oito operações de GLO, várias delas focadas em regiões periféricas, como o Complexo do Alemão (entre novembro de 2010 e julho de 2012) e o Complexo da Maré (abril de 2014 a junho de 2015).

A responsabilidade dos governos civis

“Não houve justiça entre nós quanto aos militares e policiais que torturaram e estupraram pessoas. Mesmo em casos que foram à justiça, não houve prosseguimento. A justiça de transição não funcionou no Brasil”, diz Eunice Prudente, professora da Faculdade de Direito da USP

Todos os especialistas ouvidos pela reportagem foram unânimes em apontar que a impunidade dos crimes da Ditadura Militar favorece e estimula a permanência dos sabres sobre a cabeça da sociedade brasileira. Os militares julgam-se no direito (e até no dever) de tutelar a sociedade civil. Essa tutela reflete os padrões ideológicos recebidos pela alta oficialidade num processo de formação oligárquico, simpático à implacável aniquilação dos “inimigos internos” e que portanto legitima a tortura e o Terrorismo de Estado.

“Houve uma escolha política de não enfrentar a questão. Desde a redemocratização, por todos os governos que se sucederam, passando por Lula e Dilma e incluindo a burocracia civil, magistratura, STF, que teve a oportunidade de fazer essa ruptura mas convalidou a auto-anistia da Ditadura Militar”, denuncia Sotelo. “Dilma engavetou o relatório da Comissão Nacional da Verdade. Sempre foi a escolha política mais conveniente e confortável, mas isso teve e tem um custo que pesa sobre todos nós”, destaca.

“Nossos vizinhos, na Argentina, não tiveram mais problemas com ameaças à democracia [após inúmeros julgamentos e condenações de militares e de cúmplices civis]. O chamamento à responsabilidade teve o efeito de uma ruptura com a cultura reacionária. Aqui ainda estamos às voltas com ela, marcadamente, como se viu, na adesão ao projeto fascista de Bolsonaro que empolgou boa parcela dos militares”, analisa o ex-procurador-geral de São Paulo.

“Não houve justiça entre nós quanto aos militares e policiais civis que torturaram e estupraram pessoas. Mesmo em casos que foram à justiça, como o da família Teles, que não quis indenização mas a verdade, no qual o Tribunal de Justiça de São Paulo reconheceu Ustra como torturador, não houve um prosseguimento. A justiça de transição não funcionou no Brasil”, reforça, por sua vez, a professora Eunice Prudente, referindo-se à ação cível ajuizada por Amélia Teles e familiares contra o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do principal centro de torturas da Ditadura Militar, o DOI-CODI do II Exército (situado na rua Tutoia, na capital paulista). “Isso sem dúvida fez com que muitos fossem se acomodando, [concluindo] que não há qualquer punição, sobretudo para crimes contra os direitos humanos fundamentais. Isso é muito grave”.



Professor João Roberto Martins Filho

João Roberto Martins Filho, professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e primeiro presidente da ABED, destaca que “a Ditadura termina no Brasil com os militares confortáveis”, embora houvesse também uma consciência na sociedade de que era necessário que aquilo não voltasse a acontecer. “Esse foi o consenso democrático que permitiu a Constituição de 1988. Mas o governo Sarney viveu sob a tutela, o então ministro do Exército [general Leônidas Pires Gonçalves] era a figura mais forte. A partir do governo Collor, começa a haver, embora com processos de crise, avanços no sentido de os civis controlarem os militares”, explica.

“Primeiro, com a extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI). Depois o Fernando Henrique cria a Comissão de Mortos e Desaparecidos e, em 1999, o Ministério da Defesa, que os militares não queriam”, prossegue João Roberto. “Mas, com a Comissão Nacional da Verdade, parece que houve uma volta dos recalçados. Os militares se mobilizaram contra o governo do PT e acabaram apoiando o governo Temer — o general [Sérgio] Etchegoyen é o homem forte do governo Temer — e, posteriormente, numa adesão apaixonada, irracional, ao candidato e presidente Bolsonaro”.

Manuel Domingos destaca a omissão do presidente da República em terceiro mandato, que surpreende especialmente por tudo que foi visto durante o governo Bolsonaro e, ainda, pelo notório envolvimento militar na conspiração golpista de 8 de janeiro. “Fico espantado é com a acomodação do Lula. Porque ele sofreu na carne, viu do que as Forças Armadas são capazes e resolve não mexer em nada. Dava para mexer sem provocar revolução, não era fácil mas dava. Mas o Lula não entende isso, como também as direções partidárias e a própria academia”, deplora.

Bolsonaro e a estratégia de controle político militar

“Os generais Heleno e Mourão se aproximaram de Bolsonaro porque achavam que podiam controlá-lo. E houve um comprometimento da cúpula militar, foram o cérebro da candidatura, embora neguem”, afirma João Roberto Martins Filho, professor da UFSCar

“A eleição do Bolsonaro foi resultado de articulação militar. Ele não tinha qualquer condição de ter feito carreira política e ter chegado onde chegou sem a atuação das Forças Armadas”, pontua Domingos. João Roberto concorda. “Demoramos um pouco para perceber que não estava acontecendo a democratização em que havíamos apostado e que, pelo menos desde 2014, quando Bolsonaro foi convidado a participar de uma formatura na Academia Militar das Agulhas Negras, tinham aberto uma porta para ele, embora àquela altura ninguém podia acreditar que ele ganharia as eleições”, diz o professor da UFSCar. “Depois, alguns militares como os generais Heleno e Mourão se aproximaram de Bolsonaro porque achavam que podiam controlá-lo. E houve um comprometimento da cúpula militar com a candidatura, [os generais] foram o cérebro da candidatura, embora neguem”, afirma.



Polícia Militar enfrenta golpistas em 8 de janeiro, no Palácio do Planalto

Ele destaca ainda que, embora busque se desvincular das responsabilidades com a candidatura de Bolsonaro em 2022, o próprio general Paulo Sérgio Oliveira, que no governo do ex-capitão exerceu os cargos de comandante do Exército e de ministro da Defesa, foi chamado a explicar à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que apurou os acontecimentos de 8 de janeiro por que razão ele recebeu um *hacker* em reunião nesse ministério.

João Roberto lembra, igualmente, que a candidatura Lula se inviabilizou em 2018 por causa de uma decisão do STF — o qual por 6 votos a 5, no dia 4 de abril daquele ano, negou *habeas corpus* (HC) ao ex-presidente — que refletiu o receio de uma parte dos ministros da suprema corte frente a um ameaçador tuíte do então comandante do Exército, o general Eduardo Villas Bôas, que, com o aval do Alto Comando da força, exorbitou seu papel institucional e avisou que o Exército compartilhava “o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia”.

No contexto da Operação Lava Jato, tratava-se de uma mensagem cifrada contrária à concessão de HC para Lula. Uma vez rejeitado o HC, três dias depois Lula foi preso e conduzido a uma prisão da Polícia Federal (PF) em Curitiba, cidade onde tramitavam, ilegalmente, os processos conduzidos pelo então juiz federal Sérgio Moro (hoje senador). O general Villas Bôas é reconhecido pelo próprio Bolsonaro como o principal mentor de sua candidatura à Presidência em 2018.

A demora na percepção da movimentação golpista entre militares e civis incluiu a não observância de gestões contra a democracia dentro do próprio Palácio do Planalto. Em 13 de janeiro de 2016, poucos meses antes da sessão da Câmara dos Deputados que afastaria Dilma Rousseff da Presidência, o então ministro da Defesa, Aldo Rebelo (à época, principal figura pública do PCdoB), instituiu a Portaria Normativa 9/GAP/MD, que aprovou o Glossário Militar. O documento reconhece com naturalidade, entre outras aberrações, o conceito de “Operação de Garantia dos Poderes Constitucionais” como o emprego das Forças Armadas fora de situações de guerra para “assegurar, em última instância, o funcionamento independente e harmônico dos Poderes da União”, e afirma que tais operações podem se efetivar *por iniciativa própria* das Forças.

Perspectivas de mudança das FFAA (I)

“As Forças Armadas mantêm uma estrutura organizacional e funcional ideológica ligada à dominação colonial. Isso não se alterou. A modernização é farsesca, porque não mudou a estrutura”, assevera Manuel Domingos

No seu livro mais recente, editado pela editora Gabinetes de Leitura com o título *O que fazer com o militar — apontamentos para uma nova política de defesa*, Manuel Domingos traça o fio histórico que moldou a doutrina dos quartéis no Brasil. “As Forças Armadas mantêm uma estrutura organizacional e funcional ideológica ligada à dominação colonial. Isso não se alterou. A modernização [das forças] é farsesca, porque o que mudou não mudou a estrutura”, afirma. Ele defende uma reforma estrutural do militarismo no país.

A Marinha do Brasil chegou a “atualizar” em 2016 sua missão constitucional com base no que o comando interpreta que sejam os poderes assegurados à estrutura militar brasileira pelo artigo 142 da Constituição Federal. O dispositivo constitucional, esgrimido por defensores de uma “intervenção militar” desde as manifestações que deram sustentação à derrubada da presidente Dilma Rousseff, foi produto de *lobby* do Exército sobre os deputados constituintes e é dúbio quanto à subordinação das Forças Armadas à Presidência da República e demais poderes constitucionais.

Afirma o *caput* do artigo 142: “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. O busílis está neste trecho final.

Militares da chamada linha-dura, como o general Augusto Heleno, e civis como o jurista Ives Gandra Martins e Janaína Paschoal (docente da FD e redatora do *impeachment* da presidenta Dilma), fazem malabarismo jurídico para agregar ao texto constitucional um suposto “poder moderador” dos militares, uma vez que, como visto, o artigo 142 concede às Forças Armadas a prerrogativa de garantir “a lei e a ordem”, por “iniciativa de qualquer” dos poderes constituídos.

Os posicionamentos desse espectro político no país são produto de suas trajetórias de vinculação à própria história das Forças Armadas como ela se deu. Heleno, guru e chefe do GSI de Bolsonaro, integrou, em 1977, a equipe do então ministro do Exército, general Silvio Frota, que tentou impedir a “política de distensão” liderando um golpe infrutífero contra o ditador Ernesto Geisel.

Apesar do currículo, Heleno foi nomeado por Lula para comandar as tropas da Missão da ONU no Haiti (Minustah), em 2004, e no ano seguinte foi acusado de genocídio por organizações de direitos humanos.

Mackenzista historicamente vinculado aos movimentos conservadores, membro da Opus Dei, Gandra mantém na página de seu escritório o vídeo de uma “aula” ministrada em 2013 no Clube Militar na qual afirma que “não houve ditadura militar no Brasil”. Além disso, o jurista busca validar, na suas interpretações, a suposta autoridade moderadora das Forças Armadas.

Em documento encontrado pela PF no celular do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid, a opinião jurídica de Gandra favorável a uma intervenção dos militares é textual. Questionado por um militar sobre a possibilidade de emprego das Forças Armadas em período de normalidade, o advogado responde, em papel timbrado de sua banca, que “pode ocorrer em situação de normalidade se no conflito entre poderes [sic], um deles apelar para as Forças Armadas, em não havendo outra solução”. No mesmo parecer, Gandra refere-se ao golpe de 1964 como uma suposta “imposição popular por força dos desmandos do Governo Jango”.

O deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP), autor de uma PEC que reformula o artigo 142, citou a descoberta, pela PF, de uma minuta do golpe no celular de Mauro Cid como mais uma evidência a atestar a procedência e urgência de sua proposta.

Perspectivas de mudança das FFAA (II)

Proposta inclui autonomia nacional em armamentos; não obrigatoriedade do serviço militar; quebra da endogenia; extinção dos comandos das 3 Forças, que passariam a ser dirigidas por chefe de Estado-Maior Conjunto; criação de corpo civil na pasta da Defesa



No dia 8 de janeiro, Exército impede que PM desmonte acampamento bolsonarista

Manuel Domingos ressalta que uma reforma das instituições militares implica muitos elementos de forte impacto. “A esquerda sobretudo aponta que é necessário mudar a formação do oficial. Eu digo que isso não tem cabimento porque militar não é formado em aulas, ele é essencialmente formado através dos rituais simbólicos, particularmente dos cânticos. Qualquer coisa que se diga em sala de aula não vai tirar dele a ideia que ele canta todo dia de que é a esperança do Brasil. Ele aprende isso desde que põe o pé no quartel, como é que uma aula vai mudar isso? Quem forma o militar só pode ser o militar. O que se deve mudar é a missão institucional, afirmar que as forças se destinam ao combate ao estrangeiro hostil”, sustenta.

Entre as mudanças, Domingos propõe a busca da autonomia nacional em armas e equipamentos; suspensão da obrigatoriedade do serviço militar; quebra da endogenia; e mudança da estrutura de comando, extinguindo-se os comandos das corporações, que passariam a ser dirigidas por um chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças, reduzindo o número de generais e possibilitando investimento numa força com capacidade para exercer o controle efetivo das fronteiras e dos espaços aéreo e marítimo.

Propõe ainda dar capacidade ao Ministério da Defesa, por meio da composição de um corpo civil técnico capaz de materializar proposições que reduzam desperdício de investimentos públicos e revertam em uma estrutura que

efetivamente sirva para defender a população de eventuais agressões externas.

“As Forças Armadas são estruturas onde você bota o pobre e o negro para lutar contra o pobre e o negro. Então a revisão disso, a supressão da lógica do inimigo interno, é de um impacto profundo na sociedade. Muitos aspectos de uma reforma não dizem respeito à máquina militar, como por exemplo a reorganização da segurança pública”, afirma Domingos. “Se você tem uma polícia ou guarda de fronteira e uma guarda costeira, obriga o Exército e Marinha a tratarem do inimigo externo, ou ficariam sem função”.

Sotelo inclui-se entre os que defendem mudanças na formação militar, mas vai além. “É preciso enfrentar duas tarefas: romper com a cultura reacionária, protofascista ou fascista, das Forças Armadas, o que exige implantar nos cursos militares a cultura democrática e de respeito aos direitos humanos; iniciar, ainda é tempo, a persecução penal pelos crimes contra a humanidade perpetrados pela Ditadura Militar”, argumenta. “Mas há uma terceira questão cujo debate urge: para que precisamos de Forças Armadas? De todo modo, não podemos mais fazer de conta que o problema dos militares com a democracia não existe, como fizeram todos os governos pós ditadura, sob pena de essa espada pender ainda sobre as futuras gerações e ser uma ameaça permanente à democracia”, conclui.

Nota

1 **Jornalista. Especial para a Revista Adusp.**

OITO GENERAIS E UM ALMIRANTE INDICIADOS PELA CPMI DE 8/1

Rudson Pinheiro Soares¹

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



General Gustavo Henrique Dutra de Menezes, ex-comandante do Planalto, durante depoimento à CPMI: ele não foi indiciado

Relatório final da CPMI que investigou os episódios de 8 de janeiro indicia nove oficiais-generais por participação na tentativa de golpe de estado, numa prova de que uma parcela da cúpula das Forças Armadas conspirou contra posse do presidente Lula. O documento foi encaminhado à Polícia Federal, à PGR e ao STF para os procedimentos cabíveis

Entre os 61 indiciados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos de 8 de Janeiro, vinte e dois são militares das Forças Armadas e oito integram a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), totalizando 30 militares da ativa e da reserva — quase metade, portanto, dos denunciados no relatório final da CPMI por associação criminosa, violência política, abolição violenta do estado democrático de direito e golpe de estado.

De autoria da senadora Eliziane Gama (PSD-MA), o relatório foi votado em 18 de outubro, depois de cinco meses de trabalho, sendo aprovado por 20 votos a 11. Os parlamentares que participaram das investigações, tendo à frente o deputado Arthur Maia (União-BR), presidente da Comissão, entregaram o material à Procuradoria Geral da República (PGR), à Polícia Federal (PF) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), para os procedimentos cabíveis.

O documento de mais de 1.300 páginas relaciona, entre os golpistas, nove oficiais de altas patentes do Exército e da Marinha: oito generais, cinco dos quais de quatro estrelas, e um almirante de esquadra. Além deles, dez oficiais superiores foram indiciados: seis coronéis, dois tenentes-coronéis, dois majores. Há também um capitão reformado, apontado como “mentor moral e intelectual da tentativa de golpe”: o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Quatro dos oficiais-generais citados foram ministros, um foi comandante-geral do Exército e outro, comandante-geral da Marinha. Três passaram pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI). “Havia no entorno do Bolsonaro pessoas ligadas às Forças Armadas que tinham a mesma visão golpista que ele. Foi por isso que o presidente se cercou destes generais”, avalia o deputado federal Rogério Correia (PT-MG), também integrante da CPMI, falando à *Revista Adusp*.

São eles os generais de quatro-estrelas Walter Souza Braga Neto, ex-interventor federal no Rio de Janeiro (no governo Temer), ex-ministro-chefe da Casa Civil e ex-ministro da Defesa, além de candidato a vice-presidente de Bolsonaro em 2022; Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ex-comandante das tropas da ONU no Haiti, ex-comandante militar da Amazônia (no segundo governo Lula) e ex-ministro-chefe do GSI; Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, ex-ministro-chefe da Casa Civil; Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, ex-comandante do Exército e ex-ministro da Defesa; Marco Antonio Freire Gomes, ex-comandante do Exército; e o almirante-de-esquadra Almir Garnier San-

tos, ex-comandante da Marinha.

Outros personagens na lista da CPMI são o general de três estrelas (divisão) Carlos José Russo Assumpção Penteadado, ex-secretário-executivo do GSI, e os generais de duas estrelas (brigada) Carlos Feitosa Rodrigues, ex-chefe da Secretaria de Coordenação e Segurança Presidencial do GSI, e Ridauto Lúcio Fernandes, ex-diretor de logística do Ministério da Saúde.

O tenente-coronel Mauro Cid, do Exército, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro que esteve preso por quatro meses, em meio a investigações da Polícia Federal, assinou acordo de delação premiada que permitiu saber-se de reunião realizada pelo então presidente Jair Bolsonaro em 14 de novembro de 2022 com os comandantes das Forças Armadas à época, com a finalidade de sondá-los sobre se aceitariam executar um eventual golpe de estado de modo a garantir sua permanência na Presidência. Segundo Cid, o almirante Garnier foi o único dos comandantes a aceitar a proposta de Bolsonaro. O general Freire Gomes, ao contrário, teria dito ao então presidente que lhe daria ordem de prisão, caso viesse a dar o golpe. A CPMI, porém, constatou que Freire Gomes impediu a remoção do acampamento bolsonarista montado em frente ao Quartel General do Exército em Brasília, em fins de 2022.

Após a posse de Lula, Garnier, quebrando protocolo secular, não compareceu à solenidade de transmissão do comando da Marinha a seu sucessor, almirante Marcos Olsen. Garnier também se notabilizou por improbidade quando esteve à frente do cargo, tendo viajado pela Europa, com a esposa, a bordo de um avião da Força Aérea Brasileira.

Cid mencionou os generais da reserva Augusto Heleno e Braga Netto como personagens que alimentavam o espírito golpista de Bolsonaro. “A maioria do Alto Comando do Exército recusou aderir a uma aventura golpista, mas é preocupante constatar que parte considerável da oficialidade pendeu para essa solução”, declarou à *Revista Adusp* o professor João Roberto Martins Filho, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Os generais Freire Gomes, Ridauto Fernandes e Eduardo Ramos são egressos das “forças especiais” (FE), ou seja: no decorrer da carreira, serviram em alguma das unidades subordinadas ao Comando de Operações Especiais do Exército. Também conhecidos como *kids pretos*, em alusão ao gorro desta cor usado por eles, os FE eram admirados por Bolsonaro, razão pela qual vinte e seis deles, entre

os quais Mauro Cid, foram “convocados” pelo presidente para exercerem cargos no seu governo.

Segundo o historiador e cientista político José Murilo de Carvalho (UFRJ), morto em agosto, aos 84 anos, as FE de alguma maneira descendem dos DOI-Codi — aparatos montados pelo Exército para perseguir, torturar e assassinar inimigos políticos durante a Ditadura Militar (1964-1985). E a capacidade de dissimular ações e combater o que se compreende por subversivo continuaria vigente no imaginário dos *kids pretos*. “As FE se tornaram um reduto ideológico da extrema-direita. São compostas por dois batalhões sediados em Goiânia e uma companhia em Manaus, além de um centro de treinamento no Rio de Janeiro”, lembra Martins Filho.

“A quase totalidade dos militares apontados como possíveis conspiradores, executores e defensores das teses golpistas eram Forças Especiais ou agentes incitados por eles”, diz o relatório final da CPMI. Alguns *kids pretos* tiveram participação expressiva no planejamento e execução dos atos de 8/1

As FE são unidades bem treinadas, com alta capacidade cognitiva, habilidades de infiltração e capacidade de elaboração de ações de inteligência. Tais características lhes conferem um papel natural de liderança, destacadamente em momentos de insurgência. “Os *kids pretos* são treinados para criar o caos, como no caso da bomba no aeroporto de Brasília ou das torres de energia derrubadas, ou ainda os atos de 8 de janeiro. Foram caracterizadamente ações com comando, com liderança. Os *kids pretos* estão aí para isso”, comenta a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), integrante da CPMI.

Além disso, as FE têm autonomia financeira e operacional. “A autonomia se revelaria sobremaneira útil se direcionada a camuflar missões tidas como

‘cobertas’ ou ‘sigilosas’, especialmente se o objetivo for contrariar o regime constitucional vigente [...]. A quase totalidade dos militares apontados pelas investigações como possíveis conspiradores, executores e defensores das teses golpistas eram Forças Especiais ou agentes incitados/instigados por eles”, diz o relatório final da CPMI.

Alguns *kids pretos* tiveram participação expressiva no planejamento e na execução dos atos de 8 de janeiro. O general da reserva Ridauto, especialista em operações especiais, estava entre os golpistas naquela tarde e chegou a publicar um vídeo no qual afirmava estar “arrepido” com a intentona. Relatórios da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), de dias após a tentativa de golpe, descreveram a presença de indivíduos uniformizados e com um mínimo de preparo militar, possivelmente recrutados e treinados por *kids pretos*.

“Relatório encaminhado a esta CPMI pela Polícia Legislativa do Senado Federal revela que, de fato, há indícios de que a invasão ocorrera com o auxílio de manifestantes que detinham treinamento especializado militar, ante as técnicas desenvolvidas e o uso de granada lacrimogênia GL-310, conhecida como ‘bailarina’ por saltitar no chão enquanto dispara o gás lacrimogêneo, evitando que o alvo a capture e lance o artefato de volta”, diz o relatório final da CPMI. “Referida tecnologia não faz parte do acervo da Polícia Legislativa do Senado Federal, tampouco da Câmara, mas o Exército utiliza a GL-310 em larga escala para treinamentos militares, inclusive nos cursos dos *kids pretos*”.

Sinais de que se buscava promover uma “guerra irregular”, expressão usada para ações paramilitares de desestabilização política. “O ‘movimento irregular’ é você recrutar pessoas que não são militares ou que têm o mínimo de experiência”, explicou Ridauto em entrevista a um *podcast* no dia 27 de setembro de 2022. “Os *kids pretos* estiveram no dia 8 de janeiro, foram responsáveis pelo quebra-quebra e por toda aquela organização”, aponta Rogério Correia.

Os FE não estavam só entre os que tentaram, e conseguiram, invadir e depredar as sedes do Congresso Nacional, do STF e do Governo Federal durante a jornada golpista. No Planalto, em postos-chave do GSI, havia nove *kids pretos* ou aliados, de variadas patentes, incluindo os generais Penteado e Feitosa. Todos nomeados por Augusto Heleno no governo Bolsonaro.

No comando do GSI havia apenas oito dias, o novo ministro-chefe empossado pelo presidente Lula, general Marco Edson Gonçalves Dias, o “GDias” (ironicamente um egresso das FE), ainda não havia nomeado sua equipe de confiança. “O erro do GDias foi não ter mudado a equipe. Foi a equipe do general Heleno que permaneceu naqueles primeiros dias e que deixou de agir para impedir a invasão do Palácio do Planalto. O general Penteadado, o general Feitosa, atuaram para que o GDias não comandasse e tentaram até impedir que ele fosse até lá”, assevera Jandira.

Entre as atribuições do GSI está a de proteger o Palácio do Planalto. No bojo desta incumbência, há o “Plano Escudo”, a ser posto em prática em situações nas quais a sede do governo brasileiro fique vulnerável a ataques. O Plano Escudo envolve também a PMDF em linhas mais externas e o Batalhão da Guarda Presidencial, do Exército, nas imediações do prédio. Ao todo, são quatro níveis de contenção.

Acionado em 5 de janeiro, o Plano Escudo se manteve ativo até o dia 8. No dia 6, antevéspera dos atos golpistas, em nome do general Penteadado, então secretário-executivo do GSI, fora enviada mensagem ao Comando Militar do Planalto (CMP) para que fossem dispensadas tropas de reforço, apesar das ostensivas mobilizações que ocorriam, segundo a ABIN alertou, para a suposta “Tomada do Poder pelo Povo”.

No dia 8, o general GDias recebeu ligação de Saulo Cunha, da ABIN, que lhe relatou a intensificação das manifestações. Logo em seguida, o então ministro-chefe do GSI contatou seu subordinado, general Penteadado, que lhe asseverou ser a atividade “pacífica”. Mesmo assim, GDias foi pessoalmente ao Palácio do Planalto, e quando lá chegou questionou seu secretário-executivo sobre a ausência de barreiras da PMDF, conforme prevê o Plano Escudo. Estavam no recinto também o general Feitosa e dois coronéis.

Percebendo a gravidade da situação, o ministro requisitou imediatamente reforços ao CMP, mas já não havia como evitar a invasão, até pela inexistência de barreiras de contenção mantidas por policiais militares. Em abril, GDias pediria demissão do cargo, depois que foi divulgado vídeo gravado em 8 de janeiro em que ele aparecia no Palácio do Planalto, em situações nas quais parecia aceitar a movimentação dos invasores, o que ele negou expressamente, ao prestar depoimento à CPMI, em agosto.

Embora o trabalho da CPMI tenha desmistificado a ideia de que os congressistas iriam poupar os militares envolvidos no golpe, enviados do ministro da Defesa, José Múcio, pediram a parlamentares governistas que evitassem a convocação de militares da ativa, deixando esta apuração a cargo da PF

“O indiciamento dos nove generais expõe mais uma vez o alto custo do apoio irrestrito a Bolsonaro por parte das Forças Armadas. Tanto à direita como à esquerda, há um grande impacto na imagem da instituição, já registrado em pesquisas de opinião. A direita culpa as Forças Armadas por não terem impedido a posse de Lula; a esquerda, pela intromissão na política”, considera Martins Filho.

“O GSI sob o comando do general Augusto Heleno teve suas missões legais completamente distorcidas no governo Bolsonaro, tornando-se uma correia de transmissão da vontade pessoal do presidente. A presidente Dilma tinha extinguido o GSI, por não cumprir sua missão de proteger a Presidência, no caso do grampo a seus telefones por parte dos EUA”, relembra o professor da UFSCar. “Com a queda de Dilma, o GSI foi recriado e entregue ao general Etchegoyen, que se tornou a eminência parda do novo governo, mas também não conseguiu evitar que Temer tivesse suas conversas grampeadas”.

O governo atual deveria ter extinto o GSI em razão dessas evidências, aponta, mas preferiu não fazê-lo, de modo que o problema da politização particular desse órgão permanece. “Quanto à [politização] das Forças Armadas em geral, tudo continua como dantes. Talvez um ou outro general seja punido, mas o problema institucional que levou à intromissão dos militares na política a partir do *impeachment* continua”, conclui Martins Filho.

Para entender a participação dos militares nos atos de 8 de janeiro é preciso recuar no tempo, já que uma ação de tal envergadura não se arquiteta da noite para o dia. Houve diversos “momentos” preparatórios, como os acam-

pamentos de golpistas. “O 8 de janeiro não foi um evento, foi o resultado de um processo de acumulação de forças na busca do caos, na medida em que não houve unidade das Forças Armadas para um golpe clássico”, reflete Jandira.

No final do governo Bolsonaro, o então ministro-chefe do GSI, general Augusto Heleno, participou de diversas reuniões e circunstâncias. O general Ramos, então titular da Casa Civil, advertiu que os civis não deveriam “esticar a corda”. O almirante Garnier, que em novembro diria a Bolsonaro estar disposto a colocar “tanques nas ruas” em seu favor, literalmente já o fizera meses antes, quando, em nítida provocação, enviou blindados do Rio de Janeiro ao Palácio do Planalto, a fim de entregar ao presidente da República convite para assistir a um exercício militar da Marinha. O bizarro “desfile” pelas avenidas de Brasília aconteceu em 10 de agosto, dia em que a Câmara dos Deputados votaria, e derrubaria, a proposta de voto impresso.

Em 1º de agosto, por sinal, o general Paulo Sérgio Nogueira, então ministro da Defesa, havia enviado ofício ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) exigindo acesso ao código-fonte das urnas eletrônicas, como se já não tivesse sido permitido. A ideia era reforçar a narrativa da “inauditabilidade” das urnas. Os códigos-fonte foram inspecionados por técnicos da Defesa, cujo relatório só ficou pronto, no entanto, após o segundo turno das eleições.

“Estou entre os muitos que não reconhecem o resultado eleitoral”, chegou a afirmar Heleno quando ainda à frente do GSI. “É obvio que uma declaração dessa inflama atitudes golpistas”, ponderou o deputado federal Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ), durante uma sessão da CPMI que interrogava o general. “Há muitos indícios de crimes no interior dos acampamentos. Mas, independentemente do que acontecia lá dentro, a pauta pública deles era ilegal e inconstitucional. Defendiam uma intervenção militar e tentavam deslegitimar o processo eleitoral. E um general e ex-ministro do GSI disse publicamente que os considerava ordeiros e pacíficos”, recordou o parlamentar do PSOL.

Braga Netto, por sua vez, foi apontado como articulador do golpe entre os colegas de farda, além de elo entre Bolsonaro e os acampamentos, sendo grande incentivador da permanência destes. Em discurso proferido em 19 de novem-

bro, exortou-os a “não perderem a fé”. Quanto ao general Freire Gomes, ordens suas impediram ações de desmobilização dos acampados em frente ao Quartel-General do Exército, localizado no Setor Militar Urbano (SMU). Morador da quadra residencial do SMU, o comandante-geral do Exército nunca permitiu que seus “vizinhos” fossem incomodados.

O trabalho desenvolvido pela CPMI não convalidou a ideia de que os congressistas poupariam os militares que participaram da tentativa de golpe. Porém, parlamentares da base do governo admitiram que enviados do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, lhes pediram que evitassem a convocação de militares da ativa, deixando esta apuração a cargo da PF. “Lula escolheu a contemporização com as Forças Armadas. Seu ministro da Defesa age como representante das forças junto à Presidência, negando seu papel constitucional de canal do comando civil sobre as Forças Armadas”, pontua Martins Filho.

Apesar do ineditismo que representa o indiciamento de nove oficiais-generais e seu possível julgamento por crimes graves relacionados ao fracassado *putsch* de 8 de janeiro, não se pode omitir que pelo menos dois militares de alta patente escaparam de ser citados pela CPMI: o general Júlio César Arruda, primeiro comandante do Exército nomeado por Lula, e o general de divisão Gustavo Henrique Dutra de Menezes, comandante militar do Planalto até 23 de março de 2023. Por sinal, ambos *kids pretos*. Foram eles os principais responsáveis pela decisão de proteger com blindados e homens armados, na fatídica noite de 8 de janeiro, o acampamento montado diante do QG do Exército, para que a PMDF não os retirasse de lá. Menezes continua na ativa e acaba de ser premiado pelo governo com a nomeação como vice-chefe do Estado Maior do Exército.

Até agora o STF tem se notabilizado pelo rigor no julgamento dos “peixes pequenos” do 8 de janeiro. Porém, o ministro Alexandre de Moraes, relator do processo, já decidiu que os militares golpistas também serão julgados pelo Supremo. “Depois de a gente ter vivido uma anistia de torturadores [a serviço da Ditadura Militar], não podemos permitir que golpistas fiquem impunes novamente. Temos que responsabilizá-los para que novos golpes não aconteçam”, sustenta Jandira Feghali.

Nota

¹ **Jornalista. Especial para a Revista Adusp.**

O “NOVO” NOVO ENSINO MÉDIO

Fernando Cássio¹

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Seminário realizado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, em maio de 2023

Além de perverso com as juventudes, o “Novo Ensino Médio” (NEM, lei 13.415/2017) mostrou-se tecnicamente inviável. No estado de São Paulo, as 13 disciplinas do “velho” ensino médio foram esmigalhadas em 276 “componentes curriculares” que levaram ao caos a gestão escolar. O PL 5.230/2023 mitiga os problemas da reforma original ao retomar as 2.400 horas letivas totais que o NEM reduziu, mas mantém a fragmentação curricular dos itinerários formativos e o modelo de educação “profissional” baseado em cursos precários que suprimem a formação regular de estudantes na última etapa da educação básica

O governo federal finalmente enviou à Câmara dos Deputados o projeto de lei (PL) que altera a lei 13.415/2017, também conhecida como reforma do ensino médio ou pelo nome-fantasia de “Novo Ensino Médio”² (NEM). E, de fato, o NEM não passou de fantasia. Prometeu liberdade de escolha, expansão de carga horária, escolas de tempo integral e qualificação profissional; mas entregou precarização do ensino, piora nas condições de trabalho de docentes e privatização da oferta educativa direta. Aprofundou as desigualdades que toda política educacional deveria — pelo menos é o que reza o artigo 3º da Constituição Federal — combater.

Além de perverso com as juventudes — 88% dos(as) estudantes do ensino médio do país estudam nas escolas públicas que tiveram os currículos comprimidos pelo rolo simplificador da reforma — o NEM se mostrou tecnicamente inviável. No estado de São Paulo, as 13 disciplinas do “velho” ensino médio — um terrível excesso, trombeteavam os arautos empresariais da modernização educacional que elaboraram a reforma — foram esmigalhadas em 276 “componentes curriculares” que levaram a gestão das escolas a um estado de caos.

Montar calendários, organizar turmas e alocar professores(as) virou trabalho impossível com tantas disciplinas, a ponto de os(as) diretores(as) se verem obrigados(as) a reduzir a oferta de itinerários formativos para assegurar a permanência do corpo docente nas escolas. Professores(as) cuja formação acadêmica agora importa menos do que a capa-

cidade de animar plateias com oficinas de empreendedorismo juvenil.

As promessas da propaganda do NEM não se cumpriram, mas o projeto de reduzir o custo da educação dos mais pobres foi seguido à risca nos últimos três anos. Os “especialistas” dos institutos e fundações empresariais — que elaboraram a reforma e “auxiliaram” as secretarias estaduais de educação na implementação — só não contavam que a coisa iria degradingolar tão rápido (a reforma era pior do que se imaginava). Os resultados das primeiras pesquisas foram implacáveis, e demonstraram que a reforma não tem a menor condição de cumprir aquilo que prometeu. Era óbvio, aliás, que uma reforma curricular altamente fragmentada implementada sobre um sistema educativo estruturalmente desigual tenderia a acentuar esses problemas.

Financiados por bilionários e cercenados pelos meios de comunicação, os “especialistas em educação” do empresariado foram alertados sobre os riscos desde o princípio. Arrogantes, pagaram para ver e insistiram na aventura. Implementaram a lei 13.415/2017 nas 27 redes estaduais do país, em parcerias com secretários de educação seduzidos com viagens para seminários em Oxford, Harvard, Stanford e outras mecas universitárias que estendem tapetes vermelhos para a filantropia educacional rica e bem intencionada do Sul Global. Três anos depois, milhões de estudantes não têm dúvida de que foram enganados: o “novo”, afinal, era pior do que o “velho”. Centenas de milhares de estudantes fizeram a pro-

va do Enem neste ano sem terem tido aulas de Química, Literatura, Sociologia etc. Já para a fauna que habita os escritórios climatizados das fundações e institutos empresariais, o fracasso do NEM foi apenas mais um erro de percurso. Reformas educacionais, afinal, são complexas e difíceis de implantar. A vedação do acesso ao conhecimento a toda uma geração de estudantes de escola pública é, na visão desses atores, um custo necessário ao aprimoramento de sua engenharia social. Depois de elaborarem e implementarem uma reforma educacional visivelmente deletéria, os reformadores empresariais agora providenciam remédios para os males que eles mesmos criaram. Na educação brasileira, o ciclo de criação-destruição das políticas neoliberais não gira; ele capota.

A pedido do governo Lula, o PL 5.230/2023 tramitará em regime de urgência no Congresso Nacional. O relator é o deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE), ex-ministro da Educação de Michel Temer e considerado pai do NEM, e que pretende “aprimorar o legado de Temer” (sic!)

Produto do “consenso possível” entre um vasto campo social que luta há décadas pela garantia e pelo aprofundamento do direito à edu-



Deputado federal Mendonça Filho, relator do PL 5.230/23

cação e as elites empresariais que atuam para influenciar o desenho e a implementação das políticas educacionais no Brasil, o PL 5.230/2023 de “reforma da reforma”³ do ensino médio é o puro suco conciliatório dos governos petistas. Mitiga os problemas da reforma original pelo lado da obrigatoriedade do ensino presencial e da carga horária da formação geral básica (retomando as 2.400 horas letivas totais que o NEM reduziu), mas mantém a fragmentação curricular dos itinerários formativos e o modelo de educação “profissional” baseado em cursos precários que suprimem a formação regular dos/as estudantes na última etapa da educação básica.

A despeito da grita pela revogação da Lei 13.415/2017, que inclusive pautou o debate eleitoral em 2022, Camilo Santana (PT-CE), atual ministro da Educação de Lula, assumiu o cargo sem a menor intenção de mexer na reforma do ensino médio. Assim como boa parte de seu círculo próximo, o minis-

tro nunca escondeu suas afinidades programáticas com a reforma de Temer. O amplo movimento pelo #RevogaNEM na sociedade não deixou escolha ao MEC, que adotou a clássica estratégia de despressurização de conflitos dos governos petistas: participacionismo social. Abriu-se uma consulta pública, e associações científicas, sindicatos, entidades representativas e movimentos sociais foram convocados a reiterar aquilo que já vinham manifestando há anos. As manifestações, porém, ultrapassaram as palavras de ordem comumente repudiadas pelo centrismo reacionário e pelos ideólogos da sobralização do Brasil: a pesquisa educacional feita nas universidades e institutos federais — as evidências científicas, como preferem alguns — demonstrou cabalmente a imprestabilidade do NEM.

A pedido do governo Lula, o PL de reforma da reforma tramitará em regime de urgência no Congresso Nacional. O relator escolhido para

a matéria é o deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE), ex-ministro da Educação de Michel Temer e considerado o pai da reforma do ensino médio. Ao *Estadão* (12/11/2023), Mendonça afirmou candidamente que esta é uma oportunidade para “aprimorar o legado de Temer com contribuições novas”. “O que não se pode é simplesmente rasgar e jogar fora o que já havia sido feito na reforma do ensino médio”⁴.

A designação do relator causou rebuliço na base parlamentar do governo na Câmara, pelo menos nas alas mais à esquerda. Afinal, não haveria razão para colocar um dos responsáveis mais diretos pela tragédia do NEM à frente da tramitação do PL que supostamente visa mitigar os problemas da reforma. Mendonça e os reformadores empresariais perderam a capacidade de defender a reforma. Vencidos no debate público, retornam à arena política com humildade postiça para manter a espinha dorsal da reforma. “Quem me conhece sabe que não sou de vencer no grito, vou fazer o convencimento”, asseverou o ex-ministro que, em 2016, aprovou uma reforma educacional de vastíssimas proporções utilizando o insólito instrumento da Medida Provisória.

Uma resignada claque governista nas redes sociais lamentou o incidente, afirmando que o governo Lula foi emparedado por Arthur Lira e teve que aceitar a designação de Mendonça para a relatoria do PL do “novo” Novo Ensino Médio. O tom de lamúria não se justifica, já que: 1) o União Brasil, partido de Mendonça, também integra a base parlamentar do governo Lula; 2) as afinida-

des ideológicas entre o ex-ministro de Temer e o atual ministro de Lula no tocante à educação são inegáveis (ambos frequentam assiduamente os eventos de fundações como a Lemann); e 3) a reforma do ensino médio é pauta absolutamente secundária, tanto na agenda do governo federal quanto na de Lira.

A presença de Mendonça Filho na relatoria do PL 5.230/2023, nesse sentido, chega a ser confortável para o MEC, pois, apesar das divisões internas no governo a respeito

dos princípios que deveriam reger a “reforma da reforma”, aqueles que efetivamente tomam as decisões no ministério sempre foram partidários da reforma de Mendonça Filho e, lamentavelmente, do legado de Michel Temer. Este é o debate político que precisamos enfrentar: se o ministro da Educação é alinhado a uma reforma educacional que dizimou a formação escolar dos(as) jovens nas escolas públicas do país, pode-se afirmar que o governo Lula também o é.

Isso quer dizer que estudantes, professores(as), pesquisadores(as), movimentos sociais, sindicatos e toda a sociedade organizada em torno da luta pelo direito à educação nas últimas décadas só poderão contar consigo próprios e com uma pequena parte do parlamento para conter a sanha dos que querem impor às juventudes brasileiras um “novo” Novo Ensino Médio tão ruinoso quanto a versão atual, mas desta vez com o beneplácito de um governo progressista.

Notas

- 1 **Fernando Cássio** é professor da Faculdade de Educação da USP. Integra a Rede Escola Pública e Universidade (REPU) e o comitê diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
- 2 <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/ensino-medio-nem-nem/>
- 3 <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/a-reforma-da-reforma-do-ensino-medio/>
- 4 <https://www.estadao.com.br/politica/coluna-do-estadao/novo-ensino-medio-podemos-aprimorar-legado-de-temer-com-novas-ideias-diz-relator/>

UM ASSALTO NADA REPUBLICANO À VERBA VINCULADA

Guilherme Jeronimo¹ e Pedro Estevam da Rocha Pomar²

Daniel Garcia



Protesto de professores estaduais e outras categorias do funcionalismo contra a PEC 9/2023 e a privatização da Sabesp (28/11)

O governador bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos) atreveu-se a tentar o que nem seus antecessores do PSDB, igualmente neoliberais, ousaram fazer: a redução da verba vinculada de 30% da receita de impostos destinada à Educação na Constituição do Estado de São Paulo. “A saúde pública no Estado está repleta de ‘organizações sociais’ na gestão de hospitais e postos de saúde. Na prática, o governo pretende retirar dinheiro da Educação para transferi-lo para entidades privadas no setor da Saúde”, denuncia Fabio Moraes, presidente da Apeoesp. A PEC 9/2023 flexibiliza 16,5% dos recursos da Educação (cerca de R\$ 10 bilhões anuais)

A chegada ao governo estadual do bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos) e seu grupo político, liderado por Gilberto Kassab, ex-prefeito de São Paulo, criador e chefe incontestado do PSD, partido do vice-governador Felício Ramuth, comportou mudanças e continuidades em relação às gestões de João Doria e seu vice (e sucessor) Rodrigo Garcia, ambos do PSDB (posteriormente, Doria deixou a legenda).

Tarcísio conduziu uma guinada à direita no setor de Segurança Pública, ao nomear Guilherme Derrite, deputado federal pelo Partido Liberal (PL) e capitão reformado da Polícia Militar, ex-integrante das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA), para comandar a pasta, e ao desestimular o uso de câmeras de vídeo corporais pelos policiais militares. Endurecimento que se traduziu numa chacina na Baixada Santista, em agosto e setembro: 28 moradores, na sua maioria jovens trabalhadores, foram assassinados por tropas da PM em retaliação ao assassinato de um policial da ROTA. Além disso, aumentaram os índices de homicídios e de prisões praticados pela PM.

No tocante à gestão da saúde pública, em particular em relação às políticas antidrogas e em dobradinha com o prefeito e aliado na capital, Ricardo Nunes (MDB), ocorreu expansão dos serviços terceirizados ou quarteirizados no atendimento, que tem sido acompanhada por um diálogo mais direto com a iniciativa privada, inclusive com grandes gestores da saúde. Tarcísio deixou claro que as “organizações sociais de saúde” (OSS), que se apoderam de vultuosos recursos públicos, continuarão operando com tranquilidade (*veja-se o caso do HRAC na p.46*).

Tarcísio nomeou o empresário Renato Feder como secretário estadual da Educação. Feder exerceu o mesmo cargo no Paraná, no primeiro mandato do governador Ratinho Jr., e as medidas que vem tentando implementar em São Paulo são um aprofundamento do receituário neoliberal já visto em gestões do PSDB. Algumas revelaram-se desastrosas e tiveram de ser abandonadas, como a recusa aos livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do governo federal e sua substituição por apostilas digitais de má qualidade, cuja forte repercussão negativa obrigou o governador a recuar.

O maior retrocesso no setor educacional tomaria forma definitiva em outubro, quando o governo encaminhou à Assembleia Legislativa um “pacote” de medidas que, além do projeto de lei 1.501/2023 autorizando a privatização da Companhia de Saneamento Básico (Sabesp, a maior estatal paulista), propôs, por meio da PEC 9/2023, nada menos que a redução da verba vinculada da Educação definida na Constituição estadual. Assim, levou adiante a ameaça de reduzir de 30% para 25% o Orçamento anual da Educação.

Em abril o governador havia lançado em eventos públicos um balão de ensaio, baseado num lugar comum: as estimativas populacionais são de envelhecimento, o que pressiona a saúde e supostamente diminuiria a demanda pela educação, principalmente a educação básica. Sua última defesa aberta da ideia, em 10 de agosto, no Tribunal de Contas (TCE-SP), já apontava para uma emenda na Constituição estadual (1989), que hoje garante 30% da receita do Estado para a Educação e 12% para a Saúde. A proposta do Executivo retira cinco pontos percentuais

da Educação para que sejam utilizados na Saúde.

“A educação é financiada por pelo menos 18% da arrecadação de impostos da União e 25% dos Estados e Municípios. Em São Paulo a Constituição cita 30%, mas aí são incluídos pagamentos de pensões e aposentadorias; o que se aplica de fato são os 25%”, explica Otaviano Helene, professor sênior do Instituto de Física da USP e ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Ou seja: o estado já não aplica o que deveria aplicar.

O governador defende a presença de grupos de financiadores e da terceirização, o que é contrário à escola pública de qualidade, mas apresentado como gestão moderna e técnica. Visão que reduz o Brasil à condição de produtor e exportador de commodities

Tal mudança se deu nos anos 1990, conforme Eduardo Januário, professor da Faculdade de Educação da USP e pesquisador de história da educação, para quem o cerne da estratégia está no aprofundamento das reformas iniciadas por Mário Covas (PSDB) e continuadas por seu grupo político, principalmente por seu então vice e depois

governador Geraldo Alckmin (hoje no PSB e vice-presidente da República). Há afinidades, porém o governo Tarcsio-Felício, acredita Januário, é ainda pior que aqueles governos tucanos. “Prega o Estado Mínimo e a concepção do público como algo que deva necessariamente diminuir. Isso não é possível em São Paulo, devido ao alto nível de desigualdades sociais”, diz. Ao se fazer isso, você retira direitos essenciais dos mais pobres, frisa.

Esse grupo de gastos (com aposentadorias e pensões), continua Januário, deveria estar no caixa da Previdência ao invés de figurar como gasto da Educação, o que diminui a capacidade de investimentos. “Esse tipo de iniciativa empurra as políticas de permanência estudantil para as parcerias. Com a diminuição (do investimento e da estrutura) vem a privatização. Minha hipótese é que elas estejam, hoje, nas bolsas atreladas a projetos de instituições, como o Santander e o Itaú”. Entre outras soluções “mágicas”, completa, também está a distribuição de *vouchers*, defendida pelo grupo do governador, soluções que colocam os interesses e agenda privados antes do interesse público.

Helene é bastante taxativo em relação a esse tema. O governador, diz ele, defende a presença de grupos de financiadores e da terceirização, o que é contrário à escola pública de qualidade, mas apresentado como gestão moderna e técnica. Esconde-se desse modo a presença de uma “ala ideológica” em favor dessa proposta, que não se importa com a dependência do Brasil à produção e à exportação de *commodities*. “Esse setor não busca um país com quadros de qualidade, o que reflete a perda contínua de espaço

da indústria”, observa. “Não se importam em formar um país, querem garantir lucros altos, contínuos e res-tritos a seu nicho”, reforça.

O pior dessa postura, tão liberal que se libera de defender um país independente, é que ela cria uma profecia auto-realizada. Como não há, dessa forma, demanda de quadros profissionais qualificados, isso diminui a demanda por cursos, o que por sua vez impede a construção de um mercado e enfraquece a demanda no que seria o próximo ciclo de inovação e investimento: “É um ciclo vicioso que promove o atraso, muito grande, nas ciências, inclusive na saúde e nas engenharias em geral”.

Essa dependência é agravada pelo discurso anti-ciência, típico dos partidários de Bolsonaro. Helene aponta que esse discurso, “que antes só apareceria em filmes de terror barato”, vem da dificuldade em explicar para as massas populares a importância da pesquisa científica. “Como o conhecimento científico é mais abstrato”, pontua, o público em geral toma conhecimento dele mais pelo discurso de autoridades do que vendo sua importância em exemplos práticos. “De certa forma a gente crê nos fatos, sem entender”.

Quando se avalia o Orçamento Estadual 2024, os valores nominais destinados à Secretaria da Educação superam com folga os montantes destinados às demais pastas, com previsão de R\$ 49,5 bilhões em recursos diretos. Saúde ficará com R\$ 29,4 bilhões, Segurança Pública com R\$ 27 bilhões. Porém, nenhum desses valores supera, isoladamente, o total de renúncias fiscais previsto para 2024: R\$ 58 bilhões apenas em ICMS.

O argumento principal do Palácio dos Bandeirantes para atacar a verba da Educação já se faz presente no Plano Plurianual (PPA) que será iniciado em 2024. Embora a Educação com “efetividade, qualidade e acesso ampliados” seja o primeiro ponto do documento, ele destaca o processo de envelhecimento populacional, que deve levar a uma inversão inédita no estado ainda nessa década, com a população de idosos superando os menores de 15 anos antes de 2030. Apesar de tudo, o PPA apresenta a diminuição das desigualdades como meta geral da Educação no PPA. Mais precisamente, maiores resultados de aprendizagem, acesso a serviços educacionais amplos, como equipamentos de esportes e cultura, e a redução das desigualdades entre estudantes das redes particular e privada.

Estudo encomendado ao Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e realizado em 2020 identificou falhas estruturais graves na maior parte das unidades escolares. “Constatou-se que 82% das escolas não tinham mais do que dois sanitários para uso dos estudantes”

Duvidando dessa possibilidade, a *Revista Adusp* conversou com Fabio Santos de Moraes, presidente da Apeoesp-Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, para quem mais dinheiro para a saúde pública é uma

reivindicação justa, assim como são necessários ainda mais recursos para a Educação, até que todos os problemas estruturais sejam resolvidos. “A saúde pública no Estado de São Paulo está repleta de ‘organizações sociais’ e grupos privados na gestão de hospitais e postos de saúde. Na prática, o governo pretende retirar dinheiro da Educação para transferí-lo para entidades privadas no setor da Saúde”, denuncia.

A Apeoesp divulgou uma pesquisa no primeiro semestre deste ano sobre qualidade das escolas públicas do estado, focada na percepção dessa qualidade por parte de professores, estudantes e comunidade escolar. O resultado demonstra que o senso comum vai em direção oposta ao que propõe a revisão orçamentária palaciana: a escola precisa de mais recursos e estrutura, tem salas muito lotadas e estudantes pouco motivados, em ambiente de pouca segurança. Perguntados os que frequentam o ambiente escolar, mais de 90% deles afirmaram que uma escola bem cuidada e bem equipada é fundamental para uma educação de qualidade.

Dados oriundos de outro estudo, encomendado ao Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e realizado em 2020, atestam as dimensões do problema, pois foram identificadas falhas estruturais graves na maior parte das unidades escolares. “Constatou-se que 82% das escolas não tinham mais do que dois sanitários para uso dos estudantes. Nossas escolas têm problemas de infraestrutura, sofrem com a falta de funcionários nas secretarias. A merenda e a limpeza, em

grande parte, são feitas por funcionários terceirizados, que não têm estabilidade. A redução de verbas indica ainda que o governo não tem um plano de valorização dos professores. A solução está no fim da desoneração fiscal de R\$ 58 bilhões prevista no Orçamento de 2023 em benefício de grupos empresariais”, defende Moraes.

O financiamento da educação não depende somente da verba estadual. “Outros recursos transferidos por meio da adesão dos estados e municípios a diversos programas, dentre eles os programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criado há mais de cinquenta anos, são também fundamentais para garantir o mínimo necessário para a oferta da educação básica obrigatória”, observa a professora Maria Eliza Nogueira Oliveira, da Unesp de Rio Claro.

“Essa estrutura político-administrativa é fundamental para amenizar os efeitos das desigualdades regionais do país. Por outro lado, evidencia que as vinculações obrigatórias de cada estado e dos seus municípios são insuficientes e sempre necessitam de algum tipo de complementação, seja pela via estatal ou, conforme defendem os neoliberais, por meio de parcerias com instituições privadas. Portanto, reduzir o percentual da vinculação obrigatória para a educação é um risco, uma vez que os repasses de programas e demais subsídios derivados de parcerias podem oscilar de acordo com o contexto econômico e político do país”.

A professora da Unesp aponta o volume relevante em discussão: cerca de

R\$ 10 bilhões são alvo da flexibilização, recursos essenciais para uma rede que ainda atende 3,6 milhões de estudantes. Para esse cenário, não é possível indicar uma margem de corte segura. “Ao contrário, os cortes sempre oferecem riscos e os elaboradores dessas propostas sabem desses riscos tanto quanto nós, mas acreditam que eles são administráveis e que sempre será possível buscar novas e sofisticadas estratégias gerenciais para amenizá-los. Certamente, essas estratégias incluirão novos cortes”. A seu ver, o financiamento da Saúde pode ser resolvido com outras fontes, como a redução das isenções e renúncias fiscais.

Na opinião de Moraes, o debate sobre financiamento da educação precisa continuar e se ampliar para toda a sociedade, “para que possamos defender a manutenção do percentual mínimo assegurado pela Constituição Estadual para a educação, que precisa melhorar e assegurar formação de qualidade para os filhos e filhas da classe trabalhadora”. A Apeoesp fará pressão pela manutenção de direitos, ainda que a correlação de forças na Alesp seja amplamente favorável ao governo.

Maria Eliza, por sua vez, adverte: “Se não buscarmos saídas mais efetivas por meio de uma ampla mobilização capaz de promover um debate sério e fundamentado nos inúmeros estudos e pesquisas que denunciam, há décadas, os efeitos negativos desse modelo administrativo na esfera pública, a tendência é o aprofundamento da crise em que se encontra a educação brasileira”.

Nota

1 Jornalista. Especial para a *Revista Adusp*

2 Editor da *Revista Adusp*

NAS NOSSAS ESCOLAS, DIAS COMUNS E TRAGÉDIAS EM SÉRIE

Guilherme Jeronymo¹

Daniel Garcia



Tarcísio no Metrô, durante homenagem à professora assassinada na Escola Estadual Thomazia Montoro (17/5/23)

*No Brasil, ocorreram 31 ataques e chacinas em escolas entre fevereiro de 2002 e junho de 2023, sendo que 18 deles aconteceram desde fevereiro de 2022, segundo levantamento da Unicamp. O saldo é de 38 vítimas fatais, o que inclui cinco suicídios de atacantes (atiradores). No Estado de São Paulo, desde o massacre de Suzano em 2019, uma lei prevê a contratação de um assistente social e um psicólogo por escola. Mas o governo contratará somente 550 psicólogos para toda a rede estadual, um para cada dez escolas. Em 2023, dois episódios chocantes revelaram despreparo das autoridades escolares e negligência do governo: o assassinato da professora Elisabeth Tenreiro, em março, e a execução de uma aluna por um colega vítima de **bullying**, em outubro*

Era o começo de um dia comum na Escola Estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, zona oeste de São Paulo. Um dia comum, mais um, para professoras e professores, para alunas e alunos, e para seus pais. Somente para uma criança não era assim, mas era uma criança com raiva e com uma faca na mão. Dez minutos depois das sete da manhã naquele 27 de março de 2023 e já não era um dia comum. A professora Elisabeth Tenreiro, de 71 anos, perdeu a vida, esfaqueada por seu aluno de 13 anos.

Ronaldo Borges tem um filho, Miguel, de 13 anos, que estuda na sala em que ocorreu o ataque no Thomazia Montoro. Era um dia comum para Ronaldo, quando uma desconhecida ligou para ele. Ela estava com Miguel, que encontrou no meio da rua, ensanguentado, e levou para o Pronto-Socorro Bandeirantes, próximo à escola. Ele é o garoto que aparece num vídeo indo na direção do agressor do Thomazia, e recebe três facadas, a mais profunda no bra-

ço. Sua tentativa de bloquear o colega atrasou o ataque, deu tempo para crianças saírem da sala e para outras professoras entrarem, tentarem ajudar Elisabeth, e por fim imobilizarem o agressor.

No Brasil ocorreram, entre fevereiro de 2002 e junho de 2023, 31 ataques e chacinas em escolas, sendo que mais de metade, 18, aconteceram desde fevereiro de 2022, segundo levantamento da Unicamp. Exemplos: Suzano (SP), em 2019, com nove mortos; Aracruz (ES), em 2022, com quatro mortos e 12 feridos em duas escolas; Cambé (PR), em 2023, resultando em uma jovem morta e um jovem gravemente ferido.

Estes dados são apontados no recente estudo intitulado “Paz nas escolas e universidades. Violência extrema em escolas brasileiras”, de autoria da professora Telma Pileggi Vinha, do Departamento de Psicologia Educacional da Faculdade de Educação da Unicamp, e da pesquisadora Cléo Garcia. Na maioria das vezes, os autores dos ataques foram

estudantes e ex-estudantes das próprias escolas, e em três ocasiões foram agressores externos. O número total de vítimas fatais é elevado: 38 pessoas, sendo 27 estudantes (16 meninas), quatro professoras, uma coordenadora, uma inspetora e cinco atacantes que se suicidaram. O estudo mapeia os ataques, traça o perfil dos autores e discute suas motivações, com ênfase para o “ecossistema de ódio” existente na Internet.

“Superamos uma fase crítica, mas nada indica que saímos de patamar. Ainda estamos no paradigma do ‘quando’ ocorrerá um novo ataque. Desde 2019 saímos do paradigma do ‘se’”, explica Daniel Cara, professor da Faculdade de Educação da USP e coordenador do relatório “O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental”, elaborado durante a transição entre o governo Bolsonaro e o governo Lula. Trata-se do primeiro documento oficial a indicar, no Brasil, que o ultraconservadorismo pro-

pícia um ambiente favorável à ocorrência de ataques em escolas, entre outras formas de violência.

O ultraconservadorismo permite, e até mesmo autoriza, o discurso de ódio, especialmente misógino, supremacista branco, neonazista, fascista, LGBTfóbico e capacitista. “Caminhamos para confirmar a hipótese de que há vínculo entre as comunidades de ódio. Ou seja: o ódio é um universo identitário com diversas ramificações e intersecções. Em outras palavras, o ódio vai se tornando uma identidade e avançou também para ser uma estratégia de pertencimento de grupo; um grupo pautado na exaltação e prática da violência”.

Um grupo composto por crianças e jovens. O menino autor do ataque no Thomazia, repita-se, era colega de Miguel. “Estavam fazendo um trabalho juntos dias antes, era um garoto normal. Quietos, mas normal”, conta Ronaldo. Diz que teve pena dele, mas na manhã ensolarada de final de junho em que conversamos, quase três meses depois do ataque, não tinha mais. Muito se falou desde então sobre o menino, sobre sua família e suas relações com grupos de ódio, seu interesse por outros crimes parecidos.

Esses detalhes, repetidos assim como as imagens do ataque, podem incitar novos ataques ou ondas de boatos, como a que varreu todas as escolas da região e diversas países afora, em abril, três a quatro semanas após os eventos do Thomazia. Quando conversamos naquela manhã clara de final de outono, Ronaldo me contou que demorou um mês para chorar. “Antes não veio, sabe. Mas quando deu um mês percebi que eu

poderia ter ficado sem meu filho, que uma pequena diferença lá e ele não estaria comigo hoje”.

Pablo Ortellado, da EACH, chama a atenção para a migração das comunidades do tipo True Crimes, da Deep Web para as redes sociais. Cléo Garcia, da Unicamp, indica pontos em comum entre os agressores: ver a escola como palco de sofrimento e participar de tais grupos virtuais

Não é novidade a existência de grupos extremistas. O professor Pablo Ortellado, do curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP), monitora esses grupos extremistas, e percebeu uma mudança preocupante. Antes restritos a fóruns de difícil monitoramento e acesso (abrigados na chamada Deep Web), as comunidades que debatem crimes anteriores e fomentam a realização de novos, conhecidas pelo termo em inglês True Crime Community, estão hoje em redes sociais, onde não é tão difícil encontrar detalhes de massacres como os de Columbine, Suzano e Realengo, e mesmo a celebração desses agressores como mártires a serem imitados.

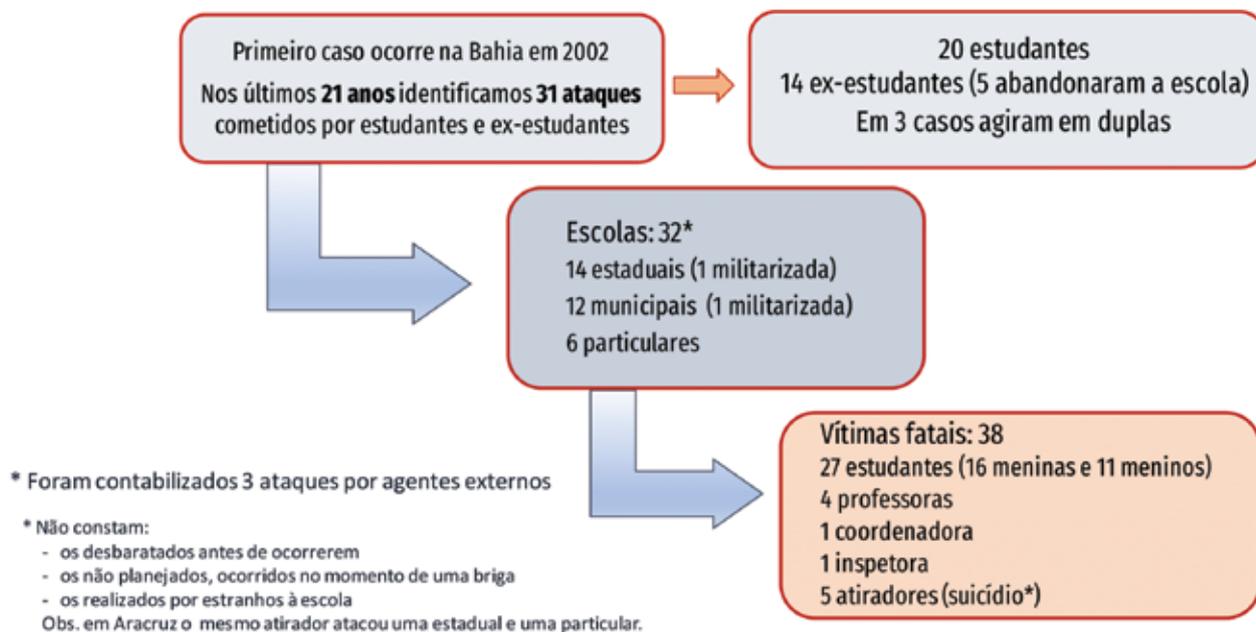
Nessas comunidades, avalia Or-

tellado, enquanto a maioria tem apenas uma curiosidade mórbida pelo tema, há uma minoria que deseja espaço e destaque como celebridade fúnebre. “Uma pequena parcela está à beira de agir. Esse pessoal é que nos preocupa”, adverte. “Dentro desse grupo existe um conteúdo ideológico extremo, muitas vezes misturado, uma ideologia bufê de saladas”, explica o docente da EACH, que coordena o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (Gpapai).

Outro grupo que é referência no acompanhamento dessas células extremistas está na Unicamp e produziu o estudo citado no início desta reportagem. Um fator importante é que o aceleração dos ataques teve relação direta com o isolamento imposto pela pandemia de Covid-19. “Todos saímos de várias formas afetados e adoecidos por esse evento. No ano passado também tivemos uma situação de acirrada disputa eleitoral que se utilizou de intenso discurso e incitamento ao ódio, banalizando a violência ao trazê-la como a única forma de resolver conflitos e divergências”, diz Cléo Garcia.

Ela indicou a prevalência, entre os autores dos ataques, de dois pontos em comum: enxergar a escola como palco de sofrimento, e participar de comunidades virtuais, como as encontradas pelo Gpapai. “Eles se sentem pertencentes a esses grupos, acolhidos e ouvidos”, reforça a pesquisadora. Mas há outras questões envolvidas: “Temos a falta de regulação das plataformas digitais, e a migração dessas subcomunidades da Deep Web para as redes sociais mais comuns a todos, abertas a qualquer tipo de pú-

Mapeamento (até junho de 2023) - 180.000 escolas



Fonte: pesquisa de Telma Vinhas e Cleo Garcia (Unicamp, 2023)

blico, sem qualquer filtro ou moderação nas publicações”.

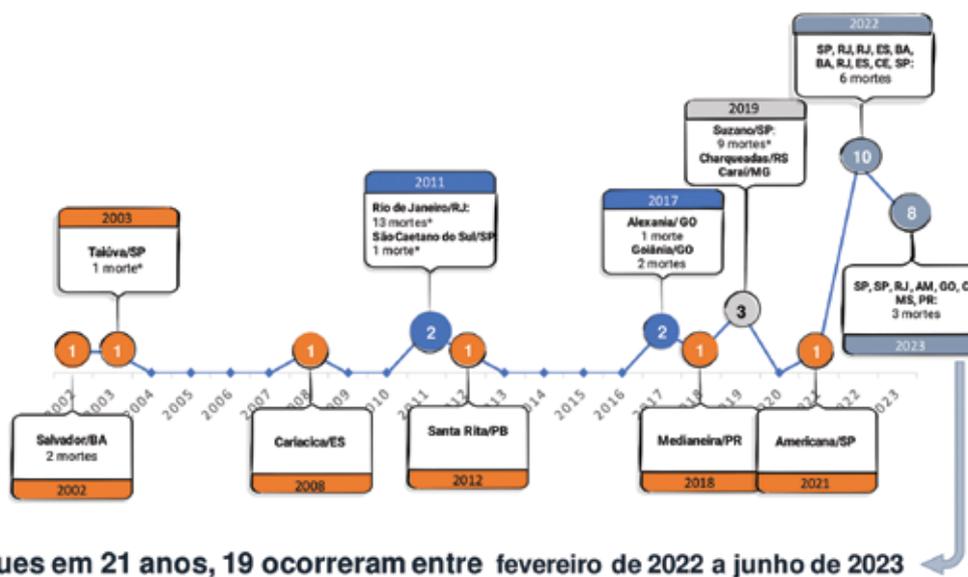
Voluntária após os dois ataques, Elaine Alves é psicóloga especializada em atendimento posterior a desastres e outra a tecer críticas à forma como os governos têm reagido. Tendo permanecido em Suzano por oito meses após o massacre cometido na Escola Estadual Professor Raul Brasil e por dois meses e meio na Thomazia, Elaine considera que o tempo não foi usado para aprender ou para avançar em políticas de atenção e protocolos de ação. Não há recursos para que o trabalho voluntário se torne permanente, falta coordenação das ações de atendimento e apoio aos profissionais atendidos. Elaine notou que, tanto em casos de ataques consumados quanto naqueles frustrados, ou ainda quando a situação ficou restrita às ameaças, o sentimento generalizado de medo é seguido pelo reforço de medidas pontuais de segurança, que cessam pouco tempo

depois. Algo semelhante ao que aconteceu com a onda de boatos de 20 de abril, um movimento deliberado para criar pânico. A seu ver, ali era necessário que os pais mandassem seus filhos para a escola, “pois estávamos produzindo o que eles querem, o pânico que eles querem”. Ela recorda que esse tipo de ameaça, por meio de boatos, ocorreu também um mês após o ataque de Suzano, mas naquela ocasião a polícia foi muito cuidadosa. Nesses casos a comunidade é assistida por algum tempo, até que se esqueça do que se passou. O pai de Miguel, o aluno que procurou deter o colega agressor na Thomazia, concorda com Elaine. Ronaldo esforçou-se para convencer o filho a voltar à escola depois da tragédia. “Por isso eu disse a ele: ‘Você tem que ir, tem de aproveitar. Em um ano vocês terão bem menos gente olhando para vocês. Hoje, tudo de melhor estará lá para ajudar vocês’”, me contou Ronaldo, ao lado da Estação Vila Sônia do Metrô,

cerca de cinco minutos a pé da escola. Estação que agora leva o nome da professora Elisabeth Tenreiro. Uma semana depois a escola abriria as portas para realizar sua festa junina.

É necessário qualificar o espaço escolar e construir escolas mais abrangentes, menos conteudistas e que favoreçam a relação com a comunidade e a natureza, além de combater a sensação de desalento e injustiça, comum nos agressores, propõe Beatriz Souza, do IP

LINHA DO TEMPO



De 31 ataques em 21 anos, 19 ocorreram entre fevereiro de 2022 a junho de 2023

* Suicídio

Fonte: pesquisa de Telma Vinhas e Cleo Garcia (Unicamp, 2023)

Em outro *front*, a Assembleia Legislativa (Alesp) realizou três eventos em junho, em auditórios lotados por autoridades da segurança pública, na sua maioria ex-policiais. As propostas iam de botões de pânico e aumento das rondas escolares à vigilância ostensiva. Falou-se, até, de agentes em tempo integral nas escolas. Mas no começo de agosto, na mesma semana em que “tropas especiais” da Polícia Militar mataram 16 pessoas numa comunidade do Guarujá, o governo estadual iniciou um estranho protocolo nas escolas, estipulando que os diretores assistissem às aulas de cada docente e produzissem relatórios semanais da atuação das e dos docentes. Apeoesp-Sindicato e parlamentares de oposição reagiram imediatamente à medida, que além de não propiciar avanços pedagógicos é um meio evidente de impor vigilância e pressionar docentes, ferindo assim a liberdade de cátedra.

Da esfera federal também partiram ações voltadas para o monitoramento e o reforço das medidas de segurança, porém sem deixar clara a origem dos recursos a médio e longo prazos. Uma iniciativa aparentemente menos passageira foi a criação de um Fórum Permanente de Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo, em âmbito federal e reunindo alguns ministérios, sob liderança da pasta dos Direitos Humanos e Cidadania. Resultado de um grupo de trabalho que aprofundou o relatório do professor Daniel Cara, foi tratado pelo ministro Sílvio Almeida como iniciativa pensada para que “possamos sempre nos antecipar, ou pelo menos captar, nos momentos mais agudos, as várias transformações e mudanças a que essa temática está sujeita”. O grupo identificou também a necessidade de regular as plataformas digitais.

Não há notícia da adoção de medidas básicas, como aponta Elaine Al-

ves, tais como como rotas claras de acesso às unidades para as equipes de polícia e saúde, que poderiam reduzir os riscos e impactos dos ataques, ou protocolos bem definidos de quais equipes têm de chegar, em que ordem, às escolas ou locais em que ocorram os atos de violência. Falta, ainda, entender o que fazer após os ataques. “Quando estamos nesse momento, após uma situação de ataque ou de violência coletiva, é importante que a comunidade escolar trate a questão como um fenômeno coletivo, evitando a internalização de culpas, medos e traumas”, me explicou a psicóloga Beatriz Souza, supervisora do Serviço de Orientação à Queixa Escolar do Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar (Lieppe), pertencente ao Instituto de Psicologia (IP) da USP.

Crítica da modesta atenção dada pelos governos após os ataques em Suzano e na capital, ela pondera

que a repetição e aceleração dos ataques torna a sociedade menos sensível ao que se passou na Vila Sônia. Com essa espécie de crise de desatenção o esforço público no atendimento também cai, talvez na mesma velocidade com que aparecem panaceias, como o uso de armas nas escolas ou de agentes de segurança lá, em caráter permanente. Para Beatriz a solução vai em outra direção, na qualificação do espaço escolar e na construção de escolas com projetos mais abrangentes, menos conteudistas e que favoreçam a construção de soluções conjuntas de aprendizado e a relação com a comunidade e a natureza. Outro elemento importante é combater a sensação de desalento e injustiça, comum nos agressores. Além de identificar as células extremistas, a comunidade escolar precisa acolher os jovens antes que se isolem e recorram a elas.

“Falta por exemplo um cuidado claro em pegar as coisas, os objetos salvados, e guardá-los em local adequado, ou, quando possível, garantir que estejam lá para serem retirados por seus donos”, explica Elaine, para quem essa continuidade faz parte do recolher-se, de voltar ao lugar sem que ele remeta à dor, a pesadelos. Ela defende que a escola reabra o quanto antes, mas como comunidade, como espaço de organização e acolhimento, com tempo para retomar as atividades, tanto para os estudantes quanto para os trabalhadores. “Houve uma professora, do Thomazia, que estava lá 48 horas depois. Só faltou para consultas médicas, eu a vi chorar quase todos os dias”, completou. A

seu ver, a direção do Thomazia não estava aberta ao acolhimento dos profissionais da escola, e só a muito custo aceitou que fossem estabelecidos dois horários para fazer rodas de conversa com docentes.

“Não houve o tempo para a recuperação, não temos esse costume, essa cultura”, completa Elaine, que viu escolas e comunidades vizinhas assustadas, tanto no Raul Brasil como no Thomazia. Nos dois casos, tanto ela quanto Beatriz Souza presenciaram e ajudaram a atender, como voluntárias, os impactos do pós-evento e a onda de desinformação e boatos que seguiram. Elaine lembra que a Educação tem uma verba reservada para emergências. “Onde foi parar essa verba? Não adianta contar com trabalho voluntário, as equipes precisam se manter. Não dá para contar diariamente com voluntários”. Sem essa continuidade podem ser prejudicados esforços fundamentais, como a busca ativa e acompanhamento de todos os envolvidos.

Desde 2019, após as mortes de Suzano, há a previsão, em lei, de contratação de um assistente social e de um psicólogo escolar por escola. Mas o que está em andamento é a contratação de somente 550 psicólogos para toda a rede estadual paulista. Um para cada dez unidades, menos do que os 600 policiais militares atuando diretamente no Programa Escolar, sistema de policiamento dedicado a instituições de ensino (há ainda o programa de reforço de policiamento em jornadas complementares, que conta com 4.800 profissionais ativos e cobre as redes municipais e de ensino técnico e superior).

A superlotação das salas, a falta de um programa de mediação escolar e a violência na comunidade e no entorno aumentam a incidência de violência no espaço escolar, diz Fábio Moraes, da Apeoesp, que rejeita propostas como o treinamento dos professores para enfrentar ataques

A direção da escola não respondeu aos questionamentos encaminhados pela *Revista Adusp*, relativos à inexistência de um período de adaptação para os funcionários, que voltaram ao trabalho dois dias após o ataque. Alguns têm crises de choro e outros sinais de estresse, segundo Elaine e Beatriz. Ronaldo também relatou sintomas semelhantes no filho Miguel, bem como nos colegas dele. Nem a diretora da Thomazia nem a Secretaria da Educação permitiram que a reportagem visitasse a escola.

A violência nas escolas não se resume ao extremo desse tipo de ataque. A Apeoesp, que acompanha o cotidiano das escolas e debate esse tema há anos, rejeita as propostas que implicam aparato ostensivo de segurança. “O papel do professor é o de educar, não o de policiar. A insistência no policiamento ou no treinamento dos professores como solução para enfrentamento da violência é

uma tentativa dos governos de criar respostas imediatas para a sociedade, mas o problema é complexo e tem que envolver todos nesta discussão”, nos disse o presidente Fábio de Moraes, para quem a superlotação das salas, a falta de um programa de mediação escolar e a presença de violência no entorno aumentam a incidência de violência no espaço escolar.

O sindicato divulgou uma pesquisa em março deste ano, na qual a percepção de que há violência considerável nas escolas é de 55% dos estudantes, 61% dos professores e 75% dos familiares, sensação que aumenta nas periferias. Fatores como a diminuição do quadro de funcionários e a insuficiência dos investimentos estruturais agravam a situação. Por outro lado, como já visto, uma parte importante da equação, que é o discurso de ódio, não se encontra no território onde se localiza a escola, mas está espalhado pelas redes sociais.

Na opinião do professor Ortellado, há um problema de competência legal que dificulta o combate aos crimes cibernéticos. Algumas polícias estaduais têm divisões de crimes cibernéticos, mas a competência e coordenação dos esforços de investigação precisaria, a seu ver, ser federal, pois extrapola os limites geográficos comuns a outros eventos de ódio (como as brigas de torcidas organizadas), motivo pelo qual deveria se tornar uma atribuição permanente da Polícia Federal (PF).

Embora tenha havido ações pontuais, a falta de atenção da PF para a necessidade de combater esse crime como uma rede de ações permitiu que

esses grupos se nutrissem do impulso que a extrema-direita teve no país. O monitoramento e ação são lentos e custosos: a Overlord, operação desfechada em julho de 2023 contra células nazistas existentes em diversos estados, a partir de um grupo central em Santa Catarina, foi iniciada oito meses antes, após uma denúncia da ong Safernet. Discussões recentes buscam cobrar das empresas que mantêm redes sociais seu quinhão de responsabilidade. Tanto o Twitter quanto Tik Tok e Discord são problemáticos ainda, diz Ortellado, por dificuldades de monitoramento em sua estrutura.

Cléo Garcia afirma que as escolas também se retraíram diante das pressões e perseguições e deixaram de ser um local onde se dialoga sobre diversos assuntos de extrema importância, como direitos humanos, racismo, exclusão, homofobia, discursos de ódio etc. “É preciso um esforço multissetorial e interinstitucional. Escola, família, área de saúde, assistência social, Conselho Tutelar e segurança pública precisam trabalhar conjuntamente, em mútuo apoio. É necessária a mudança do olhar de todos para os comportamentos considerados diferenciados, mudando também a ação, trabalhando uma convivência pautada em ética, respeito e diálogo. Programas de convivência têm mudado a cultura escolar em países como Chile, Colômbia e Espanha, evitando que os conflitos se tornem violentos”.

No gramado do IP-USP, no começo de uma manhã clara de inverno de um dia comum e seco na capital, Beatriz pacientemente explica que

temos de valorizar a convivência. O espaço, diz ela calma porém enfática, não pode ser apenas o local físico de encontro, deve ser parte do processo educacional, assim como da vida. Assim poderemos quem sabe nos aproximar de uma escola integral, na qual haja respeito às vozes de todos os e as estudantes, e tanto autonomia quanto protagonismo sejam comuns, de maneira que uns-umas se importem com outros-outras. Afinal, penso, a escola típica da rede estadual de ensino, sucateada e maltratada, não parece que está dando conta.

Nota da Redação. Depois de pronta esta matéria, um novo e brutal episódio de violência ocorreu na Escola Estadual Sapopemba, na zona leste de São Paulo, na manhã do dia 23 de outubro. Um adolescente armado rendeu a colega Giovanna Bezerra, de 17 anos, e a executou pelas costas. Depois descarregou a arma e feriu mais duas jovens. O revólver que usou pertencia a seu pai.

O autor do crime tem 16 anos, sofria *bullying* e agressões na escola. Sua mãe chegou a registrar um boletim de ocorrência, em abril, por ameaça e lesão corporal por ele sofridas, e buscou auxílio na Delegacia de Ensino, sem êxito. O secretário Renato Feder, da Educação, reconheceu que a direção da escola sabia que o aluno sofria *bullying*, e falou em contratar mais psicólogos e “segurança privada”. Já o governador Tarcsísio Freitas declarou que irá “rever as políticas” que diz ter adotado desde o ataque na Escola Estadual Thomazia Montoro.

Nota

1 Jornalista. Especial para a *Revista Adusp*.

ABANDONADO PELA USP, HRAC REJEITA CRIANÇAS COM ANOMALIAS CRANIOFACIAIS DE OUTRAS REGIÕES

Gilberto Nascimento¹

Manoel Marques



Cirurgião Eudes Soares Nóbrega ao lado do Centrinho-HRAC: misto de orgulho e tristeza

Reverenciado no mundo, depois de prestar atendimento gratuito, por décadas, a dezenas de milhares de pacientes do Brasil todo e da América Latina, o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (“Centrinho”), renomado centro especializado em fissuras labiopalatinas, recebe agora apenas novos pacientes da região de Bauru. Em 2021 a Reitoria transferiu a gestão do hospital ao governo estadual, que por sua vez a repassou, em 2022, a uma fundação privada dita “de apoio”, a Faepa de Ribeirão Preto, que tem a seu serviço 522 funcionários pagos pela universidade e ainda receberá R\$ 309 milhões dos cofres públicos, por contrato de 5 anos firmado sem licitação

Maryana Sobral Delasta, 13 anos, estudante da oitava série do ensino fundamental, acostumou-se a ouvir que tem tudo para ser um modelo de sucesso. Extrovertida, posa bem para fotos, é dona de uma boa oratória. Filha de um comerciante e uma corretora de imóveis, sempre foi a escolhida para falar diante de ilustres visitantes e especialistas de todo o Brasil e do mundo que visitavam a cidade de Bauru, no Centro-Oeste paulista e a 330 quilômetros da capital, para conhecer o famoso e renomado Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC).

Conhecido carinhosamente como “Centrinho”, o HRAC é motivo de orgulho para Bauru, o estado de São Paulo e o Brasil. É pioneiro em suas áreas de atuação e referência nacional e internacional no tratamento e pesquisa das anomalias craniofaciais congênitas, síndromes associadas e deficiências auditivas. Uma das anomalias craniofaciais mais frequentes é a fissura labiopalatina (abertura causada pelo desenvolvimento incompleto do lábio e do palato), conhecida popularmente como lábio leporino, detectado em um a cada 650 recém-nascidos no Brasil. O tratamento multidisciplinar é oferecido gratuitamente no hospital de Bauru via Sistema Único de Saúde (SUS).

Desde 1967, quando foi inaugurado, o Centrinho passou a receber pacientes de todo o Brasil e da América Latina. Ao longo de décadas, atendeu mais de 120 mil pesso-

as que, da infância à fase adulta, passaram por sucessivas cirurgias e tratamentos enquanto foram necessárias, a cargo de uma renomada equipe de especialistas. Os pacientes recebem atendimento desde os primeiros meses de vida até os 18 ou 21 anos, geralmente. Mas há casos em que o tratamento se estende até os 40 ou 50 anos.

Maryana Delasta é um dos exemplos de grande êxito na reabilitação proporcionada pelo Centrinho. Ela chegou ao hospital com apenas sete meses. Nasceu com uma perda auditiva bilateral, severa e profunda — surdez. Com um ano e dois meses, fez a primeira cirurgia para um implante coclear, um dispositivo eletrônico de altíssima tecnologia, conhecido como “ouvido biônico”, que proporciona ao usuário uma sensação auditiva próxima à que ela teria normalmente.

A deficiência de Maryana é quase imperceptível. “O Centrinho para mim é tudo. Eu não seria nada se ele não existisse. Se eu ficar só um pouquinho sem o implante hoje, eu fico desesperada. ‘Meu Deus, e agora?’, costumo dizer. Nesses momentos, fico insegura. Preciso que as pessoas sejam compreensivas comigo. Eu passo dificuldades de deficientes, às vezes, quando vou num supermercado e, na fila preferencial, as pessoas perguntam: ‘Mas como assim? Você é deficiente?’. O implante, porém, me devolveu tudo”, conta a menina.

“O Centrinho acolhe as pessoas de todo o mundo. Ele me trouxe muitas oportunidades, mudou a minha vida. Como

mudou a vida de muitas crianças e pode mudar a vida de muitas outras. Eu não sei o que dizer e nem como agradecer aos médicos e a todos os funcionários do Centrinho. Sou muito grata a eles por tudo o que fizeram. Eles são uma família, acolhem todos, que chegam aqui meio confusos, precisando de ajuda. Muita gente vinha de outras cidades, de outros países. Eu vou ficar muito triste se o Centro fechar”, disse a menina, em uma audiência pública na Câmara Municipal de Bauru, em setembro de 2022, convocada para tentar sensibilizar autoridades, políticos e a população local, a fim de impedir o fechamento do hospital.

Devido à sua desenvoltura ao falar em público sobre o sucesso da reabilitação, Maryana se tornou agora um símbolo da luta para tentar salvar o hospital. Apesar de o Centrinho ter se tornado ao longo dos anos um modelo na América Latina e no mundo na reabilitação de pessoas com anomalias no crânio e na face, a USP subitamente resolveu desfazer-se do hospital e repassá-lo ao governo estadual, por meio de manobras nada transparentes e sem consultar previamente a ampla comunidade envolvida.

O objetivo da Reitoria, segundo médicos, funcionários e sindicalistas, é pura e simplesmente economizar, deixando de arcar com os custos do tratamento de pacientes de todo o estado de São Paulo, do Brasil e do exterior que vão em busca de sua reabilitação. Ao agir desse modo, a USP atropela um de seus pilares conceituais: a extensão universitária, obrigação de devolver à sociedade brasileira os recursos recebidos, oferecendo serviços e conhecimentos diretamente à população.

Centrinho foi descartado por ter “finalidades assistenciais” e “alto custo”, como se a extensão universitária fosse algo supérfluo. “O reitor apareceu com um discurso de que a USP estava à beira de um colapso financeiro e precisava diminuir gastos”, e “desvincular” HRAC e HU, lembra Claudionor Brandão

Manoel Marques



Prédio histórico do HRAC, conhecido como Centrinho, à direita na foto

Manoel Marques



Maryana Sobral Delasta, 13 anos, com sua mãe: reconhecimento e amor ao Centrinho

Assim, apesar de seu sucesso, o Centrinho passa hoje por um processo de desmonte e esvaziamento. Tudo começou em agosto de 2014, quando o então reitor da USP, Marco Antonio Zago, baseando-se apenas num re-



M.A. Zago quando reitor em 2014: primeiro algoz do HRAC



Claudionor Brandão, do Sintusp, durante ato em defesa do HU

latório encomendado por ele ao professor José Sebastião dos Santos, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), propôs ao Conselho Universitário da instituição a “desvinculação” tanto do HRAC como do Hospital Universitário (HU), outra instituição de prestígio, localizada na Cidade Universitária do Butantã, na capital.

O HRAC, referência na América Latina e no mundo, não interessava mais à universidade naquele momento devido às suas “finalidades assistenciais” e a um alegado alto custo. “O reitor apareceu com um discurso de que a USP estava à beira de um colapso financeiro e precisava diminuir gastos. E uma das formas [de economizar] seria desvincular o HRAC e também o Hospital Universitário. A assistência à saúde seria uma função do Estado e não da universidade”, lembra Claudionor Brandão, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp).

Docentes, estudantes e funcionários resistiram aos planos de “desvinculação” de ambos os hospitais. A resistência era mais renhida, contudo, no HU, por fatores políticos e geográficos. Na fatídica reunião do Conselho Universitário de 23 de agosto de 2014, diante do forte protesto organizado na portaria do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT, onde excepcionalmente se reuniam os conselheiros já que a USP estava em greve por reajuste salarial), o reitor viu-se obrigado a retirar da pauta a proposta de “desvinculação” do HU. O HRAC não teve a mesma sorte.

No decorrer daquela reunião, a professora Maria Aparecida Moreira Machado, a Cidinha, à época diretora

da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB) e superintendente do HRAC, defendeu a proposta do reitor Zago. Alegou que o Conselho Deliberativo do hospital havia debatido a proposta e era favorável à desvinculação. A informação era falsa, sequer houve debate. Mas a manifestação de Cidinha ajudou a convencer alguns conselheiros hesitantes, e a resolução que a Reitoria propôs foi votada e aprovada por maioria simples.

No Estatuto da USP, porém, não existe a figura da “desvinculação”, um casuísmo do qual Zago lançou mão. Além disso, de modo afrontosamente ilegal, o HRAC deixou de ser considerado um “Órgão Complementar” (como previsto até então no Estatuto, artigo 8º) e passou a ser definido, na mesma ocasião, como “entidade associada” à USP. Decisão absurda, pois o Estatuto assim define as entidades associadas: “Entidades estranhas à Universidade [que] poderão associar-se à USP para fins didáticos e científicos, preservando sua autonomia” (artigo 9º, destaques nossos). O Regimento Geral, por sua vez, diz o seguinte sobre elas: “Entidades com personalidade jurídica de direito público ou privado, [que,] mantida a sua autonomia, poderão associar-se à Universidade de São Paulo para fins didáticos e científicos” (artigo 10º).

Como agravante, de acordo com as normas da USP, o resultado da votação — 63 votos a favor, 27 contrários e 15 abstenções — seria insuficiente para aprovar essas mudanças, porque uma alteração do Estatuto requer maioria qualificada, exigindo mínimo de 77 votos naquele

momento. Mas a Reitoria, normalmente tão ciosa de tais “detalhes”, seguiu adiante dando o assunto por resolvido.

Criou-se então uma situação anômala, na medida em que os funcionários do HRAC continuaram ligados à USP e por ela remunerados (e nem poderia ser diferente), e a Reitoria seguiu nomeando superintendentes do hospital, o que não poderia ocorrer caso fosse realmente uma “entidade associada”. A prova maior de que o HRAC nunca teve, e continuou sem ter, a autonomia prevista no Estatuto e no Regimento Geral é que ele foi vítima de uma enorme maquiagem tramada e executada por sucessivas gestões reitorais.

Quando secretário estadual da Saúde, em dezembro de 2018, o ex-reitor M. A. Zago contratou sem licitação a Faepa, para realizar por 5 anos a gestão do Hospital Estadual de Serrana, cidade de 35 mil habitantes. Valor do contrato: R\$ 241 milhões

A ideia da USP era ceder o HRAC à Secretaria de Estado de Saúde (SES), que recusou a oferta. Entidades e movimentos sociais foram recebidas pelo então governador Geraldo Alckmin (à época no PSDB), hoje vice-presidente da República, que negou-se a vincular o hospital à SES. Numa audiência pública lotada em Bauru, com a participação do professor Francisco Miraglia, representante da Adusp, a Câmara Municipal se posicionou contra os planos da USP em relação ao HRAC.

A forte resistência barrou, momentaneamente, os planos do reitor Zago. Três anos depois, porém, ele conseguiu viabilizar um acordo eleitoreiro com Alckmin para criar o futuro Hospital das Clínicas de Bauru (HCB), que aproveitaria o chamado Prédio 2 do HRAC, em construção havia mais de vinte anos. Ali, o Centrinho deveria inaugurar novas instalações, algo que jamais aconteceu. “A USP disse: eu posso ceder o prédio, se o governo levar junto o HRAC”, resumiu Brandão. Como parte do acordo, a USP criaria um curso de Medicina em Bauru e o futuro HCB encamparia definitivamente o HRAC, passando a funcionar como “hospital-escola”.

Assim, em 2017, a USP criou um curso de Medicina na FOB, o que soou estranho. A aprovação às pressas do curso no Conselho Universitário encontrou resistências até de aliados do reitor, tais as inconsistências do projeto. O prometido HCB, por sua vez, foi criado oficialmente em 2018, mas existiu apenas no papel por anos, salvo por um curto período, durante a pandemia de Covid-19, quando foi usado como hospital de campanha. Só em agosto de 2022 passaria realmente a funcionar.

Em dezembro de 2021, a Reitoria da USP, representada pelo então reitor em fim de mandato Vahan Agopyan, assinou um “acordo de cooperação técnica” com a SES, mediante o qual o governo estadual assume “as atribuições de assistência à saúde atualmente desempenhadas pelo HRAC-USP”, sendo que “as atividades assistenciais atualmente executadas pelo HRAC-USP serão assumidas pela Secretaria após a definição, pela pasta, da modalidade de gestão dentre aquelas permitidas pela legislação vigente, incluindo a operacionalização e gestão da unidade por meio de contrato de gestão com Organização Social de Saúde [OSS] nos termos da Lei Complementar 846/1998”.

Portanto, a Reitoria já sabia, ao assinar o “acordo” com a pasta estadual da Saúde, que o HRAC seria repassado a uma OSS. Não houve licitação para a escolha, mas um mero “chamamento público”. Cinco entidades, todas elas fundações privadas qualificadas como “organizações sociais de saúde”, apresentaram-se como candidatas e quem levou a melhor foi a Fundação de Apoio à Pesquisa do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (Faepa), uma entidade constituída e comandada por docentes da FMRP. Nessa escolha, ocorrida em maio de 2022, ficou evidente um conflito de interesses.

A Faepa já controlava inteiramente a gestão do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, que pertencia à USP e hoje é uma autarquia. O atual reitor da universidade, Carlos Gilberto Carlotti Jr., era professor da FMRP e, quando diretor dessa faculdade, entre 2013 e 2016, foi presidente do Conselho de Curadores e de Administração da Faepa. Portanto foi nessa condição que em agosto de 2014, ocupando um assento no Conselho Universitário, Carlotti Jr. votou pela “desvinculação” do HRAC. E, na condição de reitor recém-empossado em janeiro de 2022, assinou os documentos anexos ao “acordo” de transferência do hospital para o governo estadual.



No final do mandato, Vahan assinou “Acordo de Cooperação Técnica”

Apesar de, ao longo de seu mandato, haver atacado e sabotado abertamente o HRAC e o HU, Marco Antonio Zago tornou-se secretário estadual da Saúde por um breve período, durante o governo Márcio França (PSB), em 2018. Logo seria nomeado presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapesp), cargo que ainda exerce. Embora tenha permanecido à frente da SES por apenas oito meses, Zago, que é docente aposentado da FMRP, encontrou tempo para assinar um contrato de gestão com a Faepa (Processo 001.0500.000045/2018). Firmado em 7 de dezembro de 2018, por dispensa de licitação, o contrato prevê o pagamento de nada menos que R\$ 241 milhões à Faepa, para que esta se incumba, por cinco anos, da gestão do Hospital Estadual de Serrana, cidade de 35 mil habitantes.

O “desmanche” do HRAC precedeu a transferência para o governo estadual (e a entrega da gestão à Faepa). Em junho de 2019, o professor Carlos Ferreira dos Santos, superintendente do HRAC e diretor da FOB, passou a restringir o atendimento a pacientes no hospital. O Centrinho, agora, atende apenas pacientes novos que sejam



Reitor atual Carlotti Jr. presidiu Conselho Curador da Faepa

oriundos das 39 cidades que fazem parte da região administrativa de Bauru. Assim, exclui-se a população dos demais 606 municípios de São Paulo, sem falar no restante do Brasil. Por outro lado, médicos e demais profissionais do Centrinho que se aposentam ou se desligam por qualquer motivo não têm sido substituídos.

Funcionários da USP lotados no HRAC trabalham agora para a fundação privada contratada para gerir o HCB, conforme previsto no “acordo de cooperação técnica” firmado entre a universidade e o governo estadual, e isso “até que ocorra a vacância dos respectivos empregos”!

Em fevereiro de 2023, a USP cedeu gratuitamente à Faepa a qualificadíssima equipe médica e de saúde do HRAC, num total de 522 funcionárias e funcionários que passam a receber ordens de gestores da fundação privada, embora seus salários continuem a ser pagos pela universidade. As servidoras e servidores foram alvo de pressões e coação da Reitoria da USP para que assinassem um termo de anuência à respectiva transferência para o Hospital das Clínicas de Bauru, já nas mãos da Faepa.

A migração compulsória da força de trabalho, modalidade neoliberal de escravismo, já estava prevista no

“acordo” firmado com a SES, figurando como uma das obrigações da USP “disponibilizar a equipe de servidores técnicos e administrativos atualmente responsáveis pelas atividades hospitalares do HRAC, até que ocorra a vacância dos respectivos empregos, responsabilizando-se por suportar os custos incorridos na folha de pagamento e os devidos encargos existentes”. Ou seja: até que se aposentem ou faleçam, essas trabalhadoras e trabalhadores se vêem na obrigação de trabalhar para a Faepa ou qualquer outra OSS que venha a assumir o HCB.

Excelente negócio para a Faepa. Além do corpo funcional que lhe foi cedido pela USP sem qualquer ônus, a fundação privada receberá do governo de São Paulo R\$ 309 milhões para gerir o novo HCB por cinco anos, conforme o contrato firmado pelo governador Rodrigo Garcia, sucessor de João Doria, em julho de 2022. Com prováveis aditamentos, esse valor deve ser ainda maior, prevê o sindicalista Brandão. Afinal de contas, inicialmente, o próprio Garcia falava em gastos de R\$ 1 bilhão com o HCB, pelo mesmo período.

Os funcionários que não concordaram em assinar o termo de anuência foram avisados pelo Departamento de Recursos Humanos da USP que não poderiam mais trabalhar no HRAC a partir de 1º de fevereiro de 2023, quando a Faepa assumiria o hospital. Vinte e cinco funcionárias e funcionários recusaram-se a assinar e portanto a trabalhar sob as ordens da Faepa, preferindo sujeitar-se a uma transferência para a FOB ou para alguma outra unidade da USP fora de Bauru.

Na visão de Brandão, dirigente do Sintusp, há pessoas e entidades que serão beneficiadas com a entrega do HRAC àquela fundação privada. “É importante observar que, hoje, quem está gerindo o HRAC são professores da USP. E são professores da fundação ligada à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Só que eles não estão mais gerindo pela USP. Estão gerindo pela Faepa, uma instituição de direito privado, que tem no seu Conselho empresárias como a Luiza Trajano”, critica. Hospitais públicos são sucateados com essa intenção, avalia o sindicalista. “Vão sendo desmontados. Eles não contratam, não investem na manutenção e na estrutura do hospital, nem na renovação dos equipamentos. Vão fechando gradativamente. E dizem, então, que é preciso uma OSS para gerir, para virar um balcão de negócio para as fundações”, completa.

Cinco anos após a criação açodada, na FOB, do curso de Medicina de Bauru, a Reitoria prepara agora a cria-



Governo Rodrigo Garcia contratou a Faepa

ção da Faculdade de Medicina de Bauru, cuja sigla será “FMBru”. O projeto elaborado pela direção da FOB é tão problemático que, após convocar uma reunião extraordinária do Conselho Universitário com a finalidade de aprová-lo, o reitor Carlotti Jr. viu-se obrigado a cancelar o encontro, a pedido da Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP). Prevê a contratação de 80% de seu corpo docente pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e em regime parcial (20 horas), em vez de contratar os profissionais como estatutários e em regime de dedicação integral (RDIDP). Propõe ainda que os docentes da “FMBru” sejam contratados “como empregados do HCB”, isto é: a serviço da Faepa. Aponta esta e outras duas fundações privadas como “parceiras institucionais” da futura faculdade.

“Quando se coloca uma OSS, não haverá mais servidores públicos estaduais aprovados em concurso. Vão fazer as contratações como uma terceirização. Nesse aspecto, é uma privatização”, diz Thyago Cezar, ex-paciente do HRAC, doutorando em Ciências da Reabilitação e vice-presidente da Profis

Para o advogado Thyago Cezar, vice-presidente da Rede Nacional de Associações de Pais e Pessoas com Fissura Labiopalatina (Rede Profis), o HRAC, na prática, passou por um processo de privatização. “Temos de ter um olhar apurado ao falar de privatização, para não parecer que o serviço terá de ser pago a partir de agora. Não é isso. Mas existem formas de privatizar a saúde. Quando se coloca uma OSS, não haverá mais servidores públicos estaduais aprovados em concurso. Vão fazer as contratações como uma terceirização. Nesse aspecto, é uma privatização”, explicou Cezar.

Na avaliação de Cezar, a desvinculação do HRAC da USP deve empobrecer o tratamento. “Hoje, o atendimento proporcionado leva muito mais em conta os aspectos financeiros do que o principal objetivo, que é a saúde. A direção do hospital sempre diz que continuará dando toda a atenção aos nossos pacientes. Mas temo que, no futuro, o tratamento, que era sempre voltado para o melhor da ciência, para a melhor execução, estará condicionado às ações descritas nos cronogramas de tabelas do SUS”, diz o dirigente da Profis, que representa 30 associações e cerca de 10 mil pais e pessoas com fissuras labiopalatinas.

“O HRAC sempre foi um hospital-escola. Como desenvolver a ciência da melhor qualidade e o melhor tratamento, sem o desenvolvimento de novas tecnologias e com a redução de investimentos para novas terapias, que sempre foi o carro-chefe da instituição?”, indaga o advogado, um ex-paciente com fissura labiopalatina que passou por dez cirurgias no Centrinho, desde os três anos de idade, e que hoje é também pesquisador e doutorando em Ciências da Reabilitação no programa de pós-graduação do hospital. O Centrinho já formou cerca de 1.700 mestres, doutores e especialistas.

“O Centrinho é um polo de transformação de vidas. Pessoalmente, é uma tristeza ver a USP tomar



Thyago Cezar, ex-paciente, Rede Profis

essa decisão. Para mim, enquanto paciente que vivi por esses corredores desde os meus primeiros dias de vida até os 25 anos, é triste. Vejo que muitos dos brasileiros, inclusive muitos paulistas e paulistanos como eu, não terão a mesma sorte que tive, ao receber um tratamento que representa a verdadeira existência do nosso sistema único de saúde”, lamentou Cezar. “O hospital merecia muito mais respeito de nossos governantes, por ser o que ele é. Pela história que tem, pela capacidade de desenvolver o melhor da ciência. É um dos melhores do mundo e encantou muita gente”.

Outros centros especializados na área foram criados no país, nos últimos anos, mas nenhum tem as mesmas características do HRAC, segundo Cezar. “Não posso dizer que outros centros no Brasil não prestam um serviço de ponta de tecnologia. Mas eles não contemplam todas as fases do tratamento necessário, em muitos casos, como o HRAC”.

A Rede Profis moveu, em junho de 2022, uma ação civil pública com pedido de tutela antecipada, na 2ª Vara da Fazenda Pública de Bauru, contra a USP e a Fazenda Pública do Estado, para anular a decisão que desvinculou o hospital da universidade. Na ação, a Rede Profis questionou a inexistência de maioria qualificada na decisão do Conselho Universitário de agosto de 2014, ressaltou o direito ao tratamento gratuito a pessoas com deficiência, garantido pelas leis 8.080/1990 e 13.146/2015, e considerou a decisão da USP “completamente incompatível” com as diretrizes estabelecidas pelo próprio Estatuto, “fazendo jus, portanto, à anulação e consequente restauração do vínculo”.

A Justiça de Bauru, dois meses depois, negou o pedido de tutela de urgência na ação civil. A Rede Profis contestou e em seguida houve a especificação de provas. O Ministério Público, então, deu o seu parecer, considerando improcedente a ação. Em novembro de 2023 o processo aguardava as alegações finais das partes e não havia ainda a sentença.

“Temos todos os profissionais para dar atendimento adequado e fazer o paciente fissurado retornar à sociedade reabilitado. Vários centros copiaram essa estrutura”, conta o cirurgião Eudes Nóbrega, do HRAC. “Éramos também o maior centro em termos de capacitação de pessoal. Formamos residentes em várias especialidades”



Dr. Eudes à frente do Prédio 2 do HRAC, que agora abriga o HCB

O HRAC é o primeiro centro brasileiro a reunir todos os profissionais necessários no tratamento e reabilitação de pacientes com fissuras labiopalatinas. Desenvolve ainda experiências inovadoras, que se tornam modelo para todo o Brasil e a América Latina. Quem explica é o chefe da área de Cirurgia Plástica do Centrinho, o cirurgião Eudes Soares de Sá Nóbrega, um cearense de Fortaleza, falante, bem-humorado e orgulhoso do trabalho que faz na instituição, há 36 anos.

“Temos todos os profissionais para dar o atendimento adequado e fazer o paciente fissurado retornar à sociedade totalmente reabilitado. Vários centros copiaram essa estrutura do nosso hospital”, gaba-se Nóbrega. Na equipe do HRAC há cirurgias plásticas, dentistas, ortodontistas, periodontistas, geneticistas, fonoterapeutas, fonoaudiólogos, otorrinolaringologistas, neurologistas, cirurgias craniofaciais, pediatras, psicólogos e assistentes sociais. “Sempre tivemos um hospital exclusivamente dedicado a isso. Éramos até uns cinco anos atrás o maior centro com dedicação exclusiva ao tratamento de fissurados. Só

perdemos agora porque a China, a maior economia do mundo, se tornou a maior em tudo. Mas éramos também o maior centro em termos de volume e de capacitação de pessoal. Formamos residentes em várias especialidades”, comemora o cirurgião.

Nóbrega cita experiências pioneiras desenvolvidas pela equipe do HRAC, entre elas uma prótese para reabilitar a musculatura do palato posterior. “Era um aparelho programado para tampar o palato, servindo como prótese. Com o tempo, observou-se que a musculatura do palato tornou-se mais ativa com essa prótese. Aí, retirando-a, já era possível, então, fazer uma cirurgia. Antes, havia uma abertura, ou fenda, tão grande que nenhuma cirurgia era capaz de fechar. Usou-se a prótese para um objetivo, mas ela serviu para outro. É uma coisa que foi descoberta quase por acaso e hoje está sendo publicada no mundo inteiro”, afirma.

Vários profissionais e pesquisadores do HRAC têm publicado trabalhos reconhecidos mundialmente em conceituadas revistas científicas. O próprio Nóbrega desenvolve uma experiência para evitar incisões internas no nariz de crianças que nascem com fissuras bilaterais. A professora Daniela Garib, atual chefe do Departamento de Odontopediatria, Ortodontia e Saúde Coletiva da FOB,



Radialista Alexandre Pittoli

também desenvolveu no HRAC um aparelho de expansão do maxilar, que reduz pela metade o tratamento da fissura labiopalatina bilateral.

“Existe um aparelho de expandir lateralmente a mandíbula do paciente, de um lado para o outro, e a professora Daniela inventou um outro que permite a expansão para a frente, o que facilita esse tratamento”, esclarece Nóbrega. A indústria de equipamentos e materiais médicos passou a produzir o aparelho e a professora recebe *royalties* hoje. O HRAC também desenvolveu técnicas próprias para tratamento da síndrome de Pierre Robin, uma rara anomalia causada por mal posicionamento fetal, do qual resulta um defeito no maxilar — o descontra das arcadas dentárias e a articulação insuficiente do queixo, que marcou as feições, por exemplo, do compositor carioca Noel Rosa.

O HRAC ganhou o nome de Centrinho porque no seu início, em 1967, funcionava em uma pequena salinha na FOB. Pacientes com fissuras procuravam o Centrinho para cuidar da parte odontológica, mas recebiam um atendimento mais amplo. O Centrinho, então, passou a realizar cirurgias, virou um hospital e especializou-se na reabilitação de anomalias craniofaciais.

“Além de fissura de lábio e palato, o HRAC trata dos grandes defeitos congênitos da face. Quando uma criança

nasce com o crânio defeituoso, por exemplo, exige-se uma intervenção muito mais delicada, com o auxílio de neurocirurgião, para a abertura do crânio. É necessária uma UTI muito capacitada para isso. O HRAC formou uma equipe bastante capaz de tratar tudo isso”, atesta Nóbrega.

O HRAC atendia dez novos pacientes por dia, em média. Atualmente, recebe dois ou três. Nóbrega, pessoalmente, atendia 25 pacientes por dia (excetuando-se os dias em que realiza cirurgias), os novos e os que já seguiam em tratamento. Agora, esse número caiu para quatro. A média de cirurgias ao dia era 25, e hoje é 17, número, porém, ainda considerado excessivo. “A coisa mais feliz da minha vida é dar alta. Às vezes, dou três altas definitivas num dia e o paciente não precisa mais voltar nunca mais. Está definitivamente reabilitado”, alegre-se o cirurgião.

“O R de ‘Reabilitação’ do HRAC agora não existe mais”, protesta o radialista Alexandre Pittoli, de Bauru. “Cirurgiões se aposentaram e a USP não contratou outros para substituí-los. Eram 12, hoje são oito. Estou atendendo os meus pacientes e os dos outros”, denuncia Nóbrega

A luta do Centrinho por sua sobrevivência ganhou apoio dos mais diversos setores da sociedade hoje não só em Bauru, mas em todo o país. Um de seus maiores defensores, o apresentador Alexandre Pittoli, diretor-executivo da rádio Auri Verde de Bauru (ex-rede Jovem Pan), liderou uma campanha em sua emissora para salvar o hospital. Ele passou a denunciar diariamente na emissora os acordos e negociações políticas entre autoridades e políticos que colocaram o HRAC como moeda de troca para levar o Hospital das Clínicas à cidade.

À época à frente da Jovem Pan Bauru e dono de grande audiência, Pittoli conseguiu fazer com que suas denúncias chegassem a todo o Brasil, mobilizando os atuais e ex-pacientes, além de seus familiares e simpatizantes do hospital. “Eu comecei também a provocar a minha audiência. E perguntava: você conhece o Centrinho? Já ouviu falar do HRAC? Mensagens começaram a chegar do Brasil

inteiro e as pessoas passaram a se movimentar. Precisávamos fazer alguma coisa”, conta Pittoli à *Revista Adusp*.

Ele lembrou que a TV TEM, emissora local, fez uma enquete em 2017 para identificar quais eram os principais símbolos de Bauru. O zoológico da cidade apareceu em primeiro lugar, e o Centrinho em segundo. “Eu nem sou

favorável a que se chame o hospital de Centrinho, pois pode parecer algo pequeno. HRAC é melhor, pois tem o R de reabilitação, fundamental no processo. Não é simplesmente reconstruir o palato de uma criança, colocar um implante coclear. Vai muito além disso: é aprender a falar, aprender a mamar, aprender a comer, a deglutir. Mas, hoje, o R da reabilitação acabou”, protesta.

Quando a entrega do HRAC ao governo estadual estava para ser efetivada, o apresentador foi cinco vezes a São Paulo para pedir ao então governador João Doria que impedisse essa medida, mas não teve sucesso. “Numa entrevista que fiz com o reitor Carlotti, ele quis abandonar a conversa no meio. Eu disse que ele não poderia fugir e que ele iria ter no seu currículo o fechamento do Centrinho”, recorda Pittoli.

O HRAC agora rejeita o “assistencialismo” e “só quer saber da educação”, constata o cirurgião Nóbrega. “A USP só quer gastar ensinando e fazendo pós-graduação. Eu fico muito triste. Mas a minha tristeza é a de muitos. Infelizmente, a vida é assim. Sou um subalterno, a gente tem de tocar a vida. Ainda sou um funcionário da USP, mas agora subordinado à Faepa”, frisa. “Cirurgiões se aposentaram e a USP não contratou outros para substituí-los. Eram 12,

Manoel Marques



Vereadora Estela Almagro

Daniel Garcia



Deputado Carlos Giannazi

hoje são oito. A USP não contrata faz oito ou dez anos. Estou atendendo os meus pacientes e os dos outros”, denuncia. “Agora, com o hospital dirigido por uma fundação, eles vão receber uma verba X do governo e vão ter que se adaptar a essa verba. Têm de gastar o mínimo possível, dentro do exequível, porque precisa sobrar alguma coisa”, pontua.

Audiências públicas para tentar salvar o HRAC foram realizadas em 2022 na Câmara Municipal de Bauru e na Assembleia Legislativa de São Paulo, convocadas, respectivamente, pela vereadora Estela Almagro (PT) e pelo deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL).

“O HRAC, que oferece um serviço muito completo, despertou a ganância. A hora que um atendimento referência como esse deixar de ser do SUS, vai se tornar algo muito caro. Esse serviço está sendo entregue a entidades supostamente sem fins lucrativos. A decisão vinha sendo construída nos três últimos governos no Estado”, acusa a vereadora. “Foi um retrocesso essa desvinculação. É uma tragédia anunciada. Vai prejudicar o atendimento, pois a USP tinha todo o *know-how*, uma história e um conhecimento. Era um centro de excelência, dava um atendimento personalizado, coisa que o HCB não vai fazer”, emenda o deputado Giannazi.

No entender de Brandão, uma fundação privada receber recursos que podem chegar a centenas de milhões de reais em cinco anos, como chegou a ser aventado, levando ainda uma equipe de 522 profissionais especializados que segue na folha de pagamento da USP, “é um negócio da China, uma coisa de máfia, de organização criminoso”.

Nota

1 Jornalista. Especial para a *Revista Adusp*.

PACIENTES VIAJAM ATÉ 11 HORAS EM BUSCA DE TRATAMENTO

O adolescente Mateus Rocha Paes, 15 anos, viajou durante 11 horas ao lado da mãe, a funcionária pública Érica Reis Rocha, 48 anos, em busca de uma consulta na manhã da quinta-feira 14 de setembro no HRAC, o Centrinho. Os dois saíram de Volta Redonda, cidade do Sul do Rio de Janeiro, às 22 horas da noite anterior e chegaram em Bauru às 9h da manhã. Percorreram 650 quilômetros de estrada em um carro cedido pela Secretaria de Saúde do município fluminense.

Desde bebê, Mateus repete esse trajeto, ao menos três vezes ao ano. Com fissura labiopalatina, ele passou por várias cirurgias. “Para nós não mudou nada, ao menos por enquanto. Só vi que diminuiu um pouco o movimento”, explicou Érica, a mãe do adolescente.

O atendimento hoje no HRAC ficou restrito apenas a quem reside nas cidades da região administrativa de Bauru, mas Mateus e os outros pacientes de várias partes do Brasil que seguiam em tratamento (por longos anos, na maioria dos casos), continuarão com acesso aos serviços médicos.

Naiéli Vitória, de 11 anos,



Mateus Rocha Paes, 15, com a mãe, Érica Rocha



Naiéli Vitória, 11, e seu pai André Braz de Souza



Eliel Roberto, 22

recebe tratamento no Centrinho desde o nascimento, para se recuperar de surdez. Recebeu no hospital um implante coclear (um dispositivo eletrônico para a recuperação auditiva). A menina saiu de casa às 3 horas da manhã, em Fernandópolis (SP), a 300 quilômetros de Bauru, junto com o pai, André Braz de Souza, 33 anos, também em uma ambulância da Prefeitura da cidade. A cada seis meses, os dois visitam o hospital. “Vi que tem menos gente”, confirmou André, ao observar o movimento no hospital.

Eliel Roberto, 22 anos, com fissura labiopalatina, é atendido no Centrinho desde os seis meses. É de Itapira (SP), a 277 quilômetros de Bauru, de onde também saiu às 3 horas da manhã, em carro da prefeitura de sua cidade. Eliel fez, no Centrinho, cirurgias nos lábios, nariz e céu da boca, e recebeu um aparelho para a correção dos dentes. “O atendimento aqui é muito bom. Fizeram um hospital em Campinas, mas lá não tem os mesmos especialistas que os daqui. A cirurgia lá, segundo dizem, não dá o mesmo resultado”, relata.

FACULDADE DE MEDICINA DA USP ENTRE CONIVÊNCIA COM A DITADURA MILITAR E RESISTÊNCIA À OPRESSÃO

Luiza Sansão¹

No início da década de 1960, a Faculdade de Medicina da USP era atravessada por intensas disputas: de um lado, a elite médica que dirigia a instituição lutava para manter o sistema de cátedra, que lhe garantia poder vitalício, e de outro lado docentes e estudantes defendiam o fim das cátedras, a reforma universitária e por meio dela a democratização e modernização das universidades. O advento da Ditadura Militar em 1964 facilitou a criação de um clima de “caça às bruxas” na faculdade e de incentivo a delações e perseguições. Surgiram os “inquéritos” (IPMs), notáveis pesquisadores foram presos ou exilaram-se. Mas sempre houve resistência às arbitrariedades

Memorial da Resistência/Arquivo Público do Estado de SP



Protesto estudantil em 1973 na Faculdade de Medicina contra a Ditadura Militar e o assassinato de Alexandre Vannucchi

Não obstante suas limitações, a Comissão da Verdade (CV) da Universidade de São Paulo contribuiu para ampliar o conhecimento do que ocorreu a estudantes, professoras e professores da instituição que foram objeto de perseguições, punições e violências durante a Ditadura Militar (1964-1985).

Os crimes de toda sorte cometidos pelo regime trouxeram consequências trágicas para as vítimas e para a ciência brasileira. Prova disso é a Faculdade de Medicina da USP (FM), cenário de graves perseguições internas e externas, como atestado ao longo das 325 páginas do dossiê específico publicado pela CV em 2018.

No início da década de 1960, o clima no interior da FM era de intensas disputas pessoais e políticas: de um lado, a elite médica que dirigia burocraticamente a instituição lutava para manter o sistema de cátedra, que lhe garantia poder vitalício e incontestado; de outro, docentes e estudantes que defendiam a reforma universitária, que vinha sendo

pautada em todas as unidades acadêmicas do país e tinha muita força entre aqueles que ansiavam pela democratização das universidades e modernização de suas estruturas.

Foi esse o contexto vivido pelo fisiologista Thomas Maack, que ingressou na FM em 1956, formou-se em 1961 e foi preso em 1964, quando já era professor assistente da instituição. Hoje, aos 88 anos e vivendo em Nova York desde que precisou exilar-se, ele é um sobrevivente do que transformaria para sempre sua vida e a de tantos colegas. Sua história ilustra grande parte das injustiças sofridas por cientistas na época, como a prisão, a expulsão da universidade e o exílio, com perversas consequências para a pesquisa brasileira.

“O sistema era baseado no modelo europeu. Todo o processo era extremamente eurocêntrico. Então a faculdade se dividia em departamentos que tinham um chefe que era permanente, praticamente irremovível, que comandava toda a atividade daquele departamento. Não tinha voto de docente, não tinha representação docente, nada disso”, observa Maack. “Então era um grupo de catedráticos que não só eram permanentes, como a cátedra era praticamente hereditária, como eu brinco. Porque se você olhar os nomes dos catedráticos, de 1940 a 1960, é pai, filho, sobrinho, neto. Tudo uma continuidade familiar que eu chamo de ‘tradicional família paulistana’. A elite paulistana no poder eram os catedráticos”.

Os catedráticos escolhiam o diretor da faculdade. Na base da pirâmide, estavam os docentes, divididos em suas categorias. “O que aconteceu no período pós-Segunda Guerra Mundial foi que, mais e mais, os docentes e,

em parte, também os estudantes, começaram a acreditar que esse sistema simplesmente emperrava tudo. Não se conseguia fazer uma mudança de ensino, uma mudança de pesquisa, não se conseguia fazer nada sem a anuência do catedrático”, critica Maack.

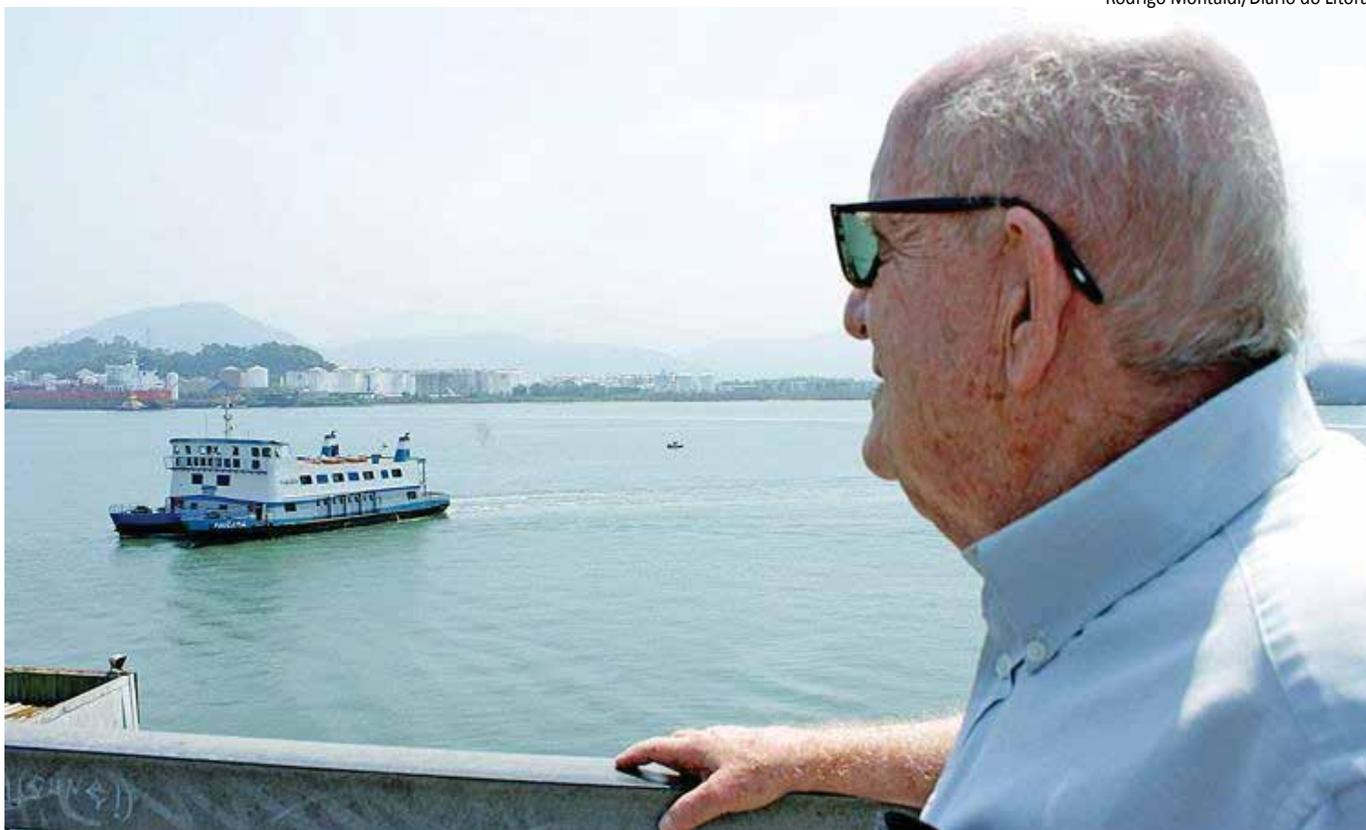
Havia um atraso da medicina europeia em relação à americana, naquele período, segundo ele, o que decorreu das guerras. “Um continente em turbulência permanente, a destruição, as mortes, reconstruir tudo isso. A parte de desenvolvimento e de pesquisa ficou atrasada naquele período. Não é mais, foi naquele, entre o fim da Guerra Mundial e a minha geração”, explica. “O progresso da ciência biológica foi tão grande, nos Estados Unidos, na aplicação das descobertas mais recentes, de antibióticos e substâncias que intervinham com receptores. Tudo isso eram coisas novas que os catedráticos não entendiam, ou melhor, não tinham a formação para ensinar”, completa.

A maioria dos catedráticos clínicos, de acordo com Maack, tinha como principal influência a prática clínica e até muita competência em sua área de atuação, mas não na acadêmica: “Tem uma diferença entre a prática e a academia. Muitos catedráticos não faziam pesquisa. Eles tinham uma educação livresca e com grande influência da educação europeia, que na época, em Medicina, era limitada em comparação com os Estados Unidos”.

Os norte-americanos, segundo o fisiologista, “já haviam percebido que o sistema europeu era totalmente limitante” no que dizia respeito à relação entre catedráticos, docentes e alunos e, desde 1910, implementaram a reforma do ensino de Medicina, desenvolvendo-se “muito mais rapi-

damente” e “fornecendo recursos suficientes para se fazer ciência, muito à frente da Europa”. Eram críticas como estas as que os professores e estudantes que lutavam pela reforma universitária vinham fazendo, insatisfeitos com as limitações impostas às suas pesquisas e às decisões sobre os rumos da faculdade de uma forma geral. Além disso, defendia-se que os estudantes pudessem ter uma vivência integral da universidade, em vez de se isolarem em suas faculdades, distantes umas das outras. “A ideia da cidade universitária era exatamente reduzir a influência da endogenia que a faculdade isolada cria. A ideia da reforma era de que se congregassem diferentes especialidades e isso elevaria o conhecimento, e também de que a atividade estudantil teria uma escolha muito mais ampla, tanto social quanto profissional, estando congregada em um câmpus”, defende o cientista.

Logo após o golpe militar, a Congregação da Faculdade de Medicina formalizou seu apoio aos militares. Os docentes mais conservadores alinharam-se à Ditadura Militar, puseram fim a grupos de pesquisas e aos departamentos voltados para a saúde pública e estigmatizaram pesquisadores mais sensíveis às questões sociais



Em 2017, Thomas Maack revisita o porto de Santos e revê o local onde ficou ancorado o navio-prisão “Raul Soares”

Vendo seu poder ameaçado, os defensores do *status quo* fizeram do golpe militar sua oportunidade de se livrar de seus opositores — os proponentes de uma reforma universitária que abolisse a cátedra vitalícia, possibilitando a modernização da pesquisa e o incentivo à investigação experimental. Assim, os conservadores alinharam-se aos militares e implementaram na faculdade uma série de medidas autoritárias, pondo fim a grupos de pesquisas e departamentos voltados para a saúde pública, estigmatizando politicamente pesquisadores que manifestavam preocupação com questões sociais, como as precárias condições sanitárias de grande parte da população e as endemias.

“Se opiniões conflitantes e divergentes convivem, normalmente, em ambiente acadêmico, nos momentos de crise tendem a ser utilizadas como

armas no jogo de forças que se estabelece. O golpe de 1964 transformou em subversivo o bloco que não se alinhava com os defensores do regime e a caça aos comunistas tornou-se motivação para incrementar a implantação de uma rede de informação na Universidade vinculada aos órgãos de repressão”, atesta o dossiê da CV. Em reunião extraordinária, a Congregação da FM formalizou seu apoio aos militares assim que o golpe se deu.

Nesse contexto, um grupo que se autodenominava “democratas verdadeiramente cristãos”, empenhado em afastar jovens médicos que defendiam mudanças estruturais nos estatutos da FM, enviou uma carta anônima ao governador Adhemar de Barros, que, por sua vez, encaminhou-a ao governo militar em maio de 1964, para que providências fossem tomadas. “Outra car-

ta anônima, recebida pelo ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, enviada em 25 de junho de 1964 para o reitor Luís Antônio da Gama e Silva, também lista nomes supostamente ligados à esquerda, em especial ao PCB”, de acordo com o dossiê, que traz tais cartas em anexo.

Reitor em exercício desde 1963, Gama e Silva era apoiador do golpe. “Como troca de favores o governo deu-lhe o Ministério da Educação e, logo em seguida, o da Justiça — que ele usou para instalar, em julho, uma comissão especial ‘para investigar atividades subversivas na USP’ da qual fizeram parte os professores Theodoro de Arruda Souto, da Escola Politécnica, Moacyr Amaral Santos, da Faculdade de Direito, e Jerônimo Geraldo de Campos Freire, da Faculdade de Medicina”, detalha a CV.

O pretendido sigilo sobre a comissão foi quebrado quando a *Folha de S. Paulo* publicou matéria denunciando sua existência (“Dedo-duro na USP”), em 26 de julho de 1964. Depois o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, publicou, em 9 de outubro, a denúncia, com direito à reprodução de um documento, em papel timbrado da Reitoria da USP de 6 de junho daquele ano, com assinaturas dos membros da comissão, pedindo “a suspensão dos direitos políticos de 23 professores, 12 instrutores e 17 estudantes, enfermeiras, funcionários e médicos estagiários do hospital escola sob a alegação de exercerem ‘comunicação da mocidade’ e ‘infiltração de ideias marxistas’”.

Assim, a Ditadura Militar contou, com frequência, com a colaboração da universidade, já que o trânsito entre os serviços de informações e a Reitoria era intenso: forneciam-se nomes, endereços, cargos e unidades onde estudavam ou trabalhavam dezenas de professores, alunos e funcionários, de acordo com a CV. “Muitas famílias e vidas acadêmicas foram severamente prejudicadas pelas perseguições desta comissão [especial]. As acusações provocaram prisões e perseguições, muitos dos acusados foram submetidos aos IPMs. Os mais atingidos foram aqueles ligados às pesquisas básicas e os que se posicionavam em prol da reforma universitária, ou que manifestavam preocupação com os problemas de saúde pública. Os que não foram submetidos aos inquéritos em 1964 acabaram sendo cassados pelo AI-5, em 1969”.

As disputas pessoais entre docentes eram muitas vezes o único pano de fundo de ações que tiveram

consequências profundas. Foi o que aconteceu a Maack, que acabou sendo um dos primeiros presos entre os professores da FM. “Em 1964 fui alvo de muitas acusações e indignidades por parte da direção e de alguns catedráticos, ações que muito contribuíram para a minha longa prisão e por fim me obrigaram a sair do país”, relatou à CV, destacando algumas das ações “para ilustrar a falta de dignidade e ética e mesmo a crueldade” dos acusadores. “Em uma delas o catedrático de Histologia, Luis Carlos Uchôa Junqueira, já falecido, se apossou ilegalmente de uma carta que escrevi para o meu mentor, Michel Rabinovitch, e entregou para os IPMs do Exército a parte da carta que mostra minha posição de ativista de esquerda. A outra parte, que criticava a sua atuação acadêmica, ele a escondeu e foi a razão pela qual ele me demitiu do Departamento de Histologia em fins de 1962. Até o juiz da 2ª Auditoria de Guerra, José Tinoco, recusou-se a aceitar a meia carta no inquérito, já que era roubada pelo catedrático”, contou.

Tendo militado na União Nacional dos Estudantes (UNE), na União Estadual dos Estudantes (UEE) e em organizações políticas, entre as quais o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), Maack atuava principalmente fora da universidade. Mas, na FM, foi coeditor do jornal *O Bisturi*, do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (CAOC), e integrou a bancada do CAOC em congressos da UNE e da UEE.

Outra ação absurda contra Maack foi a tentativa de expulsar sua filha, então com idade de um ano e meio, da creche do Hospital das Clínicas, “atitude que causou gran-

de repulsa ao ser reverberada pela imprensa paulistana”, relatou, “obrigando a direção da FM a reverter essa medida cruel”. A perseguição a docentes que tinham atividade política não encontrou nem mesmo os limites éticos mais básicos da profissão: “Outro exemplo de indignidade e baixa moral foi a do catedrático de Psiquiatria, Pacheco e Silva, que entregou ao IPM as minhas respostas a um questionário confidencial sobre o perfil de estudantes de Medicina”.

Preso em junho de 1964, Thomas Maack foi levado ao DOPS, depois a um quartel do Exército em Quitaúna, depois esteve no navio-prisão “Raul Soares” e por fim ficou numa cela da Polícia. Foi interrogado, ameaçado e esbofetado. Libertado por um *habeas corpus* em dezembro, ele partiu para os EUA com a esposa e passou a morar em Nova York

Auxiliar de ensino no Departamento de Fisiologia, Maack foi preso em seu laboratório, na manhã de 8 de junho de 1964, por dois agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e um militar à paisana. Levado inicialmente ao DOPS,

foi encaminhado, em seguida, para o quartel de Quitaúna, sede do IPM dirigido pelo coronel Sebastião Alvim — que, nos anos seguintes, comandaria sessões de tortura contra outros presos políticos da USP. Lá, Maack permaneceu “incomunicável por cerca de duas semanas e submetido a interrogatórios intensos e prolongados, dia e noite”, conforme seu depoimento à CV. Os militares ameaçavam prender sua esposa e um capitão manifestava o “prazer sádico”, em suas palavras, de apontar o revólver para sua cabeça.

“Era ameaçado, constantemente, de ser mandado ao DOPS para sessões de torturas físicas. E, de fato, em um dos interrogatórios, já tarde da noite, entraram na sala alguns policiais do DOPS. Fui esbofeteado, minha mão e meus dedos foram apertados de tal maneira que a minha aliança ficou deformada permanentemente. Até que o coronel Alvim lhes deu sinal para que parassem. Foi uma ameaça, um aperitivo para eu me inteirar do que aconteceria se me mandassem de volta para o DOPS”, contou à Comissão.

Durante esse período em Quitaúna, o coronel Alvim encaminhou requisição ao governo federal pedindo o cancelamento do processo de naturalização de sua cidadania brasileira. Maack nasceu na Alemanha, mas veio para o Brasil com um ano de idade. Mais tarde, seria instaurado contra ele um processo de expulsão, somente cancelado em 1978.

Ainda em junho, Maack foi transferido para o navio-prisão “Raul Soares”, que, ancorado em Santos (SP) e supervisionado pela Marinha, confinava cerca de 150

presos políticos. Entre eles, o médico farmacologista Bernardo Boris Vargaftig, hoje com 86 anos, e o notável parasitologista Luiz Hildebrando Pereira, que faleceria em 2014.

Sua família seguia sem notícias de seu paradeiro. A intensidade dos interrogatórios diminuiu no navio, onde Maack acabou atuando em casos de emergências médicas de companheiros de prisão e de carcereiros — e só por isso sua esposa acabou sabendo onde ele estava, por meio de uma comunicação não oficial de um policial do navio.

Enquanto estava no “Raul Soares”, foi submetido a outro IPM, desta vez específico para a FM, comandado pelo coronel Ênio Pinheiro, famoso torturador, que o interrogou no próprio navio. “A iniciativa da repressão coube à direção da FM, não ao Exército. Foi como se a direção da faculdade tivesse chamado o Exército para dentro de sua casa”, protesta o cientista. “As acusações eram de tal ordem absurdas que o próprio promotor do processo na 2ª Auditoria de Guerra pediu a absolvição dos acusados, inclusive da minha pessoa”, contou Maack à CV.

Em 10 de outubro de 1964, ele e seis outros docentes da FM — Luiz Hildebrando Pereira, Pedro Henrique Saldanha, Julio Puddles, Erney Felício Plessman Camargo, Reynaldo Chiaverini e Luiz Rey — foram demitidos por decreto do então governador Adhemar de Barros. “Todos nós éramos a favor da reforma universitária para modernizar a pesquisa, o ensino e a administração na FM, na USP e na universidade brasileira em geral. Os nomes fo-

ram submetidos ao governador pela direção da FM”, denuncia.

Quando o navio-prisão Raul Soares foi desativado, em outubro, ele foi transferido para o “Palácio da Polícia”, uma prisão comum em Santos, onde permaneceu até 15 de dezembro. Libertado por um *habeas corpus* concedido pelo Superior Tribunal Militar (STM), o cientista não viu alternativa a não ser partir para o exílio com sua família, já que na USP as portas encontravam-se fechadas.

Por intermédio de uma organização de apoio a pessoas perseguidas pela Ditadura, em dezembro de 1964, após deixar a prisão, Maack mudou-se com a esposa, Isa Tavares Maack, e a primeira filha, Marisa, ainda bebê, para os Estados Unidos. Uma memória que o cientista guarda daquele momento é de como Isa, que também era militante, foi fundamental para tornar tudo possível, enquanto ele, vivendo os impactos psicológicos daqueles meses de prisão, não se sentia capaz de tomar decisões.

“A minha lembrança eterna é o que minha esposa fez em todo aquele período a mim. Tomou conta de tudo, sustentou a família, arrumou o exílio, a fuga. Porque, quando você fica prisioneiro por um período prolongado, principalmente na minha situação, eu fui muito isolado. Quer dizer, fora a atividade de médico que eu tinha, eu ficava limitado, ficava fechado no quarto isolado, não conversava. Quando você sai, você fica incapaz de tomar decisões na vida real. Você perde o contato com a vida real. E, portanto, nesse período, minha esposa teve que tomar todas as decisões importantes”, recorda, emocionado, em

entrevista à *Revista Adusp*. Companhia de toda a sua vida, Isa faleceu no dia 28 de maio de 2022, aos 83 anos. “Foram 62 grandes anos, que ficamos juntos”, diz o cientista.

Em 1969, Maack foi contratado pela Faculdade de Medicina da Cornell University (Weill Cornell Medical College, ou WCMC) de Nova York, onde seria promovido em 1977 a professor titular de Fisiologia do Departamento de Fisiologia e Biofísica e, mais tarde, do Departamento de Medicina. Isa tornou-se professora no Essex Community College, em Newark, New Jersey, e também conquistou o cargo de professora titular no Departamento de Humanidades. Em 2010, Maack foi declarado Professor Emérito de Fisiologia no WCMC e seguiu ativo, “envolvido com ensino e reforma de currículos médicos nos EUA, Qatar, Tanzânia e no Brasil”, como contou à CV.

Hoje pneumologista, 71 anos, Ubiratan de Paula acabou de eleger-se vice-presidente do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (outubro de 1975) quando foi preso em sua casa e conduzido ao DOI-Codi. Levou choques elétricos e palmatória. Estava numa cela com vários jornalistas quando soube da morte de Vladimir Herzog

A CV registra que, após os acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for Development-USAID [Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento], o grupo de docentes adeptos da reforma universitária tornou-se um alvo da repressão, juntamente com os centros acadêmicos, como o CAOC, da Medicina.

Embora já houvesse troca de documentos entre a USP e a “comunidade de informações”, em 1972 a já evidente cumplicidade da universidade com a Ditadura foi escancarada em outro nível: o então reitor Miguel Reale formalizou a criação da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), órgão similar aos que já existiam nas universidades federais com o intuito de vigiar o movimento estudantil e fazer “triagem ideológica” nas contratações de docentes.

“Era um clima muito pesado. Na Faculdade de Medicina, vários estudantes tinham sido presos anteriormente e tinha todo um passado de cassação de professores, notadamente no Departamento de Parasitologia e no de Fisiologia, áreas que concentravam os professores mais progressistas. De qualquer maneira, era um momento de início de retomada do movimento estudantil”. Assim o pneumologista Ubiratan de Paula Santos, hoje com 71 anos, descreve o período em que estudou e militou na FM, de 1973 a 1978.

Em outubro de 1975, ele foi preso em sua casa, no bairro de Santa Cecília. “Tinha acabado de ser eleito vice-presidente do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz e uma semana depois, às sete da manhã, o DOI-Codi, com uma Veraneio e mais um carro de

acompanhamento, bateu na minha casa. Me levaram para o DOI-Codi. Fiquei lá uns 17 ou 18 dias. Tomei alguns cascudos, choque elétrico, palmatória, esse tipo de tortura”, conta o médico, que à época era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Um dos maiores símbolos da violenta repressão do período, o assassinato do jornalista e professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA) Vladimir Herzog sob tortura, nas dependências do DOI-Codi, aconteceu quando Ubiratan, aos 23 anos, encontrava-se na unidade. “Nesse dia, eu estava numa cela com vários jornalistas. Eu era o único estudante jovem, tinha 23 anos. Lembro quando os jornalistas foram todos chamados, saíram da cela, só fiquei eu. E, na volta, vieram todos com lágrimas nos olhos, informando o assassinato do Herzog”, recorda.

Do DOI-Codi, Ubiratan foi transferido para o DOPS, onde permaneceu por cerca de 15 dias, não mais sob tortura, “apenas para legalizar o processo de prisão”. De lá, em um grupo de aproximadamente vinte pessoas, já que “os presídios do Hipódromo e Barro Branco estavam lotados de presos políticos”, foi levado para uma cadeia no bairro do Cambuci, de onde saiu somente no final do ano de 1975.

Em 1977, Ubiratan era presidente do CAOC quando, durante reuniões para preparar um congresso de re-fundação da UNE, o coronel Erasmo Dias, que chefiava a Secretaria de Segurança Pública paulista, e Romeu Tuma, delegado e diretor do DOPS entre os anos de 1966 e 1983, sitiaram a FM. “O quarteirão cercado, eu saí para negociar a liberação das pessoas que estavam dentro do centro aca-

dêmico. Quando cheguei perto, eles tinham uma lista e, como eu já tinha sido preso em 1975, eu estava na lista, então já me colocaram no porta-mala de uma Veraneio e fui levado para o DOPS. Fui o primeiro a ser preso nesse dia e, depois, outras 174 pessoas foram presas”, conta o pneumologista.

Por ter antecedente, Ubiratan ficou separado dos demais presos, que foram liberados no mesmo dia. Ele e o presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Engenharia da USP de São Carlos, Paulo Massoca, deixaram a prisão no dia seguinte.

Em meio à intensa repressão que marcou o período, as memórias de Ubiratan são principalmente de luta e resistência. “Nós, como centro acadêmico, participamos ativamente da luta em apoio aos funcionários e professores do Hospital das Clínicas por melhorias salariais. Teve várias greves no período do Maluf, no final dos anos 70. E sempre procuramos entender a luta da universidade não só como uma luta dos estudantes, mas uma luta universitária, ou seja: envolver a comunidade na busca da democracia e da melhoria das condições de ensino e pesquisa da universidade”, conta.

Ele destaca a colaboração de professores progressistas, inclusive no financiamento da luta contra a ditadura, para que fosse possível, por exemplo, acolher militantes chilenos que buscaram refúgio no Brasil após o golpe que deu



Ginecologista e obstetra Albertina Duarte

início à ditadura de Pinochet, em 1973, e dar suporte às famílias de presos políticos brasileiros. “Havia um ambiente de solidariedade e de perspectiva de luta democrática, de retomar a democracia no Brasil. Ou seja, ao mesmo tempo em que era uma ditadura feroz, ainda havia, apesar das cassações e prisões das décadas de 60 e de 70, uma resistência importante, que foi crescendo”, recorda. “Persistia um grupo de professores de esquerda dentro da faculdade. Uma parte deles tinha se envolvido na construção de uma alternativa, o Curso Experimental de Medicina”, diz, referindo-se à experiência lançada em 1968² — ano da Reforma Universitária, em que finalmente foi extinto o sistema de cátedra, substituindo-se a figura que se chamava “catedrático” pela do “professor titular”.

Flickr/Bya RP

Médicas e médicos envolvidos no “Socorro Vermelho” tinham um cotidiano intenso no HC: atendimentos clandestinos, desaparecimento de fichas de pacientes e os cuidados para não serem descobertos. “A gente teve que montar todo um serviço de saúde. Não dá para imaginar hoje”, conta a obstetra Albertina Duarte

Parte fundamental da resistência à Ditadura na FM foi o atendimento clandestino a militantes políticos por médicos que chamavam esse trabalho, entre si, de “Socorro Vermelho”. Um estudante da Medicina que prestou socorros clandestinos, Boanerges de Souza Massa, foi perseguido e assassinado — e seu cadáver jamais foi encontrado. “As fichas dos estudantes residentes, com foto e endereço, chamados de ‘quintanistas em estágio obrigatório’ no hospital-escola, eram enviadas para os serviços de informação da polícia política como forma de registro”, de acordo com o relatório da CV. Nesse contexto, além de Boanerges, também foram vítimas fatais os estudantes Antônio Carlos Nogueira Cabral e Gelson Reicher, saldo mais trágico da repressão no âmbito da FM.

Médicas e médicos envolvidos no “Socorro Vermelho” tinham um cotidiano intenso no Hospital das Clínicas, entre atendimentos clandestinos, o desaparecimento de fichas de pacientes e os cuidados necessários para não serem descobertos. A ginecologista e obstetra Albertina Duarte Takiuti, que ingressou na faculdade em 1968, ano que chegaria ao fim com a promulgação do AI-5, foi parte dessa rede de médicos que salvaram vidas entre 1971 e 1980, tendo corrido riscos difíceis de mensurar.

“As pessoas precisavam de atendimento, de exames, fazer cirurgias com nomes falsos. Então a gente teve que montar todo um serviço de saúde. Era um seguro saúde. Não dá para imaginar, hoje, como é que foi possível”, conta Albertina. “Porque não eram só as pessoas que chegavam no Hospital das Clínicas machucadas, eram também os familiares que precisavam. Então tinha que haver um esquema, por exemplo: nós sabíamos quem dava plantão e esse plantão à noite atendia essas pessoas”.

A rede clandestina contava com mais de trinta médicos de áreas diversas, sendo ao menos vinte comprometidos mais diretamente e outros atuando no apoio. As demandas eram muitas e, diante dos graves impactos psicológicos, nas vítimas e nos seus familiares, das violências cometidas pela Ditadura Militar, a rede contava também com psiquiatras e psicólogos — o que evidencia o alto nível do sistema de saúde alternativo criado por médicos envolvidos na resistência ao regime.

Para que fosse possível realizar procedimentos complexos, os médi-

cos muitas vezes tinham que dispor de recursos próprios. “Havia muitos médicos que contribuía financeiramente para que a gente pudesse comprar remédios, internar pessoas. E havia anestesistas que aceitavam não cobrar nada de pacientes, deviam achar que eram amigos”, recorda Albertina. Além disso, existia uma rede de colaboradores, tanto por meio do PCB quanto por doações de artistas e pessoas comuns que apoiavam a causa, tendo atividade política ou não.

“Das prisões, nos traziam pessoas e informações. Então acabou tendo um esquema de recados: ‘Avisa que aqui as mulheres estão sendo torturadas’. Por exemplo, a gente soube que a [cantora] Marília Medilha estava sendo torturada na prisão porque algumas mulheres que atendemos no Hospital Pérola Byington contam”, lembra Albertina, que se ligou profundamente às pautas das mulheres, atendendo muitas militantes e as companheiras de operários e presos políticos, realizando seus partos e acompanhamento ginecológico.

Era preciso conviver com o medo de ser descoberta pelos colegas que trabalhavam para o regime dentro dos hospitais. “O que acontecia era que a gente se protegia. Sabia quem eram as pessoas ligadas aos militares e quem eram as pessoas de esquerda”, lembra Albertina. “A gente sabia também que havia médicos ligados aos torturadores e que a gente tinha que proteger alguns presos que eram atendidos por essas pessoas. Já aconteceu de eu chegar ao plantão e me dizerem ‘Olha fulano, torturador, está cutucando a fratura exposta daquele paciente’, para que eu tentasse proteger. Então, eu estava

dando plantão e ia disfarçadamente em outra parte do hospital para ver essa pessoa”, conta.

As denúncias que ela e camaradas do “Socorro Vermelho” recebiam na época acerca de colegas que trabalhavam para o regime dentro dos hospitais e praticavam torturas seriam, mais tarde, confirmadas pela Comissão da Verdade. Um deles ficou especialmente marcado em sua memória. “Me lembro que quando ele olhou para mim e eu olhei pra ele, fiquei com muito medo”, diz, referindo-se ao médico que ela constatou, após a denúncia de outro colega, que havia torturado um paciente. “Eu só me lembro do olhar tético dele para mim, nunca vou esquecer aquele momento. E aí, claro, tinha medo do que podia acontecer. Toda vez que eu saía do plantão eu olhava para trás, olhava para os lados, olhava para entrar na minha casa”, completa.

A despeito de atuar em condições adversas, sob vigilância constante e sem os recursos que existem atualmente, o “Socorro Vermelho” era extremamente eficiente. “A gente tinha que organizar esse fluxo de atendimentos entre os médicos comprometidos, havia uns exames que a gente sabia para quem indicar. E tudo numa rapidez incrível. Não tem um sistema de saúde que fizesse aquele fluxo tão rápido. E olha que era sem telefone, só com bip. E ainda envolvia roubar ficha, alterar nome na ficha, passar ficha para outra pessoa. Todo um esquema e rapidez no atendimento”, relata Albertina.

As companheiras de militantes também precisavam frequentemente de atendimento, cirurgias e partos. “Essas pessoas não podiam ter

nenhuma intercorrência, absolutamente nada. Porque se precisasse de sangue, como é que seria? Então havia um recurso, a gente pagava o hospital, internava a pessoa e a pessoa era operada. Hoje muitas mulheres desses militantes estão vivas, se salvaram, graças a esse socorro”.

Certa vez, Albertina foi atender uma mulher em uma residência, em uma travessa da Avenida Brigadeiro Luís Antônio, e teve que levá-la às pressas, em seu carro, para Carapicuíba — num plantão em que trabalhava e onde não haveria vigilância — porque a paciente estava sofrendo um aborto. Da esquina da rua, quando Albertina olhou para trás, viu a polícia invadindo a casa que as duas haviam acabado de deixar. Como a mulher estava perdendo muito sangue, e o próprio bebê, Albertina preferiu poupá-la e sequer lhe contou o que viu, apenas seguiu rumo ao hospital.

“A gente não só atendia gratuitamente no consultório e nos hospitais, como também corria muito risco. Eu não tinha capacidade, com quatro anos de formada, de atender os casos [complexos]... Por isso, eu pedia ajuda, eu estudava, via, falava com um ou outro”, contou ela à CV. Assim, a parceria estabelecida com colegas também foi uma marca daquele período para a médica — que até hoje, meio século depois, trabalha no Hospital das Clínicas.

Albertina se lembra com especial carinho de alguns colegas cuja atuação considera fundamental para a rede de atendimentos clandestinos. José Montenegro de Lima, militante do PCB, desaparecido desde

setembro de 1975, foi um deles. “O Magrão, o Montenegro, foi o grande herói desta vinculação. Ele e o Luís Maranhão, que desapareceu no dia do meu aniversário, quando eu tinha um encontro com ele e ele não chegou. Desapareceu no dia 2 de março de 1974”, contou à CV.

Diante da possibilidade de Lúcia Sálvia Coelho vir a ser nomeada professora assistente doutora do Instituto de Psicologia, a AESI expediu, em 1977, ofício à 2ª Seção do Estado Maior do Exército, à Polícia Militar, à Polícia Federal e ao DOPS, solicitando os antecedentes da pesquisadora com a intenção de impedir sua nomeação

Muitas das pessoas que viveram as perseguições da Ditadura no interior da USP já faleceram. Enquanto buscava o contato de Lúcia Maria Sálvia Coelho, que integrou a primeira turma de psicólogos formados pela USP, em 1962, e cuja história é de fundamental importância para se entender o ponto a que as perseguições na FM chegaram durante a ditadura, a *Revista Adusp* soube que ela havia falecido dias antes, no dia 7 de setembro. A perseguição a Lúcia ilustra per-

feitamente o contexto vivido pela USP e pela FM a partir, especialmente, da criação da AESI pelo reitor Miguel Reale.

Em 13 de agosto de 1973, foi encaminhado a Reale o termo de contrato de Lúcia para o cargo de professora assistente doutora do Departamento de Neuropsiquiatria da Faculdade de Medicina. Ela obteve os títulos de bacharela e licenciada em Psicologia respectivamente em 1961 e 1962, seguidos de especialização pela USP em 1963 e 1964 e, ainda, de um doutorado em Ciências Médicas pela Universidade de Campinas, em 1972. Ademais, “quando os autos do processo de contratação foram levados ao conhecimento do reitor, o currículo de Lucia já contava um primeiro vínculo empregatício com a USP, nomeadamente como servidora autárquica, admitida a título precário pelo prazo de dois anos para exercer as funções de psicóloga”, de acordo com o dossiê da CV.

Na década de 1960, Lúcia participava de reuniões da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), tendo depois aderido ao Partido Operário Comunista (POC), período durante o qual atuou principalmente na produção de jornais clandestinos. Em 14 de julho de 1971, foi presa junto com seu marido, em sua casa, por agentes do DOI-Codi. Permaneceu presa por três meses, sendo libertada em 26 de setembro de 1971. Em 26 de outubro de 1972, foi absolvida por falta de provas. Mas o episódio lhe custaria caro em termos profissionais.

No final de 1972, Lúcia foi convidada para um jantar na casa do che-



Pesquisadora Lúcia Maria Sálvia Coelho

fe do departamento, Paulo Vaz de Arruda. Seu relato à Comissão, em 2015, sobre aquela ocasião diz muito sobre o clima pesado do momento: “Estávamos eu, o Ruy Coelho, meu marido, o meu muito amigo Antonio Candido. Depois ficaram só os professores da medicina. Oscar de Lima, Paulo Vaz de Arruda, Plínio [Luiz Kouznetz Montagna]. Não me lembro de todos. Começaram a fazer perguntas, mas, na verdade, mais parecia um interrogatório de polícia: por que fui presa, se eu escrevia algum jornal subversivo, onde eu distribuía, o que havia feito”, relembra.

“No começo achei que era interesse pessoal. Percebi que estava sendo interrogada e achei muito antipático. Falei que não mudaria minhas posições. O Paulo [Vaz de Arruda] falou assim: ‘Lúcia, não vai

dar para você continuar aqui, quando eu puder te chamo’. Recentemente, fui pedir a contagem de tempo de serviço para aposentadoria, e aparece lá ‘prisão’. Sem especificar ‘prisão política’. Quer dizer, fica uma coisa esquisita, um buraco inexplicável. Bem, sem perspectiva aqui no Brasil, fui para França, tentar trabalhar lá”.

Embora o contrato não tivesse sido assinado em 1972, o processo de admissão seguiu tramitando e, em 4 de dezembro de 1974, a Comissão Especial (Comesp) encarregada de analisar os

processos de admissão de docentes emitiu parecer favorável à sua contratação. Porém, mais dois anos se passaram sem qualquer movimentação nos autos do processo, até que em 1977 surge a minuta de um contrato com cabeçalho do Instituto de Psicologia (IP). “Desta vez, era o Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IP que propunha a contratação de Lúcia Coelho para o exercício da função de professora assistente doutor”, conforme o dossiê.

Diante da possibilidade de Lúcia vir a ser nomeada como professora assistente doutora do IP, a AESSI expediu, em 12 de dezembro de 1977, ofício dirigido à 2ª Seção do Estado Maior do Exército, à Polícia Militar, à Polícia Federal e ao DOPS, solicitando os antecedentes da pesquisadora com a clara intenção de

impedir sua nomeação. A resposta a esse ofício, dez dias depois, lista várias ações consideradas subversivas pelas quais havia sido presa e sua absolvição em processo da 2ª Circunscrição da Justiça Militar. No entanto, essas informações não constam dos autos do processo de contratação. “O que aparece é uma sequência de trâmites separados entre si por grandes intervalos de tempo até que finalmente chegasse a ocasião de arquivá-lo com motivo de falta de verba”, aponta a CV.

Em julho de 1978 o processo foi enviado à Comesp, que se manifestou favoravelmente à contratação de Lúcia pelo IP. Mas somente em 10 de julho de 1980 é que o coordenador da Administração Geral, Fausto Haroldo Ribeiro, o encaminhou à consideração do reitor. O resultado está contido em uma nota do vice-reitor em exercício, Antônio Brito da Cunha: “Tendo em vista a manifestação de fls. 121, e não dispondo a Reitoria de recursos orçamentários para atender à despesa, archive-se”.

O caso de Lúcia Maria Sálvia Coelho, assim como o de Thomas Maack e tantos outros, ilustra um cenário de injustiças e perdas acadêmicas que decorreram da convivência da USP com a Ditadura. “A USP é uma vergonha. Uma das coisas que mais me irritam é até hoje eles não terem feito nenhum pedido de desculpas, reconhecido publicamente o papel central da USP no golpe, a responsabilidade pelas mortes”, revolta-se Maack. “A Faculdade de Medicina ainda fez, quarenta anos depois do golpe, um ato público de reconhecimento.

Quarenta anos depois, mas fez”, completa.

“Fiquei muito decepcionada com o tratamento que a USP deu à Comissão da Verdade. Para você ter uma ideia, do relatório que eu escrevi a respeito da AESI, junto com Janice [Theodoro], muitas coisas foram cortadas pelos próprios membros da CV, porque não se deveria mexer com o Miguel Reale”, relata Márcia Bassetto

Pesquisadora e redatora de diversos volumes do vasto relatório da Comissão da Verdade da USP, a jornalista Márcia Bassetto afirma que “a universidade não deu nenhum subsídio” ao trabalho da equipe, liderada pela

professora aposentada Janice Theodoro da Silva, da FFLCH. “Fiquei muito decepcionada com o tratamento que a USP deu à Comissão da Verdade. Para você ter uma ideia, do relatório que eu escrevi a respeito da AESI, junto com Janice, muitas coisas foram cortadas pelos próprios membros da Comissão da Verdade, porque não se deveria mexer com o Miguel Reale. Que foi integralista lá atrás”, critica. Márcia era estudante da FFLCH e militante da organização clandestina Liga Operária quando foi presa, em abril de 1977, por distribuir panfletos comemorativos do 1º de Maio nas fábricas do ABC paulista.

“Quando a gente entregou, depois de um trabalho exaustivo que foi feito com cinco pessoas, Janice e mais quatro colaboradores de fora que trabalharam praticamente de graça, a Universidade de São Paulo não deu uma folha sulfite para imprimir esse material”. A própria introdução do Relatório Final da CV faz referência ao que chama de “limitações impostas pelas precariedades materiais e de recursos humanos” enfrentadas pelos pesquisadores.

“Na Faculdade de Medicina teve o lado da política, daqueles que consideravam que não era interessante o olhar da Medicina para os mais pobres. E teve o lado da fogueira de vaidades dentro da academia, a questão da cátedra. E aí houve *fake news* da época, que foram as cartas anônimas. Eles foram vítimas porque eram pessoas que estavam à frente do seu tempo. Inclusive em termos de costumes, porque não eram conservadores. E isso gerou essa ciúmeira de quem resistia à reforma universitária”, critica.

Foram perseguidas pessoas como Samuel Pessoa Barnsley, parasitologista e sanitarista que foi um dos pioneiros em pesquisas sobre parasitologia médica no continente sul-americano e se tornou, em 1931, o mais jovem professor catedrático da USP. “Ele idealizava um outro tipo de medicina para o Brasil”, diz. “A perseguição a esses estudantes, médicos e pesquisadores foi implacável. Eles foram banidos do país. Foram desenvolver suas pesquisas em outros países e nós perdemos essa preciosidade, que poderia estar aqui”, avalia.

Notas

1 Jornalista. Especial para a *Revista Adusp*.

2 Sobre o Curso Experimental de Medicina, ler artigo de Marcello M. Machado na *Revista Adusp* 66 (2022), p.54.